



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)

Daniela Majorie Akama dos Reis

A leitura documentária de bibliotecários jurídicos: um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina

Marília
2019

Daniela Majorie Akama dos Reis

A leitura documentária de bibliotecários jurídicos: um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília. Nível: Doutorado

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela Spotti Lopes Fujita

Marília
2019

R375I Reis, Daniela Majorie Akama dos
A leitura documentária de bibliotecários jurídicos : um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina / Daniela Majorie Akama dos Reis. -- Marília, 2019
210 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Mariângela Spotti Lopes Fujita

1. Leitura documentária. 2. Estrutura textual. 3. Indexação. 4. Teoria da inferência. 5. Direito. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor

Essa ficha não pode ser modificada.

Daniela Majorie Akama dos Reis

A leitura documentária de bibliotecários jurídicos: um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, na área de concentração Informação, Tecnologia e Conhecimento.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariângela Spotti Lopes Fujita (orientadora)
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Prof.^a Dr.^a Franciele Marques Redigolo
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof.^a Dr.^a Dulce Amélia de Brito Neves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof.^a Dr.^a Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Aprovada em:

Marília
2019

Dedico esta Tese ao Dítiam, vô Adolfo e vó Paula.

À Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita, por tudo desde minha graduação (:
A popis, mamis, Marcela e batiam
Aos pets fofos da minha vida
À Denise e Reinaldo que me acolheram em Marília todas as vezes que precisei
Aos membros da banca examinadora de minha tese, principalmente ao Prof. Dr. Carlos por
toda a ajuda desde a elaboração do projeto de pesquisa
Aos bibliotecários jurídicos que participaram da pesquisa como sujeitos
Aos meus amigos mais próximos, de fins de semana, mais antigos, de faculdade e de
trabalho
A todos que me acompanharam na jornada do Doutorado
À UNESP/Marília e aos meus colegas de curso
Muito obrigada por tudo!!

Conhecimento é algo intrinsecamente humano e intimamente ligado às paixões do indivíduo. **Conhecimento** é dinâmico, está em constante mudança e é vivo. Leva-nos a questionar o mundo, questionar os outros, questionar Deus, questionar a realidade.
Lankes, 2016.

あか い やす い
明るく生き、 安らかに行く。

RESUMO

A leitura documentária é realizada durante a análise de assunto, considerada a primeira etapa de vários processos, incluindo a indexação e a catalogação de assunto. Seu objetivo é desvendar o *aboutness* de documentos. Diversos são seus produtos, como termos extraídos de um documento para compor um índice (no caso da indexação) ou para compor registros bibliográficos em um catálogo (no caso da catalogação de assunto). Cada profissional que efetua a prática da leitura documentária é único e, como consequência disso, a análise do documento nunca ocorrerá da mesma forma. Vários fatores devem ser levados em conta, quando se estuda o processo de leitura documentária feito por profissionais da informação, como estratégias de leitura, conhecimento prévio, domínio de atuação e tipo de estrutura do documento analisado. O problema da pesquisa consiste na necessidade de avançar em estudos sobre processos metacognitivos, na leitura documentária de bibliotecários do domínio jurídico, utilizando teorias associadas à construção de significados. Aspectos que relacionam a semiótica à leitura viabilizaram a proposta de examinar a leitura documentária de livros do domínio jurídico, por meio de aspectos da teoria da inferência, especificamente os conceitos de abdução, dedução e indução. Com esses conceitos, busca-se mapear os processos mentais interpretativos dos profissionais nesse domínio, durante a leitura documentária. A coleta de dados foi realizada adotando-se a técnica introspectiva de Protocolo Verbal Individual, aplicada a bibliotecários da área jurídica. Os dados obtidos foram analisados segundo categorias criadas com base nos capítulos teóricos, apresentadas no capítulo de análise dos dados e resultados. Com os resultados, espera-se alcançar os objetivos estabelecidos para esta pesquisa, pela aplicação das categorias às transcrições dos Protocolos Verbais Individuais. Ademais, almeja-se entender os processos interpretativos dos bibliotecários experientes, durante a leitura documentária, contribuindo para a área de organização do conhecimento e para os bibliotecários do domínio jurídico.

Palavras-Chave: Leitura documentária. Estrutura textual. Indexação. Teoria da inferência. Direito.

ABSTRACT

Documentary reading is performed during subject analysis, considered the first stage of various processes, including indexing and subject cataloging. It aims to unveil the aboutness of documents. Results in several products, such as terms extracted from a document to compose an index (in the case of indexing), or to compose bibliographic records in a catalog (in the case of subject cataloging). Each professional who performs the practice of documentary reading is unique, and as a consequence, the analysis of the document will never occur in the same way. Several factors should be considered when studying the process of documentary reading carried out by information professionals, such as reading strategies, previous knowledge, domain, and type of document structure analyzed. The problem consists in the need to advance in studies on metacognitive processes about the documentary reading of law librarians, using theories related to the construction of meaning. Aspects that relate semiotics to reading, enabled the proposal to examine the documentary reading of books in the legal domain through aspects of the inference theory, specifically the concepts of abduction, deduction and induction. With these concepts, we seek to map the interpretive mental processes of professionals in this field during documentary reading. The data collection was performed using the introspective technique of Individual Verbal Protocol, applied to law librarians. The data obtained was analyzed using categories based on the theoretical chapters. All the data and results were presented in the chapter six. With the results, we expected to reach the objectives established for this research based on the application of the categories to the transcriptions of the Individual Verbal Protocols. And to understand the interpretive processes of experienced librarians during documentary reading, contributing to the area of knowledge organization, and to law librarians.

Keywords: Documentary reading. Textual structure. Indexing. Inference theory. Law.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estratégias de leitura conforme as concepções teóricas de Brown, Kato, Cavalcanti e Cintra	47
Figura 2	Y-leg model de Peirce	52
Figura 3	Modelo de Indexação proposto por Mai	57
Figura 4	Modelo Semiótico de Indexação proposto por Mai	59
Figura 5	Processo Inferencial de Indexação de acordo com Almeida, Fujita e Reis (2013)	60
Figura 6	Dedução, Indução e Abdução de acordo com ECO	61
Figura 7	Processo Inferencial de Indexação adaptado de Almeida, Fujita e Reis	66
Figura 8	Exemplares de códigos e leis comentados e anotados	82
Figura 9	Exemplares de livros variados de diversas áreas	82
Figura 10	Exemplares de periódicos de diversas áreas	82
Figura 11	Exemplos de capas de livros da área jurídica	85
Figura 12	Exemplos de contracapas de livros da área jurídica	86
Figura 13	Exemplos de orelhas de livros da área jurídica	87
Figura 14	Exemplos de anverso de folhas de rosto de livros da área jurídica	88
Figura 15	Exemplos de verso de folhas de rosto de livros da área jurídica	89
Figura 16	Exemplos de apresentações de livros da área jurídica	90
Figura 17	Exemplos de prefácios de livros da área jurídica	91
Figura 18	Exemplos de sumários de livros da área jurídica	92
Figura 19	Exemplos de capítulos - desenvolvimento do texto de livros da área jurídica	93
Figura 20	Exemplos de artigos de periódico impresso da área jurídica	94
Figura 21	Exemplos de artigos de periódico digital da área jurídica	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação entre os objetivos específicos e os capítulos da Tese	23
Quadro 2	Os conceitos de informação e conhecimento por Burke e Fogl	27
Quadro 3	As condições de leitura e as variáveis observadas na leitura documentária com base em Kato	67
Quadro 4	Categorias de análise criadas com base nos capítulos	106
Quadro 5	Partes consultadas por cada bibliotecário durante a leitura documentária	125
Quadro 6	Termos identificados por cada bibliotecário durante a leitura documentária	126
Quadro 7	Partes consultadas por cada bibliotecário para conferência dos termos identificados inicialmente	131
Quadro 8	Diretrizes para leitura documentária de livros da área jurídica	132
Quadro 9	Diretrizes para leitura documentária de artigos da área jurídica	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Domínio
CA	Catálogo de Assunto
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GIDJ/SP	Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo
ISBN	International Standard Book Number
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PVI	Protocolo Verbal Individual
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCEMG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TTI	Tratamento Temático da Informação
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 Introdução	15
2 A Leitura Documentária para Indexação	25
2.1 A Indexação	32
2.2 A Análise de Assunto	38
2.3 A Leitura Documentária	44
3 Aspectos da Semiótica observados na Leitura Documentária	50
4 O estudo da estrutura textual de documentos da área jurídica	69
4.1 A Análise do Domínio jurídico	70
4.2 A estrutura textual de documentos jurídicos	77
5 Metodologia	97
5.1 O Protocolo Verbal Individual - PVI	101
5.2 Procedimentos para a coleta dos PVI	103
6 Análise dos dados e Resultados	109
6.1 Análise das falas dos PVI	110
6.2 Discussão dos resultados	122
7 Considerações finais	134
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A - Questionário para seleção dos sujeitos dos PVI	155
APÊNDICE B - Roteiro de perguntas para entrevista retrospectiva	156
APÊNDICE C - Protocolo Verbal Individual 001	157
APÊNDICE D - Protocolo Verbal Individual 002	163
APÊNDICE E - Protocolo Verbal Individual 003	171
APÊNDICE F - Protocolo Verbal Individual 004	175
APÊNDICE G - Protocolo Verbal Individual 005	180
APÊNDICE H - Protocolo Verbal Individual 006	184
APÊNDICE I - Protocolo Verbal Individual 007	189
APÊNDICE J - Protocolo Verbal Individual 008	193
APÊNDICE K - Protocolo Verbal Individual 009	197
APÊNDICE L - Protocolo Verbal Individual 010	201
ANEXO A - Parecer CEP	206
ANEXO B - Instruções aos informantes sobre a técnica do “pensar alto” ou Protocolo Verbal	

- adaptado de Nardi (1993)	208
ANEXO C - Notações para a transcrição de Protocolos Verbais adaptadas de Cavalcanti (1989) - retiradas de Fujita; Nardi; Fagundes (2003)	209
ANEXO D - Modelo de leitura documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros em bibliotecas	210

1 Introdução

Esta pesquisa está inserida no contexto da organização do conhecimento e tem por temática central a análise da leitura documentária de livros da área jurídica, por meio de aspectos da semiótica, especificamente da teoria da inferência, com foco na abdução, dedução e indução.

O presente estudo surgiu de pesquisas anteriores, trajetória que se iniciou na graduação, com bolsa de iniciação científica CNPq/PIBIC, cujos relatórios deram origem ao trabalho de conclusão de curso. A proposta da investigação era analisar as estratégias de leitura de catalogadores de assunto dentro do domínio específico de bibliotecas universitárias, com enfoque na estrutura textual de livros. Foram analisados Protocolos Verbais Individuais¹ das áreas de Pedagogia e Odontologia; nos resultados, foram observadas as partes da estrutura textual do livro, as quais contribuíram para a adaptação do “Modelo de Leitura Documentária” para a catalogação de assunto de livros em bibliotecas universitárias. Ficou clara a necessidade de investigar a estrutura textual de livros em outras áreas do conhecimento.

Em Dissertação de Mestrado com bolsa FAPESP, Processo: 10/03483-4, a ideia foi investigar o indexador enquanto leitor profissional, mediante a observação de suas experiências adquiridas com a profissão, dentro do domínio específico de bibliotecas universitárias, e o uso que este faz da estrutura textual, durante a catalogação de assunto. Foram analisados PVI nas três áreas do conhecimento (Biológicas, Exatas e Humanas). Concluiu-se que, em cada área do conhecimento, a análise do documento ocorre de maneira diferenciada. Isso resultou na adaptação de um Modelo², cujo principal objetivo é sugerir partes da estrutura textual de livros que podem ser consultadas, visando a uma catalogação de assunto eficiente.

Entende-se que, em organização do conhecimento, a leitura documentária é a

¹ Técnica introspectiva de coleta de dados - Protocolo Verbal Individual - aprofundamento conceitual mais à frente, na pesquisa (PVI).

² Modelo de ensino de leitura documentária para análise de assunto de livros científicos (REIS, 2012).

forma pela qual os profissionais iniciam diversos processos, como, por exemplo, a indexação e a catalogação de assunto. A leitura com objetivos documentários, realizada por um profissional, nunca ocorrerá de maneira determinada (mesmo que o leitor siga um roteiro, seja próprio, seja institucional), pois a leitura documentária é dinâmica. Cada mente trabalha de forma única, de sorte que fatores como conhecimento prévio, domínio em que o sujeito atua (e/ou atuou anteriormente), educação acadêmica e convívio com outras pessoas influenciam na forma como tal indivíduo interpreta informações. O objetivo de modelos de leitura para esses profissionais é sempre de guiá-los pelo obscuro processo de leitura documentária.

A leitura documentária é feita sempre tendo-se em vista algum processo maior, como a indexação e a catalogação de assuntos.

Para Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 19), a **indexação**, **catalogação de assunto**, **classificação** e elaboração de **resumos** são considerados processos de sumarização da informação. Desses processos se originam os **índices**, os **catálogos de assunto**, os **números de classificação** e os **resumos**, que possibilitam a recuperação da informação pertinente às necessidades dos usuários.

Portanto, entende-se que a indexação e a catalogação de assunto são processos de condensação temática, essenciais em bibliotecas, por proporcionarem o uso adequado de sistemas de informação diversos. Cada processo apresenta particularidades, mas possui em comum a fase inicial, a análise de assunto.

A análise de assunto é o ponto de partida, tanto da indexação quanto da catalogação de assunto, pois ambos demandam a leitura dos documentos tratados. É um processo de tratamento temático de documentos e, conseqüentemente, indispensável em bibliotecas e centros de informação. É estudado por vários autores, sob diversas perspectivas.

O bibliotecário, como profissional que realiza a leitura documentária, durante a análise de assunto (quer para a indexação, quer para a catalogação de assunto), é qualificado para atuar em diversas áreas e locais, não somente em bibliotecas. O campo de atuação do bibliotecário é bastante extenso, e a área jurídica é uma ramificação complexa na biblioteconomia, atualmente. Pensando na atuação do bibliotecário e na quantidade de informação a ser tratada, nessa área, julga-se

relevante estudar esse profissional e a especialização no domínio jurídico. A análise de domínio, tal como é entendida na organização do conhecimento, é um conjunto de técnicas para identificar uma base de conhecimento específica.

De acordo com Smiraglia, a análise de domínio está no cerne da organização do conhecimento, sendo caracterizada como o ato de definir a base do conhecimento conceitual de uma comunidade. Várias pesquisas têm sido desenvolvidas na área, porém, não existe um conceito universal para responder ao questionamento: o que é um domínio? (2012, p. 111).

Pode-se considerar que domínio seria mais bem entendido como uma unidade de análise para a construção de um sistema de organização do conhecimento, isto é, um domínio é um grupo com uma base ontológica que revela um grupo de hipóteses em comum, consenso epistemológico, abordagens metodológicas e semântica social (SMIRAGLIA, 2012, p. 114). Essa definição de Smiraglia é tida como a mais completa e adequada para esta pesquisa.

Pensando na análise de domínio na organização do conhecimento, Mai (2005) indica que contexto é muitas vezes definido como aquele que envolve uma palavra específica, passagem, evento ou situação. Com o propósito de guiar indexadores no processo de indexação, é necessário operar com uma noção mais precisa de contexto.

A indexação com abordagem voltada para o domínio oferece uma estrutura capaz de gerir a complexidade da tarefa e guiar o indexador, por meio da gama de análises necessárias. Os profissionais tomam o domínio como foco e buscam indexar documentos, de acordo com as necessidades dos usuários.

Thellefsen (2002, p. 77) supõe que uma pessoa inserida em um domínio de conhecimento bem definido possui um nível maior de conhecimento em relação aos conceitos do que uma pessoa fora do mesmo. Como exemplo, podemos imaginar um bibliotecário que realiza a análise de assunto em uma biblioteca especializada, na qual a maioria dos documentos do acervo pertence à área de ciências biológicas. Ele entenderá mais sobre o assunto do que um bibliotecário de biblioteca pública ou de uma biblioteca especializada da área de ciências humanas.

Existe a possibilidade de se trabalhar com diversas abordagens para o

reconhecimento de domínios em pesquisas em organização do conhecimento, e o uso destas pode proporcionar um contato interdisciplinar com áreas como Sociologia, Linguística e Filosofia. Dessa forma, é possível estudar alguns aspectos ligados à teoria semiótica e sua relevância em pesquisas sobre organização do conhecimento em domínios específicos.

Estudos teóricos e estatísticos (PASSOS, 1994; LOUREIRO, 2005; BAPTISTA, 2008; PASSOS; BARROS, 2009; MENDES, 2010; GUIMARÃES, 2017; MIRANDA; MIRANDA, 2017) comprovam que a atuação do bibliotecário na área jurídica é imprescindível, pois a demanda por organização do conhecimento nesse domínio é ampla.

Nesta pesquisa, além do estudo da observação de estruturas textuais, foram escolhidas algumas concepções importantes a serem exploradas, durante a leitura documentária de livros; a mais significativa delas é o aspecto metacognitivo de bibliotecários (examinado por meio da teoria da inferência presente na semiótica de Peirce, e com os conceitos de abdução, dedução e indução), em domínio específico do direito.

Alguns trabalhos na área da Semiótica relacionam-se a esta pesquisa, no sentido em que consideram os domínios e contextos como aspectos importantes a serem observados dentro de algum processo. Considera-se que Mai (1997a, 1997b, 2001), Thellefsen (2002), Torkild Thellefsen, Soren Brier e Martin Thellefsen (2003), são autores de literatura internacional, marcantes e essenciais que fazem essa relação com os temas.

Ao se pensar na indexação sob um ponto de vista semiótico, é possível obter uma compreensão mais profunda da complexa relação entre autor, indexador e usuário (THELLEFSEN; BRIER; THELLEFSEN, 2003, p. 180), pois, de acordo com os autores, a “[...] indexação pode ser ilustrada e explicada utilizando a semiótica como uma ‘lente de aumento’.” (2003, p. 181).

Almeida, Fujita e Reis (2013, p. 239) concebem “[...] a abordagem semiótica do processo de indexação de assunto como um campo promissor para os estudos da Organização e Representação do Conhecimento.”

Diversos pesquisadores realizaram estudos relacionados à leitura

documentária para a indexação, em domínios específicos ou não.

Em sua Tese de Doutorado, Guimarães apresenta contribuições para o tratamento temático de documentos jurídicos. No entendimento do autor, o bibliotecário deve “[...] centrar seus maiores esforços no processo de análise - e não no de representação como muito se discute.” (GUIMARÃES, 1993, p. 53).

Silva (2008) busca oferecer subsídios que auxiliem o acesso e a compreensão dos conceitos da ciência jurídica pelos bibliotecários. A autora dá enfoque à estrutura textual de acórdãos, leis e pareceres jurídicos. Foi desenvolvido um modelo de leitura técnica jurisprudencial com a exibição de conceitos referentes à dinâmica processual, em especial, os procedimentos recursais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ. A autora concluiu que, para a compreensão da terminologia jurídica e indexação da decisão judicial (acórdão), é necessário que o bibliotecário entenda conceitos jurídicos e as fases do processo judicial, além de aplicar técnicas estratégicas de leitura, na análise de certas partes do acórdão.

Em Tese de Doutorado, Almeida (2009) implementa um estudo das inter-relações teóricas e aplicadas entre a organização da informação e do conhecimento e Filosofia e Semiótica peirceanas. O autor relata, como resultados, a presença dos níveis elementar e intermediário de interdisciplinaridade entre o pensamento de Peirce e a organização do conhecimento, principalmente nos eixos Semiótica e Pragmatismo.

Almeida, Fujita e Reis (2013) investigam conceitos fundamentais para compreender o processo de indexação de assunto, a partir da Semiótica de Peirce, especificamente no segundo ramo, da Lógica Pura ou Crítica. Os autores buscam sustentar que a indexação de assunto é um processo inferencial. Concluem que ocorre, na indexação, uma ação instigante de descobrir, através da matriz inferencial, o significado de um texto, de modo a alcançar o assunto e a entrada de assunto mais apropriada ao sistema de informação.

Redigolo (2014) explicita, em sua Tese, um estudo aprofundado sobre análise de assunto para a catalogação de assunto, com foco em estudos de normalização em bibliotecas universitárias e no aprimoramento do processo de indexação em política de indexação. A autora usa aspectos da abordagem sociocognitiva, da

semiótica e da linguística textual, tendo em vista um entendimento maior dos processos de análise de assunto. Foram aplicados Protocolos Verbais e pesquisa etnográfica. Na análise dos dados, a autora observa aspectos da realidade do processo de análise de assunto em bibliotecas universitárias e, com os resultados, foi possível elaborar diretrizes para desenvolver a análise de assunto de maneira aprimorada, em bibliotecas universitárias.

Ferreira (2017), em Dissertação de Mestrado, realiza pesquisa sobre a análise de assunto para indexação de acórdãos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), com o intuito de sistematizar a leitura do indexador. A autora procura oferecer diretrizes e procedimentos para a análise de assunto, via modelo de leitura técnica. Explica que, com os resultados da pesquisa, verificou a importância das estratégias de análise do texto, as quais permitiram a sistematização do processo de leitura no modelo. Considera imprescindível o conhecimento do domínio jurídico por parte do indexador, pois o modelo traz diretrizes de leitura, e não de contextualização.

Venâncio Júnior (2017), em Dissertação de Mestrado, investiga a contribuição da semiótica peirceana no processo de elaboração de cabeçalhos de ementas. O cabeçalho de ementa é o produto do processo de indexação de um acórdão. Verificou-se que cada etapa do processo de elaboração de um cabeçalho de ementa é constituída de atividade semiótica. Constatou-se a presença de experiência colateral e de hábitos na indexação, ficando evidenciado que é um processo inferencial.

Reis *et al.* (2018) analisam os diferentes enfoques teóricos sobre a semiótica, na criação de registros bibliográficos. As autoras explicam que tanto a catalogação de forma quanto a de assunto exigem o contato com o documento, por meio da leitura, o que requer processos interpretativos complexos, por parte dos profissionais. Foram consideradas duas vertentes distintas da Semiótica, sob o olhar de Charles Sanders Peirce e de Ferdinand de Saussure. Com os estudos teóricos apresentados, as autoras concluem que é possível categorizar, através das abordagens da Semiótica, como o profissional se comporta em contato com os documentos.

Pensando-se nas pesquisas citadas e, principalmente, em Almeida, Fujita e

Reis (2013), acredita-se que a análise por intermédio da abdução, dedução e indução é capaz de oferecer uma categorização do processo de leitura documentária. Reis *et al.* (2018, p. 55) fornecem um exemplo de categorização de trechos de um PVI da área de Humanas, utilizando esses conceitos. Em análise de Reis (2009 e 2012), não foi possível “destrinchar” os passos da leitura, de forma tão avançada, como é proporcionado pelo segundo ramo da Semiótica. Dessa maneira, a categorização mais clara dos passos na leitura documentária proporciona a criação de um roteiro ou diretriz, motivo pelo qual o uso de aspectos da Semiótica em pesquisa atual é essencial.

Tendo as abordagens da presente pesquisa como base, foram definidas as seguintes premissas:

- A importância de investigar a leitura documentária, durante a indexação, por bibliotecários especialistas dentro de domínio específico na área de Humanas (área do Direito);
- A necessidade de realizar análise dos PVI mais profunda, com o apoio de aspectos da teoria semiótica, especificamente da teoria da inferência e da abdução, dedução e indução, na leitura documentária;
- O reconhecimento de que a especialização e a familiarização por longos períodos do bibliotecário (prática e conhecimento prévio), em determinado domínio, afetam seu desempenho metacognitivo, para melhor, na leitura documentária.

Diante do exposto, define-se como **problema**, para esta pesquisa, a necessidade de avançar nos estudos dos processos metacognitivos de bibliotecários do domínio jurídico, durante a leitura documentária, adotando conceitos relacionados à teoria da inferência, como observado no segundo ramo da Semiótica.

A **hipótese** é de que, ao analisar a leitura documentária de bibliotecários jurídicos, durante a indexação de documentos da área, seria possível mapear de forma mais detalhada seus processos metacognitivos, por meio de categorização com base na abdução, dedução e indução.

A **tese** da pesquisa é de que a observação da prática deliberada de leitura documentária do bibliotecário, experiente em determinado domínio, revelará os processos vinculados à interpretação do conteúdo de documentos, contribuindo para a organização do conhecimento.

Desse modo, **propõe-se** examinar a leitura documentária de doutrina do domínio do Direito, através de aspectos da teoria da inferência e, especialmente, os conceitos de abdução, dedução e indução, em Semiótica. Ao se realizar tal estudo, pretende-se esclarecer os passos do processo de leitura documentária no domínio jurídico e listar diretrizes e procedimentos mais observados na análise de profissionais experientes. Com isso, haverá contribuições para estudos associados à leitura documentária, em uma ramificação específica do conhecimento, do Direito, e consequentemente ao domínio jurídico na Biblioteconomia.

Com base na proposição, foi definido como **objetivo geral** da pesquisa: oferecer contribuições para a área de organização do conhecimento, a partir de investigações sobre estruturas textuais de livros da área jurídica (doutrina), em formatos tradicionais e multimídia, por meio da coleta de Protocolos Verbais Individuais com profissionais da área, com os seguintes **objetivos específicos**:

- Pesquisar a leitura documentária, para indexação de doutrina na Organização do Conhecimento;
- Investigar aspectos da teoria da inferência e, especificamente, os conceitos de abdução, dedução e indução, em Semiótica, e sua relação com a leitura documentária de estrutura textual de doutrina;
- Estudar a estrutura e tipologia textual de documentos na área jurídica, com foco em livros científicos da área jurídica (Doutrina);
- Aplicar técnica introspectiva de coleta de dados - Protocolo Verbal Individual (PVI) em profissionais da área jurídica, tendo em vista a observação da leitura documentária para a indexação de Doutrina;

Esta pesquisa se **justifica**, na medida em que colabora diretamente para a leitura documentária de doutrina da área jurídica e para o crescimento teórico-metodológico da organização do conhecimento.

No Quadro 1, é apresentada a relação entre os objetivos específicos e os capítulos.

Quadro 1 - Relação entre os objetivos específicos e os capítulos da Tese:

<p>Objetivo específico 1: Pesquisar a leitura documentária para indexação de doutrina na Organização do Conhecimento.</p> <p>Capítulo 2: A Leitura Documentária para Indexação</p>
<p>Objetivo específico 2: Investigar aspectos da teoria da inferência e, especificamente, os conceitos de abdução, dedução e indução, em Semiótica, e sua relação com a leitura documentária de estrutura textual de doutrina.</p> <p>Capítulo 3: Aspectos da Semiótica observados na Leitura Documentária</p>
<p>Objetivo específico 3: Estudar a estrutura e tipologia textual de documentos na área jurídica, com foco em livros científicos da área jurídica (Doutrina)</p> <p>Capítulo 4: O estudo da estrutura textual de documentos da área jurídica</p>
<p>Objetivo específico 4: Aplicar técnica introspectiva de coleta de dados - Protocolo Verbal Individual (PVI) em profissionais da área jurídica, tendo em vista a observação da leitura documentária para a indexação de Doutrina</p> <p>Capítulo 5: Metodologia</p> <p>Capítulo 6: Análise dos dados e Resultados</p> <p>Capítulo 7: Considerações finais</p>

Fonte: Elaborado pela autora

A importância da presente pesquisa encontra-se no âmbito acadêmico e profissional. **Acadêmico**, pois expõe resultados relacionados à organização do conhecimento, especialmente sobre a leitura documentária, cooperando diretamente para a área de produção e organização do conhecimento em Biblioteconomia jurídica. E **profissional**, porque apresenta resultados ligados à organização do conhecimento em bibliotecas do domínio jurídico.

A fim de alcançar os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes nacionais e internacionais, proporcionando a redação de pressupostos teóricos para esta pesquisa.

A coleta de dados ocorreu pela aplicação de Protocolos Verbais Individuais (PVI) a profissionais de bibliotecas da área jurídica, durante a leitura documentária para indexação de doutrina em formato tradicional (impresso) ou digital (*e-book*). Após as coletas de PVI, foi realizada uma comparação entre as análises das estruturas textuais de todos os bibliotecários.

Os procedimentos de análise foram mais bem definidos nos capítulos de Análise de dados e de Resultados. As categorias para análise dos dados foram baseadas nas etapas do processo inferencial, contempladas na Figura 2 e amparadas em aspectos da teoria semiótica, definidos no Capítulo 3.

A primeira fase, da coleta de PVI, envolveu dez bibliotecários com pelo menos cinco anos de experiência na área jurídica, que realizam indexação de doutrina. Os sujeitos foram selecionados via questionário, enviado a bibliotecários do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo (GIDJ/SP).

Os conhecimentos adquiridos via pesquisa bibliográfica proporcionaram base para a análise dos dados. A pesquisa efetuada para a redação dos pressupostos teóricos sobre leitura documentária, estruturas textuais de documentos, domínios específicos e aspectos da semiótica foi essencial para os resultados.

Os resultados foram comparados, tendo-se como parâmetro principal o tipo de documento (doutrina), seus formatos (digital ou tradicional). Foi realizada a comparação em quadros, facilitando-se a visualização dos resultados por bibliotecário analisado. Foram observados dez bibliotecários, por meio de entrevista via PVI, cada um fazendo a leitura documentária de doutrina, já que a técnica escolhida é qualitativa e extremamente complexa. Com os resultados, foi enfatizada a influência do domínio específico, experiência profissional (conhecimento prévio da área) e a prática na interpretação e inferência do profissional, elementos que forneceram subsídios para a conclusão da tese.

Foi alcançado um entendimento maior de como o profissional analisa o conteúdo do livro, durante a leitura documentária, através de sua estrutura, e, como consequência disso, como funciona o processo de criação de hipóteses na indexação para organização do conhecimento, por meio da leitura documentária em bibliotecas jurídicas.

2 A Leitura Documentária para Indexação

Neste capítulo, encontra-se a fundamentação teórica, com conceitos sobre a leitura documentária e sua relação com a Organização do Conhecimento. A leitura documentária é o primeiro passo para a análise de assunto em indexação e diversos outros processos, tornando-a fundamental para profissionais da área.

Considerando a área desta pesquisa, a Organização do Conhecimento, é oportuno conceituar e diferenciar os termos “Informação” e “Conhecimento”. Rowley e Farrow explicam que “[...] essas definições são usadas para identificar a maneira pela qual nosso entendimento comum desses termos relacionados estão interligados.” (2000, p. 4).

Em 1991, Buckland apresentou conceitos de “informação” sob três perspectivas: informação-como-processo; informação-como-conhecimento; informação-como-coisa. A distinção básica entre intangíveis - o **conhecimento e informação como conhecimento**, e tangíveis - **informação como coisa** - deve ser entendida da seguinte forma: “se você puder tocá-lo ou medi-lo diretamente, isso não é conhecimento, mas deve ser algo físico.” (1991, p. 352).

O autor entende que o conhecimento pode ser representado, assim como um evento pode ser filmado. Qualquer representação desse tipo está necessariamente em forma tangível e, assim, a representação de conhecimento (e de eventos) é necessariamente “informação-como-coisa” (BUCKLAND, 1991, p. 352). Essa afirmação do autor está relacionada ao conceito de informação como algo registrado, um dado que se torna conhecimento em contato com o pensamento e o processamento humano.

Rowley e Farrow (2000, p. 5) listam³ os conceitos de “informação” mais comuns na literatura. O primeiro, o conceito de **informação como conhecimento subjetivo**, é, de acordo com os autores, o mais interessante para o propósito da Biblioteconomia, Ciência da Informação e para as Ciências Cognitivas. O

³ *Information as subjective knowledge, information as useful data, information as a resource, information as a commodity, information as a constitutive force in society.*

conhecimento subjetivo mantido na mente do indivíduo pode ser traduzido em **conhecimento objetivo**, através da fala e da escrita. O profissional da informação se preocupa com o conhecimento objetivo, sobretudo com o **conhecimento registrado**. Nesse contexto, existe também a distinção entre **conhecimento explícito** e **conhecimento tácito**: o primeiro pode ser visto como equivalente ao conhecimento objetivo, e uma proporção desse conhecimento explícito será registrada em documentos de vários tipos. O segundo é o conhecimento que está na mente do indivíduo e pode ser implicitamente compartilhado, provavelmente através de ações e formas compartilhadas de fazer as coisas, dentro de uma organização (ROWLEY; FARROW, 2000, p. 6). Com respeito à compreensão dos autores, o conhecimento é profundamente dependente da informação registrada.

Os outros conceitos de informação listados por Rowley e Farrow são: **informação como dado útil**: relação de informação com dados; **informação como recurso**: informação como algo que pode ser gerenciado; **informação como mercadoria**: informação associada à propriedade intelectual; e **informação como força constitutiva na sociedade**: informação como agente de criação de estruturas sociais.

Tanto Buckland quanto Rowley e Farrow conceituam a informação levando em conta alguma característica. Os autores não apresentam o conceito apenas de "informação", porque sempre será acompanhado de algum outro conceito, na maioria das vezes, "conhecimento".

Dessa maneira, percebe-se forte vínculo entre "informação" e "conhecimento". Ambos se relacionam fortemente, com o conhecimento dependendo da informação para ser construído.

"Conhecimento", para Lankes (2016, p. 70), é "[...] uma força que move a economia, as artes e deveria mover os bibliotecários em seu trabalho. Conhecimento é, em uma última análise, a forma como vemos o mundo, e determina como agimos."

Eis o que conhecimento não é: um acúmulo tranquilo e passivo de fatos. Não é uma base de dados com artigos ou um prédio cheio de livros. Não é medido em quilos ou metros. Conhecimento não é estático, não é desinteressado, nem frio

(LANKES, 2016 p. 70). O conhecimento é dinâmico.

Burke (2003) e Fogl (1979), conceituam **informação** e **conhecimento**, cujas definições estão expostas, comparativamente, no quadro abaixo:

Quadro 2 - Os conceitos de informação e conhecimento por Burke e Fogl, com destaques nossos:

	BURKE (2003)	FOGL (1979)
Informação	O que é relativamente cru , específico e prático	É uma forma material da existência do conhecimento ; é um item definitivo do conhecimento expresso por meio da linguagem natural ou outros sistemas de signos percebidos pelos órgãos e sentidos; existe e exerce sua função social, através de um suporte físico ; existe objetivamente fora da consciência individual e independente dela. desde o momento de sua origem
Conhecimento	Aquilo que representa o que foi cozido , processado ou sistematizado pelo pensamento	É o resultado da cognição (processo de reflexão das leis e das propriedades de objetos e fenômenos da realidade objetiva na consciência humana); é o conteúdo ideal da consciência humana

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima apresenta a relação do conhecimento com a informação, sendo esta última considerada uma forma de conhecimento registrado.

Para Rowley e Farrow (2000, p. 8), qualquer discussão sobre o modo como o conhecimento ou a informação pode ser gerenciada ou estruturada precisa levar em conta várias características do **conhecimento**. Estas incluem objetividade, acessibilidade, periodicidade, relevância, estrutura e sistemas:

- **Objetividade:** Está relacionada à confiabilidade e precisão. Precisão significa que os dados ou informações estão corretos, e confiabilidade implica que a informação é um verdadeiro indicador da variável que se pretende medir. Os usuários geralmente julgam a confiabilidade das informações com base na reputação da fonte da qual foram extraídas;
- **Acessibilidade:** Está ligada à disponibilidade de conhecimento para usuários em potencial. Aqui, é relevante a distinção entre conhecimento implícito ou

tácito e conhecimento explícito. O conhecimento tácito é conhecimento subjetivo, o qual é de propriedade do indivíduo ou equipe. Já o conhecimento mais explícito é armazenado nos arquivos impressos e eletrônicos das sociedades (bibliotecas) e organizações, sendo, em geral, mais acessível do que o conhecimento tácito. O conhecimento do sujeito, o contexto ambiental, a linguagem utilizada e as preferências do usuário influenciam o sucesso com o qual uma mensagem é recebida;

- **Periodicidade:** Pode ser avaliada com respeito a muitas das outras características, como periodicidade e precisão, mas pode ser propriamente julgada em termos de nível de detalhamento e integridade. Além disso, o nível de detalhamento ou granularidade das informações deve corresponder ao exigido pela tarefa e pelo usuário;
- **Relevância:** A periodicidade e o tempo de vida do conhecimento são importantes, por duas razões: algumas informações podem suplantam outras informações; as informações mais atuais são necessárias e as informações desatualizadas precisam ser descartadas;
- **Estrutura:** Todo conhecimento tem uma estrutura. As duas características importantes dessa estrutura são: o modo como os itens são agrupados em categorias e as relações entre essas categorias;
- **Sistemas:** É frequentemente imposta pelos sistemas, sejam esses sistemas estruturas conceituais, sistemas de comunicação ou sistemas de informação.

O conhecimento, baseado na informação registrada, pode ser organizado em função das características acima.

Para Smiraglia (2012, p. 112), a organização do conhecimento pode ser concebida como um domínio dedicado à “organização do que é conhecido”, particularmente para a recuperação.

Na comunidade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), a Organização do Conhecimento⁴ significa a organização da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citações, texto completo e internet (HJØRLAND,

⁴ *Knowledge organization*, para Hjørland (2003, 2008).

2003, p. 1).

Hjørland explica que a organização do conhecimento é um entre muitos campos contemporâneos que tentam desempenhar um papel nos futuros ambientes de comunicação e troca de conhecimento. Tem ligação com a Biblioteconomia e CI e tem como objetivo apoiar atividades de aprendizagem e pesquisa, as quais podem constituir um dos pilares importantes sobre os quais fundamentar o campo (2008, p. 99).

Albrechtsen e Hjørland (1997, p. 136) salientam que a Biblioteconomia exerce a busca de informações e organização do conhecimento.

Já Brascher e Café (2008) dissertam sobre o emprego dos termos **organização da informação** e **organização do conhecimento**, em um estudo acerca das diferentes abordagens encontradas na literatura, com a análise terminológica dos contextos de uso para os termos. Para as autoras, a organização da informação está relacionada a objetos informacionais (conhecimento explícito) e a organização do conhecimento concerne a unidades de pensamento (conhecimento tácito).

De acordo com as autoras, os dois tipos de processo de organização são:

[...] um que se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais - o processo de organização da informação, e outro que se aplica a unidades do pensamento (conceitos) - o processo de organização do conhecimento. A organização da informação compreende, também, a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos. A organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

As abordagens de Hjørland (2008) e de Brascher e Café (2008) são divergentes.

Para Hjørland (2008), “informação” deve ser tomada como o conhecimento que foi registrado em algum suporte, por meio de linguagem. O “conhecimento” é a informação processada pela mente humana. Em Biblioteconomia, a “informação” é o

documento, enquanto o “conhecimento” se dá por meio da leitura e análise do mesmo, pelo bibliotecário. Por esse motivo, nesta pesquisa, será usado o termo Organização do Conhecimento.

Thellefsen, Thellefsen e Sørensen (2013) possuem uma abordagem semelhante à de Hjørland (2008), quando explicam que

[...] o conhecimento considerado para a organização é aquele que se materializa em diferentes tipos de mídia e, portanto, a organização do conhecimento é mais precisamente definida como a área de pesquisa dentro da ciência da informação que tem um interesse particular na **organização do conhecimento registrado, que, em princípio, é o mesmo que informação**. (THELLEFSEN; THELLEFSEN; SØRENSEN, 2013, p. 214, grifo nosso).

Hjørland (2016, p. 477) aborda os dois principais aspectos da organização do conhecimento, que são:

[...] (1) **processos de organização do conhecimento (KOP)** e (2) **sistemas de organização do conhecimento (KOS)**. Os processos de organização do conhecimento (KOP) são, por exemplo, os processos de catalogação, análise de assunto, indexação, criação de tags e classificação por humanos ou máquinas. Sistemas de organização do conhecimento (*Knowledge Organization Systems*, KOS) são a seleção de conceitos com uma indicação de relações semânticas selecionadas. Exemplos são sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, ontologias e outros sistemas de metadados. (2016, p. 477).

A indexação e, conseqüentemente, a leitura documentária constituem o processo de organização do conhecimento (KOP).

Em 2008, Guimarães publica uma análise bibliográfica extensa sobre o Tratamento Temático da Informação. Para o autor, o “TTI” se baseou em três distintas linhas de abordagem, as quais poderiam ser enunciadas como: *subject cataloguing* (de orientação predominantemente norte-americana), *indexing* (de orientação predominantemente inglesa) e *analyse documentaire* (de orientação predominantemente francesa) (GUIMARÃES, 2008, p. 81). Em outras palavras: catalogação de assunto, de matriz norte-americana, e indexação, de matriz inglesa,

mais centradas nos instrumentos e produtos de TTI, e análise documental, de matriz francesa, mais voltada para os procedimentos envolvidos no TTI (GUIMARÃES; FERREIRA; FREITAS, 2012, p. 183).

Em 2009, Guimarães apresentou conceitos sobre o TTI, em artigo intitulado “Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (T.T.I.): catalogação de assunto, indexação e análise documental”. Segundo o autor (GUIMARÃES, 2009, p. 2), o TTI atenta a questões concernentes à análise, descrição e representação do conteúdo de documentos, “[...] em cujo âmbito desenvolvem-se processos, valendo-se de instrumentos para a geração de produtos.” Ademais, conforme Guimarães, o processo de organização do conhecimento e, por conseguinte, da informação, enquanto núcleo duro da Ciência da Informação, destaca que o conhecimento é um produto, uma necessidade e um dínamo social, o qual se realiza a partir da informação e, ao socializar-se, se transforma em informação (2009, p. 1).

Para Guimarães, Ferreira e Freitas (2012, p. 183), o TTI é de natureza mediadora, pois promove a interlocução dos contextos de produção e de uso da informação, através da análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos para armazenamento e recuperação da informação, em cujo âmbito se desenvolvem processos, instrumentos e produtos.

É relevante resgatar o conceito de TTI, nesta pesquisa, pois, em certo momento na Biblioteconomia e CI, este era um conceito bastante disseminado entre teóricos e muito usado para categorizar o processo de indexação. Atualmente, com base em novas vertentes e estudos, deve-se dar atenção ao termo Organização do Conhecimento. Acredita-se que o conceito de TTI está inserido na Organização do Conhecimento.

Há diversos processos de organização do conhecimento, e podemos destacar a leitura documentária como ponto de partida para diversos deles. A indexação, classificação, catalogação de assunto, entre outros, são exemplos de processos de organização do conhecimento.

As próximas seções são dedicadas a conceitos do processo de indexação e aspectos e processos associados, como a catalogação de assunto, a análise de assunto, leitura documentária e *aboutness* de um documento.

2.1 A Indexação

A ação de identificar e descrever um documento de acordo com seu assunto é chamada “indexação”. Durante a indexação, os conceitos são extraídos do documento, através de um processo de análise e, então, traduzidos para os termos de instrumentos de indexação (tais como tesouros, listas de cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação etc.) (NAVES, 1996, p. 215).

Fiuzza (1985, p. 278) ressalta que a indexação é uma disciplina superior, que se preocupa com os sistemas de recuperação de informação.

Guinchat e Menou (1994, p. 176) definem a indexação como uma das formas de descrição de conteúdo. É a operação pela qual se escolhem os termos mais apropriados para indicar o conteúdo de um documento.

Chaumier (1988, p. 63) explica que a indexação “[...] condiciona o valor de um sistema documentário.” Seguindo a mesma linha de pensamento, para Fujita (2003, p. 62), a indexação condiciona os resultados de uma estratégia de busca.

Langridge (1977, p. 105) aponta três formas de uso do termo **indexação**:

- Como sinônimo de organização do conhecimento em bibliotecas. Nesse sentido, inclui indexação de autor e título e a descrição dos documentos, assim como a identificação de assunto;
- Como o ato de registrar o conteúdo de uma coleção, em contraposição ao ato de examinar a coleção para dar uma informação ou os documentos solicitados;
- Em seu sentido mais restrito, como provendo uma chave alfabética a uma ordem sistemática: o índice alfabético para o conteúdo de um livro arranjado sistematicamente, ou o índice alfabético para um catálogo arranjado sistematicamente (classificado).

Lancaster (2004, p. 6) traz um conceito clássico de indexação, destacando que esta “[...] implica na preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos.” Consiste em um dos processos mais importantes do trabalho do

bibliotecário, porque objetiva representar o conteúdo de um documento, por meio de termos extraídos de um texto original (DUARTE, 2007, p. 1).

Para Duarte, a indexação é definida como o ato de interpretação ou de identificação de um documento, com foco em seu conteúdo temático. Trata-se da representação de documentos, através de termos obtidos com base no texto original. É um processo subjetivo, pois lida com análise, interpretação e definição do que será indexado, levando em conta o contexto do documento (2007, p. 2).

Na indexação, é assumido que a relação entre um documento e sua entrada de índice (ou entradas) é de algum tipo de condensação semântica: a entrada do índice representa um resumo do conteúdo de todo o texto (HUTCHINS, 1978, p. 172). É um processo intelectual que envolve atividades cognitivas na compreensão do texto e a composição da representação do documento (DUARTE, 2007, p. 6).

É, assim, um processo de sumarização que ocorre pela análise de assunto. Conforme algumas abordagens teóricas, a indexação pode ser organizada em duas, três e até quatro etapas.

De acordo com Naves (2001, p. 192), a indexação compreende **duas etapas** distintas: a **análise de assunto**, quando se dá a extração de conceitos capazes de representar o conteúdo de um documento, expressos em linguagem natural, e a **tradução** desses conceitos para termos de instrumentos de indexação, que são as chamadas linguagens de indexação.

Albrechtsen também divide a indexação em **duas etapas**. A autora explica que o processo de criação de dados relacionados ao assunto do documento, entradas de assunto para livros ou descritores em sistemas de recuperação de informação envolve duas etapas principais. A primeira é a **análise de assunto** de um documento e expressão da informação percebida em uma declaração linguística concreta. A segunda consiste em **atribuir os termos** elicitados na declaração linguística, onde estes podem ser traduzidos em conformidade com a terminologia de um vocabulário controlado de termos de indexação, por exemplo, de acordo com um tesouro ou um esquema de classificação (1993, p. 219).

Duarte (2007, p. 2) assinala igualmente que, em termos de estruturação, a indexação possui **duas etapas**: o conhecimento do conteúdo do documento, que se

dá pela **leitura** rápida de partes da estrutura textual para escolher os conceitos a serem representados, e a **tradução** dos conceitos escolhidos, para incorporação de elementos sintáticos.

Assim como Duarte (2007), Lancaster (2004, p. 8) considera a indexação como um processo caracterizado por duas etapas, uma de **análise conceitual** e uma de **tradução**, enquanto Chaumier (1988) entende a indexação em dois estágios: o primeiro concerne ao **conhecimento do conteúdo** do documento e o segundo, à **escolha dos conceitos**.

Mai (1997a, p. 55) explica a indexação em três estágios: o primeiro é o processo de **análise do documento**, o segundo é o processo de **descrição de assunto** e o terceiro é o processo de **tradução dos assuntos** para uma linguagem de indexação.

Chu e O'Brien (1993, p. 440) conceituam quatro etapas para o processo de indexação. A primeira é a **análise de assunto** do texto, a segunda consiste em **expressar os assuntos** nas palavras da mente do profissional para o papel ou sistema, a terceira etapa é a **tradução** para uma linguagem de indexação, e a quarta etapa, **expressar os assuntos em termos** de indexação.

A literatura evidencia que não há unanimidade nas etapas que configuram o processo de indexação, sendo certo que, independentemente da efetividade de cada uma, para os profissionais mais experientes, as etapas acontecem frequentemente de modo simultâneo (TERRA, 2017, p. 53).

Como observado acima, existem diversas abordagens sobre quais são as etapas da indexação (duas etapas para Chaumier (1988) e Lancaster (2004), três etapas para Mai (1997b), quatro etapas para Chu e O'Brien (1993)), contudo, todas elas colocam a análise de assunto como processo inicial. Em contextos profissionais, é comum que os bibliotecários não façam essa distinção, realizando o processo de forma automática, sem notar as etapas da indexação.

Na indexação, deve-se ter em mente que o que se quer é extrair o assunto do documento, estando, nesse aspecto, explicada a necessidade de o profissional ter um raciocínio lógico e rápido, que o auxilie nessa tarefa de síntese (NAVES, 2001, p. 197).

Para Hutchins (1978, p. 172), a suposição básica é de que os indexadores são capazes de indicar “sobre” o que um documento trata, formulando uma expressão que “resume” o conteúdo do documento.

Taylor (2004, p. 41) escreve acerca dos produtos da indexação, explicitando que os índices “[...] proporcionam acesso ao conteúdo analisado de ‘pacotes informacionais’ (por exemplo, artigos de jornal, histórias curtas em uma coleção, artigos de conferências e eventos, etc.).”

Tendo em vista os produtos da indexação, uma distinção importante deve ser feita entre a busca por documentos e a busca por informações. A busca por documentos é a busca por itens conhecidos, enquanto a busca por informações reside na busca do assunto; caso em que os documentos não são conhecidos (THELLEFSEN; BRIER; THELLEFSEN, 2003, p. 179). Esse conceito diferencia os tipos de busca proporcionados pelo tratamento de forma (catalogação) e o tratamento temático (classificação, indexação e catalogação de assunto).

Teoricamente, entende-se que o termo **indexação** é atribuído à prática de criação de índices, ao passo que a catalogação de assunto, à criação de registros bibliográficos a serem inseridos em itens, nos catálogos. Esta é a forma mais comum de distinguir os dois processos, conceitualmente.

Sauperl (2004, p. 55) compartilha do mesmo pensamento, ao explicar que descrições de assunto de documentos em catálogos de bibliotecas são proporcionadas por catalogadores. Por sua vez, descrições de assunto de documentos em bases de dados bibliográficas são fornecidas por indexadores.

Guimarães (2009, p. 8) faz considerações sobre os produtos da catalogação de assunto, a qual para ele, “[...] reside na construção do catálogo em si.” Toma a análise de assunto como a etapa preliminar do processo, pois, após sua realização, é necessária a tradução para a linguagem do sistema. O mesmo autor cita a catalogação de assunto nas correntes teóricas do TTI (cf. início do Capítulo 2).

Fiuza (1985, p. 257) concede a catalogação de assunto (CA) como “[...] disciplina ou conjunto de disciplinas que tratam da representação nos catálogos de biblioteca, dos assuntos contidos no acervo.”

De acordo com Guimarães (2009, p. 2), a CA “[...] apresenta nítida matriz

norte-americana, em muito norteadada pelos princípios de catalogação alfabética de Cutter e da tradição de cabeçalhos de assunto da Library of Congress, cuja ênfase reside no catálogo enquanto produto do tratamento da informação em bibliotecas.”

A CA, uma parte do processo de catalogação, se concentra em fornecer informações sobre o tema de um documento. A representação de assunto é um elemento crítico para garantir o acesso aos documentos. A atribuição inadequada de assuntos pode levar à recuperação infrutífera, insatisfação dos usuários e necessidades informacionais não atendidas (SAUPERL, 2005, p. 713).

Tanto a indexação quanto a CA são processos importantes para a organização do conhecimento. Existe um consenso de que ambos são iniciados com a leitura documentária, na fase de análise de assunto (AA). Utilizaremos o conceito de Neves, Dias e Pinheiro (2006), a fim de justificar a necessidade de conceituar o processo de Indexação e de CA, nesta pesquisa:

A leitura tem destaque no trabalho de algumas especializações da ciência da informação, como a catalogação temática, a classificação e a indexação. Essas funções são desempenhadas em bibliotecas ou sistemas de recuperação de informação e têm por finalidade o tratamento temático dos documentos. Para simplificar, daqui por diante vamos denominar o profissional que desempenha esse tipo de função simplesmente como indexador. (NEVES; DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 141).

Levando-se em conta o profissional que realiza a indexação, quando se alude a “indexador”, é preciso estar atento à precisão conceitual do termo. Nas literaturas inglesa e americana, o termo **indexador** é aplicado tanto àquela pessoa que elabora índices de textos ou livros quanto àquela que faz a indexação acadêmica ou catalogação de assunto. O termo é adotado para referir-se a todos aqueles que fazem o tratamento de assunto, cuja tarefa seria a de analisar o assunto de um item, descrevê-lo em termos próprios e traduzi-lo para a linguagem específica do sistema (NAVES, 2001, p. 191).

Ao pensarmos na nomenclatura do profissional, de acordo com a atividade realizada, nós nos deparamos com o termo **analista de assunto**, pois toda a literatura apresentada acima define a análise de assunto como passo inicial da

indexação e outras atividades, com o objetivo de sumarização.

Os fatores considerados mais importantes com relação à influência do analista de assunto são a subjetividade (diferentes indivíduos criam diferentes figuras ou ideias de uma mesma informação externa, por causa de suas inclinações pessoais e afetivas, que certamente interferem no trabalho por eles desenvolvido), o conhecimento prévio (atinente ao estoque de conhecimento armazenado na memória do indivíduo, assimilado e adquirido em suas vivências) e a sua formação e experiência (um mínimo de conhecimentos da área na qual se está indexando é obviamente indispensável) (NAVES, 2001, p. 191).

Entende-se que tanto a indexação quanto a CA são processos que possuem a análise de assunto como ponto de partida; porém, o que define suas nomenclaturas são os produtos finais (ou índices, ou termos em catálogos). Daremos enfoque ao processo de indexação, nesta pesquisa.

Em suma, a indexação é um processo de identificação de conceitos que possam representar um documento. A quantidade de passos para esse processo depende da abordagem teórica, mas a primeira etapa será sempre a análise de assunto (na concepção de Mai (1997, p. 55), o primeiro estágio consiste no processo de análise do documento, e não de análise de assunto). Os produtos da indexação são termos representativos de um documento, e o profissional que realiza esse processo é tido, nesta investigação, como o analista de assunto.

A indexação está diretamente relacionada à leitura documentária, e vários autores estudam esse processo tão complexo. Existem diversas abordagens de estudo da indexação, sendo a maioria determina a análise de assunto (AA) como processo inicial.

2.2 A Análise de Assunto

Preparar um índice para um livro ou atribuir termos de indexação a documentos envolve a tarefa de análise de assunto. Pode ser definida como "[...] o processo intelectual ou automatizado pelo qual os assuntos de um documento são analisados para expressão subsequente na forma de dados de assunto." (ALBRECHTSEN, 1993, p. 219).

O processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como **análise de assunto**, para alguns, análise temática para outros, e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo (NAVES, 1996, p. 215).

O termo **análise de assunto** é o mais comumente utilizado. Grande parte dos autores que tratam do tema estabelece a análise de assunto como a etapa antes da tradução dos conceitos extraídos dos documentos para um vocabulário controlado (NAVES, 1996, p. 217).

Para Terra (2017, p. 51), o ponto principal da análise de assunto é a compreensão do texto, que é altamente dependente do processamento mental de informações, por parte do leitor. Estudos relacionados a esse processo são fundamentais para a elaboração de metodologias que amparam e melhoram a compreensão do texto, otimizando a análise de assunto. O fator que mais interfere nesse processo é o humano, porque envolve aspectos cognitivos, linguísticos e socioculturais.

Dias, Naves e Moura (2001, p. 206) conceituam a análise de assunto como "[...] processo por meio do qual o classificador, indexador ou catalogador identifica e determina de que assuntos trata um documento e quais desses assuntos devem ser representados nos produtos - catálogos, índices etc."

A análise de assunto é vista como o processo intelectual ou automatizado de analisar os assuntos de um documento (ou uma fonte de informação) e a subsequente expressão dessa análise como dados de representação do sujeito. A análise de assunto implica uma interpretação do potencial do documento (ou outra entidade de

informação) em relação aos interesses de conhecimento de um dado sistema de informação, e esta análise é realizada em um dado contexto histórico, cultural, profissional e pragmático. (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997, p. 143).

Para Naves (2001, p. 189), a complexidade da análise de assunto, como a primeira etapa da indexação, vem sendo, há muito, apontada e discutida por professores e especialistas da área.

Tema que pode ser estudado sob vários aspectos, costuma ser abordado do ponto de vista do indexador, pelo fato de que todo o processo seja iniciado por esse profissional, no momento da leitura do texto e da definição do assunto do documento.

Albrechtsen e Hjørland explicam que, na prática, a análise de assunto é frequentemente realizada por profissionais da biblioteca, usando um determinado esquema de classificação, tesauro ou “linguagem de recuperação da informação” para expressar o resultado da análise (1997, p. 143).

A análise de assunto, do ponto de vista do indexador, começa com a fase de leitura do texto. Para isso, é necessário que se conheçam tipos e estruturas de textos para iniciar-se a sua leitura com fins específicos (NAVES, 2001, p. 192).

Portanto, o indexador, ou analista de assunto, é a figura central do processo de análise de assunto. Naves (2001, p. 193) lista os fatores relacionados a esse processo: política de indexação adotada pelo sistema, tipo de vocabulário utilizado (linguagem natural ou artificial), objetivos da instituição, perfil e necessidades de informação dos usuários e, principalmente, o fator humano. O indexador é importante para esse processo, pois cabe a ele a interpretação e a definição do assunto de documentos. É influenciado por variáveis de ordens diversas, sobretudo ligadas à linguística, ciência cognitiva e lógica.

Em artigo de 1993, Albrechtsen discute a natureza da análise de assunto, sugerindo três diferentes concepções: a simplista, a orientada ao conteúdo e a orientada à demanda (*simplistic, content-oriented, requirement-oriented*):

- **Concepção simplista:** Essa concepção considera os assuntos como abstrações diretas de documentos. Seguindo essa concepção, analisar a

indexação é equivalente a extrair automaticamente todas as palavras ou frases de um *software* de texto completo;

- **Concepção orientada para o conteúdo:** A concepção orientada para o conteúdo da análise de assunto baseia-se em informações explícitas e implícitas nos textos. Por informação explícita entende-se informação expressa na terminologia aplicada pelo produtor do documento. Um documento também pode transmitir informações implícitas, as quais não são expressas diretamente pelo autor, mas que são facilmente compreendidas ou interpretadas por um leitor (humano) do documento;
- **Concepção orientada por requisitos:** A concepção orientada a requisitos de análise de assunto é aplicada aqui como um denominador comum para abordagens orientadas a pedidos e estruturas sociológico-epistemológicas para indexação. Análise de assunto baseada em requisitos implica um foco diferente de a abordagem de análise de assunto orientada por conteúdo (1993, p. 221).

Em 2000, Mai destaca cinco concepções básicas para a indexação, entre as quais podemos observar as concepções da análise de assunto abordadas por Albrechtsen:

- **Concepção simplista da indexação (*Simplistic conception*):** Foca exclusivamente na extração automática e manipulação estatística de palavras; está ligada ao Empiricismo;
- **Concepção orientada ao documento (*Document-oriented*):** Nessa concepção, o indexador investiga partes do documento; está relacionada a uma posição Racionalista;
- **Concepção orientada para o conteúdo (*Content-oriented*):** Busca descrever o conteúdo do documento da forma mais fiel. É uma concepção objetivista, que, de forma extrema, prega que existe apenas uma forma correta de realizar a indexação de dado documento;
- **Concepção orientada ao usuário (*User-oriented*):** O indexador leva em consideração o conhecimento que os usuários têm sobre o assunto. A demanda de usuários de uma biblioteca pública é diferente da demanda de

usuários de uma biblioteca universitária, mesmo quando o documento é o mesmo. A análise do documento, nesse caso, é baseada em um grupo em potencial de determinado domínio, ou seja, a análise pode ser adaptada de acordo com os interesses de dada comunidade de usuários;

- **Concepção orientada à demanda (*Requirement-oriented*):** o indexador conhece as necessidades dos usuários. É comum em organizações menores, como, por exemplo, uma microempresa com quinze funcionários, onde o bibliotecário conhece as necessidades de cada usuário, tornando possível esse tipo de serviço específico.

As concepções de Mai (2000) e de Albrechtsen (1993) relacionam-se, quando levamos em conta a análise de assunto como etapa inicial da indexação. Assim, as concepções de análise de assunto de Albrechtsen se encaixam nas concepções de indexação de Mai, evidenciando a análise de assunto como a principal etapa nos processos de sumarização.

Conforme Dias e Naves (2013, p. 27), na análise de assunto que se realiza em textos escritos, é preciso que seja feita uma leitura capaz de ensejar a extração de conceitos que sintetizem o seu conteúdo. Sabe-se da importância do texto, de estruturas e de tipos de textos, bem como a forma específica de leitura que deve ser feita pelo analista de assunto.

Pesquisas têm evidenciado que a leitura do analista de assunto não está relacionada apenas à identificação das superestruturas e dos esquemas textuais. “Vai além, pois exige a incorporação de uma série de atitudes, normas e habilidades que podem vir a ser automatizadas em nível de atitudes, mas que exigem do profissional uma adaptação frequente.” (NEVES, DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 143).

De acordo com Dias (2004, p. 149), “[...] quando alguns autores usam a expressão para determinar de que trata um documento, estão evitando, propositadamente, o uso da palavra **assunto** nesse contexto.”

Hutchins (1977) assinala que é necessário entender sobre o **assunto central** do documento, concebido como *aboutness*, para o seu tratamento. O analista de assunto precisa aprender do que o documento trata, durante o pouco tempo que tem

disponível para a leitura de documentos:

A ciência da informação, como a lingüística, trabalha na fronteira de dois elementos; texto e conteúdo. Essa fronteira é o terreno do *aboutness*, representação, relevância e suas relações na construção da organização e da informação. Nessa fronteira, um texto, seu conteúdo e seu significado se encontram como uma etapa necessária na determinação de sua relevância para a necessidade de um usuário de informação. Como a situação lingüística, esta envolve uma troca de valores. No que diz respeito ao acesso à informação, o conteúdo é trocado por texto e, em seguida, o texto é trocado por representação. Este processo representa o significado do *aboutness*. (RABER; BUDD, 2003, p. 516).

É consenso, na área de CI, que a indexação e, por consequência, a análise de assunto, se preocupa com o *aboutness*. Termos de um índice que representa com precisão o que um documento trata fornecem "boa indexação", o que permite "boa recuperação" (WEINBERG, 1988, p. 3).

Portanto, em pesquisas associadas à análise de assunto, é necessário conceituar **atênência**, *aboutness* ou **tematicidade** de um documento. Hjørland (2001, p. 774) ressalta que **assunto** e *aboutness* devem ser considerados sinônimos em CI e organização do conhecimento.

Dias (2004, p. 149) explica que o termo **atênência**, tradução do termo em inglês *aboutness*, é considerado "[...] aquilo de que trata o conteúdo substantivo de uma obra (não sendo importante, a princípio, aspectos como a forma ou o suporte em que essa obra está registrada)."

Fujita (2003, p. 77), por seu turno, considera "[...] relevante nos referirmos à tematicidade (*aboutness*) do documento quando se busca pesquisar sobre a problemática da identificação do tema." Para a autora, a tematicidade "[...] é pertinente à análise de assunto porque estamos tratando de seu objetivo principal que é a identificação do assunto ou tema mediante análise conceitual composta de identificação e seleção de conceitos." (2003, p. 77).

Portanto, cabe ao bibliotecário o conhecimento do *aboutness* dos documentos e de sua importância para a representação temática. O conhecimento do *aboutness* ocorrerá via conhecimento prévio, durante a análise de assunto.

Os processos de indexação e catalogação de assunto, entre outros vinculados à organização do conhecimento, têm como primeira etapa a análise de assunto e, por consequência, a leitura documentária. A leitura tem natureza interpretativa e, quando seu foco é a documentação, observam-se tentativas de padronização de estratégias, por parte do leitor. No Capítulo 3, serão apresentados os conceitos de abdução, dedução e indução, considerados necessários para a categorização da leitura documentária de analistas de assunto.

Conceitualmente, a leitura é um processo ativo, no qual o leitor traz toda uma vida de experiências para o texto e utiliza essa experiência para interpretar e elaborar sobre seus conteúdos.

Devemos ter em vista uma ampla gama de variáveis, para estudar a leitura. No próximo tópico, serão contemplados conceitos sobre a leitura documentária e os processos de sumarização citados.

2.3 A Leitura Documentária

Este subcapítulo apresenta conceitos sobre leitura documentária e aspectos relacionados a esse importante processo, como os tipos de estratégias.

Pinto e Gálvez (1999, p. 40) caracterizam a leitura, de maneira geral, como passo inicial para a aquisição de informações textuais. É realizada de forma automática, quase que inconscientemente, por estar muito enraizada em nossa vida diária.

Na concepção de Fujita (2004, p. 2), a leitura é um ato social. Existe comunicação e interação entre o leitor e o autor do texto e, apesar de aparentemente simples e natural, é um processo complexo e que depende do processamento humano e da cognição do leitor.

Neves (2007, p. 2) assinala que, “[...] no que diz respeito à compreensão de um enunciado, a leitura de um texto é uma atividade cognitiva que requer esforço mental/cognitivo, envolvendo: percepção, memória, inferência e dedução.”

Tanto a redação como a leitura de um texto são processos repletos de complexidade. Koch (2016) afirma que “[...] o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação.”

Autores, como Cavalcanti (1989), Giasson (1993) e Kleiman (2000), estudam a teoria interacionista da leitura. Fujita explica:

A situação ideal para o processo de compreensão da leitura, segundo a **teoria interacionista**, é a indissociabilidade entre as três variáveis, texto, leitor e contexto, o que nos leva a considerar que as dificuldades da análise de assunto para a indexação devem ser analisadas a partir de cada variável e não somente do leitor/indexador. Dessa forma, o autor como emissor e o texto como mensagem escrita desempenham papel importante na transmissão da informação, pois é a crença na racionalidade do autor, na sua intenção de ser informativo dizendo algo coerente, que leva o leitor a interagir com o texto, realizando esforços para construir um significado viável. (2017, p. 15, grifo nosso).

Entende-se que há uma ligação entre as três variáveis de leitura citadas por Fujita (2017). É por meio dessa dependência que deverá ocorrer a interpretação de um documento.

Ellis apresenta um exemplo da conexão dessas variáveis: “[...] os escritores dos livros contam que os leitores farão inferências que lhes permitirão evitar ter de contar tudo em detalhes entediantes.” (1995, p. 62).

Esse tipo de leitura, conhecido como leitura documentária ou leitura do indexador, tem certas características, não sendo realizada para lazer ou aprendizagem, nem é prazerosa, muito pelo contrário. O alto grau de incerteza, ansiedade e responsabilidade contido na atividade já mostra que ela traz pouca satisfação (DIAS; NAVES, 2013, p. 41).

Fujita destaca que a leitura em análise de assunto de documentos é concebida como uma atividade de cunho profissional, caracterizando o indexador como leitor profissional que realiza a leitura documentária. Dessa forma, o objetivo principal da formação do indexador, do resumidor e do classificador seria formá-lo ou capacitá-lo para uma leitura com objetivos profissionais (2004, p. 2). Incluímos aqui, também, o profissional analista de assunto, pensado como o responsável pela análise de assunto, sem foco específico em algum processo, como indexação, catalogação de assunto, entre outros.

Para Livingston, o conhecimento sobre as variáveis de estratégias de leitura inclui conhecimento sobre estratégias cognitivas e metacognitivas, bem como conhecimento condicional sobre quando e onde é apropriado usar tais estratégias (1997, p. 1).

De acordo com Neves, Dias e Pinheiro, em pesquisas da área da cognição, a parte que mais se aproxima dos tópicos tratados pela “[...] ciência da informação é a denominada ‘processamento textual’, uma atividade cognitiva que exige o domínio de dois processos básicos de leitura: 1) reconhecimento de palavras; 2) compreensão de um texto como um todo.” (2006, p. 141).

Os leitores costumam identificar informações, ao ler as partes consideradas mais importantes e, com isso, fazem inferências, ao ler o texto em voz alta e ao repetir trechos para formular uma ideia, buscando algo associado em sua memória.

É comum tomar notas e fazer pausas para pensar sobre o texto; podem buscar por padrões textuais e predizer assuntos. Procuram interpretar o texto, por meio de partes da estrutura, e emitem juízos de valor sobre tudo que é informado (NEVES; DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 142).

Em Protocolos Verbais Individuais – PVI –, é comum identificar tal comportamento por parte dos leitores proficientes. Estes verbalizam suas estratégias, possibilitando melhor entendimento de como processam a informação, durante a leitura documentária. Fujita enfatiza que “[...] o uso de estratégias não é facilmente observável porque ações mentais, como associações e deduções durante a leitura, não podem ser vistas, ainda que, possam ser verbalizadas.” (2017, p. 26). Observa-se aqui a importância da aplicação de PVI para coleta e análise de dados em pesquisas sobre leitura documentária, e a necessidade da observação atenta, com base na teoria da inferência.

A metacognição é um assunto bastante estudado em pesquisas sobre leitura documentária e, de acordo com Livingston (1997, p. 2), significa “[...] ‘pensar sobre o pensamento’ e envolve supervisionar se uma meta cognitiva foi cumprida. Este deve ser o critério de definição para determinar o que é metacognitivo.”

Deve-se ter em mente que “[...] as estratégias cognitivas e metacognitivas estão estreitamente entrelaçadas e dependentes uma da outra, qualquer tentativa de examinar uma sem reconhecer a outra não forneceria uma situação adequada.” (LIVINGSTON, 1997, p. 2).

Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) explicitam que, “[...] além do papel central do conhecimento prévio na compreensão da leitura, a importância do monitoramento da compreensão e do uso de estratégias metacognitivas de processamento de texto tem sido enfocada por vários estudos.”

Naturalmente, a prática do indexador numa determinada área do conhecimento amplia seu glossário visual e torna o processo de indexação muito mais rápido (CINTRA, 1983, p. 6).

Fujita salienta que a compreensão em leitura necessita de conhecimento armazenado na memória em longo prazo, cuja estrutura de conhecimento é baseada em rede semântica de informações, onde é possível associar informações e

conceitos. O processo de compreensão exige os “esquemas” ou representações generalizadas de ambientes, permitindo associações com tudo aquilo que é informado durante a leitura (FUJITA, 2017, p. 18).

Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) compartilham de pensamento equivalente com Fujita:

Para compreender um texto, os indivíduos lançam mão de todo o conhecimento prévio armazenado na memória de longo prazo, demandando, inclusive, possíveis esquemas de procedimento existentes na memória semântica. O conhecimento anterior facilita o processamento do texto e a compreensão, por oferecer uma estrutura na qual o conteúdo do material lido possa ser relacionado.

Fujita (2017) acrescenta que, para realizar a leitura documentária de forma adequada e inteligente, o profissional deve executar os movimentos em equilíbrio, sempre tendo em mente os objetivos da leitura, caracterizando o processo como metacognitivo. Levando em conta o equilíbrio dos movimentos ascendentes e descendentes, o profissional fará uso de estratégias próprias de leitura.

Fujita, Nardi e Santos (1998, p. 14) explicam essa ideia. Durante a leitura de um texto com objetivos documentários, assim como na leitura habitual, “[...] são ativados esquemas variados, desde conhecimento de vocabulário, conhecimento da estrutura textual, do assunto, até conhecimento de mundo.” A figura abaixo apresenta uma comparação de estratégias de leitura em quatro concepções teóricas distintas.

Figura 1 - Estratégias de leitura conforme as concepções teóricas de Brown, Kato, Cavalcanti e Cintra

Brown	Kato	Cavalcanti	Cintra (citando teóricos da ciência da cognição)
Skill Estratégia	Estratégia cognitiva Estratégia metacognitiva	Estratégia automática Estratégia controlada	Estratégia automática Estratégia controlada

Fonte: Fujita, Nardi e Santos (1998)

Todas as concepções fazem uma distinção entre o que seriam estratégias

cognitivas e o que seriam estratégias metacognitivas. O que Kato (1995) considera como estratégia cognitiva (*skill*, na concepção de Brown (1980)), Cavalcanti (1989) e Cintra (1983) chamam de estratégia automática; e o que Kato (1995) toma como estratégia metacognitiva (estratégia, para Brown (1980)), Cavalcanti (1989) e Cintra (1983) denominam estratégia controlada. As estratégias cognitivas ocorrem na leitura fluida do documento, na íntegra, enquanto as estratégias metacognitivas, acontecem durante uma leitura com objetivos documentários. Diversos autores, como Dias (2013), Dias e Naves (2001), Fujita (2003, 2008, 2009, 2017), Fujita, Nardi e Fagundes (2003), Fujita, Rubi e Boccato (2009), entre outros, estudam estratégias de leitura, e cada um as identifica de uma maneira diferente, porém, a essência permanece a mesma, repartindo-se entre uma de natureza metacognitiva e outra, de natureza cognitiva.

Na visão de Fujita, Nardi e Santos, o leitor com objetivos documentários deve detectar a estrutura do texto, para efetuar a leitura documentária de forma eficaz. O leitor que tem facilidade de reconhecer as superestruturas textuais capta melhor as ideias principais do texto, do que um leitor que lê linearmente, fazendo esforços desnecessários para compreender trechos isolados, mas sem apoiar-se na estrutura textual e em seus conhecimentos prévios, a fim de inferir significados e levantar hipóteses que o ajudarão a apreender a temática global (FUJITA; NARDI; SANTOS, 1998, p. 20).

Diversos fatores podem influenciar o processo de leitura e, conseqüentemente, o processo de leitura documentária. Kato (1995) define as condições de leitura: a) o grau de maturidade do sujeito como leitor; b) o nível de complexidade do texto; c) o estilo individual; d) o gênero do texto.

Cintra (1983, p. 5) reconhece que a análise de documentos com fins documentários (indexação e catalogação de assunto) é feita pela leitura do documento, sendo processada pelo cérebro humano ou por máquina. Especula-se que a leitura documentária seja mais adequada dentro de domínios específicos, devido à bagagem de informações e conhecimentos específicos em dada área, adquiridos ao longo da vida do profissional.

Para Dias e Naves, a leitura depende da competência comunicativa do leitor, que é influenciada por vários fatores, entre os quais a ação da memória, que

relaciona o não conhecido ao conhecido, e a participação da razão e suas atividades complementares de indução e dedução, análise e síntese (2013, p. 39).

Dias e Naves (2013, p. 27) abordam a necessidade da observação de estruturas textuais para a análise de documentos, por meio da leitura:

Para a análise de assunto que se realiza em textos escritos é preciso que seja feita uma leitura que possibilite a extração de conceitos que sintetizem o conteúdo desses textos. Sabe-se da importância do texto, de estruturas e de tipos de textos, bem como a forma específica de leitura que deve ser feita pelo indexador.

Fujita elaborou um memorial de investigação científica acerca da leitura documentária. Chegou a diversas conclusões, baseadas em todos os conceitos e vertentes abordadas. A autora ressalta que o leitor profissional está apto à compreensão pela própria estrutura cognitiva inata e construída, pois possui conhecimento prévio, constituído de conhecimento linguístico, textual e conhecimento de mundo. Faz uso de seu conhecimento prévio, por meio de esquemas acionados pelos movimentos *bottom-up* e *top-down*, proporcionando a compreensão, principalmente de forma metacognitiva (FUJITA, 2017, p. 30)

Em organização do conhecimento, a leitura é a forma pela qual os analistas de assunto iniciam diversos processos; alguns exemplos são a indexação e a catalogação de assunto. A leitura com objetivos documentários deve ser realizada por um profissional e nunca ocorrerá de maneira fixada. A mente funciona de maneira única e certos fatores, como conhecimento prévio, domínio em que o sujeito atua (e/ou atuou anteriormente), educação acadêmica, convívio com outras pessoas, influenciam diretamente o processo inferencial.

Sobre a leitura, conclui-se que é inerente ao leitor o equilíbrio de estratégias cognitivas e metacognitivas, e é por meio destas que o leitor proficiente está apto a formular hipóteses para compreender um texto. O conhecimento de estruturas textuais integrará as estratégias de leitura criadas por cada leitor, afetando diretamente o processo inferencial sobre determinado texto. Apresentaremos, a seguir, a relação de aspectos da leitura com a teoria da inferência na Semiótica.

3 Aspectos da Semiótica observados na Leitura Documentária

Este capítulo foi redigido com base no segundo objetivo específico, sobre investigação teórica de aspectos da Semiótica e sua relação com a leitura documentária de estrutura textual de doutrina. Foram focalizados conceitos clássicos sobre a teoria semiótica de Peirce, com foco na teoria da inferência, abdução, dedução e indução.

A ciência dos signos, denominada comumente Semiótica (do grego *semeiotiké*), estuda o processo de semiose ou ação dos signos no contexto humano e natural. Significa dizer que, diferentemente da Semiologia, que investiga os signos em sua vida social, a semiótica não prioriza uma única manifestação sígnica da linguagem (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 231).

Está relacionada a tudo que possa ser assumido como signo. “É signo tudo quanto possa ser assumido como um substituto significante de outra coisa qualquer. Esta outra coisa qualquer não precisa necessariamente existir, nem subsistir de fato no momento em que o signo ocupa seu lugar.” (ECO, 2014, p. 4).

A Semiótica é uma indagação sobre a natureza dos signos e suas relações, entendendo-se por signo tudo aquilo que represente ou substitua alguma coisa, em certa medida e para certos efeitos (PIGNATARI, 2004, p. 21). Assim, toda e qualquer coisa que se organize ou tenda a organizar-se sob a forma de linguagem, verbal ou não, é objeto de estudo da Semiótica (PIGNATARI, 2004, p. 15).

Almeida (2012, p. 50) comenta a matriz da Semiótica:

[...] é uma ciência formal que procura conhecer todos os tipos de signos presentes na natureza e na cultura. Sabemos que a teoria dos signos tem duas matrizes principais, uma derivada do estruturalismo linguístico e outra ligada à Lógica. A matriz lógica vincula-se ao trabalho do filósofo estadunidense Charles Peirce. Concebida como uma ciência formal, a Semiótica peirceana está subdividida nos ramos: Gramática Especulativa, Lógica Pura e Retórica Especulativa [...].

Friedman (2012) caracteriza a teoria semiótica com base na visão de cinco autores: Charles Sanders Peirce (1839-1914) – entende que o signo é triádico, composto por um Interpretante, um Representamen e por um Objeto. Já para Ferdinand de Saussure (1857-1913), o signo é diádico, composto por Significante e Significado. Conforme Charles W. Morris (1901-1979), existe o Signo triádico proposto - em termos de Sintática, Semântica e Pragmática. Na visão de Roland Barthes (1915-1980), o “signo” diádico pode ser concebido em termos de denotação e conotação. Thomas A. Sebeok (1920-1991) realizou o estudo de Semiótica para incluir significação e comunicação de sistemas não humanos. E, finalmente, Umberto Eco (1932-2016) propôs o termo **signo** como “produção de signos”. Consideramos, nesta pesquisa, sobretudo a visão de Peirce e de teóricos que se embasaram em sua teoria.

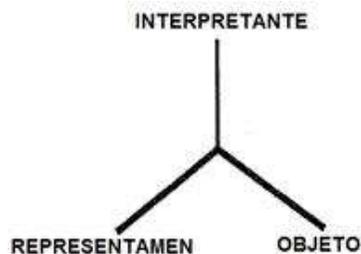
A Semiótica é comumente definida como o estudo dos signos. Para Blikstein (1985, p. 20), o signo é considerado “[...] algo que substitui ou representa as coisas, isto é, a realidade, [...] representaria a realidade extralingüística e, em princípio, é por meio dele que podemos conhecê-la.”

Para Nöth, baseado na visão de Saussure, o signo pode ser comparado a uma folha de papel: “[...] o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro”, de sorte que o signo, para Saussure, é considerado “[...] uma entidade psíquica de duas faces” (NÖTH, 1996, p. 29).

Na Semiótica, conforme teoria de Peirce, um **signo** é formado por três aspectos, que são o **Representamen** (que engloba o Qualissigno, Sinsigno e Legissigno), o **Objeto** (Ícone, Índice e Símbolo) e o **Interpretante** (Rema, Dicissigno e Argumento). Silveira (2007, p. 29), define o Representamen como “[...] aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido.” Ressalta que esse signo é criado na mente da pessoa como um Interpretante, e o Objeto, por sua vez, é o que o signo busca representar.

Peirce enuncia a classificação triádica dos signos a partir do Modelo Y (Y-leg model), o qual tem, no topo, o Interpretante, na ponta esquerda, o Representamen, e, na direita, o Objeto (MAI, 1997a).

Figura 2 Y-leg model de Peirce:



Fonte: Traduzido de Mai (1997a)

Esse modelo torna possíveis várias relações entre as categorias que compõem o Representamen, o Interpretante e o Objeto, originando as dez classes de signos.

Para Peirce (1995, p. 52), na primeira concepção, um Qualissigno é considerado “uma qualidade que é um signo”, um Sinsigno é “uma coisa ou evento existente e real que é um signo” (o prefixo *sin* tem como significado singular, simples, do latim *semel*), já o Legissigno é “uma lei que é um signo”; normalmente, essa lei é estabelecida pelos homens.

Com relação à segunda tricotomia dos signos, o Ícone é um “[...] signo que se refere ao Objeto que denota apenas uma virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal Objeto realmente exista ou não.” O Índice é um signo concernente “[...] ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto”, e o Símbolo é um signo correspondente “[...] ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto.” (PEIRCE, 1995, p. 52).

Na terceira tricotomia dos signos, Peirce (1995, p. 53) denomina um Rema como um “[...] signo que, para seu Interpretante, é um Signo de Possibilidade qualitativa [...] é entendido como representando esta e aquela espécie de Objeto possível”, um Signo Dicente ou Dicissigno é um “[...] signo que, para seu Interpretante, é um Signo de existência real”, e um Argumento é “[...] um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de lei.”

As três tricotomias apresentadas por Peirce (1995), em conjunto, dão origem às dez classes de signos, as quais são a combinação entre as categorias de signos. Para formar as dez classes de signos, Peirce criou regras, para que possam ser realizadas as relações que dão origem às dez classes de signos.

Diversos autores (ALMEIDA, 2011, 2012, LARA, 1993, 2006, MAI, 1997, 2001, NERIS, 2006, RABBER; BUDD, 2003), na Ciência da Informação (CI) e Organização do Conhecimento, pesquisam a teoria da Semiótica em vários contextos. A Semiótica é derivada de especulações filosóficas sobre significado e linguagem (CHANDLER, 2004, p. 5 apud FRIEDMAN, 2012, p. 127).

Tanto a Semiótica quanto a Organização do Conhecimento se preocupam com a natureza das relações entre conteúdo e sua representação, entre significante e significado, entre referência e referente, entre objetos informativos e seus significados (RABER; BUDD, 2003, p. 507).

O emprego de teorias semióticas em pesquisas na área de organização do conhecimento colabora na compreensão dos processos e como os profissionais pensam, durante a execução dos mesmos.

A importância do uso da Semiótica para análises em organização do conhecimento está em proporcionar uma estrutura que faça uma conexão entre a linguagem e seus significados, no que diz respeito à representação do conhecimento (FRIEDMAN, 2012, p. 133).

Mai (2001) relaciona a Semiótica ao processo de indexação, ao afirmar que esta envolve processos de interpretação e representação de documentos, atividades altamente dependentes do contexto social e cultural. Para o autor, a teoria de Peirce é relevante para analisar como significados de várias palavras e expressões são produzidos em indivíduos.

A teoria semiótica de Peirce, especificamente quando o autor articula sobre a Lógica pura⁵ (com foco na abdução, dedução e indução), que proporciona a categorização de processos interpretativos, está correlacionada ao processo de leitura para a indexação.

⁵ Os três ramos da Semiótica, de acordo com Peirce, são a Gramática Especulativa, a Lógica Pura ou Crítica e a Retórica Especulativa ou Metodêutica.

É intrínseca a relação da lógica com a leitura, independentemente da natureza desta última (documentária ou na íntegra), pois esta demanda habilidades e estratégias específicas por parte dos leitores (metacognitivas e/ou cognitivas).

Dias e Naves (2013, p. 83) salientam que a lógica é o ramo da filosofia que permite uma análise do pensamento. Consiste numa operação mental que possibilita, através do raciocínio, o surgimento de novas proposições, através de proposições já existentes.

Almeida, Fujita e Reis (2013, p. 240) esclarecem que é “[...] fundamental destacar o papel da Lógica como matriz teórica para conceber o processo de indexação como inferencial.”

Para Eco (2014, p. 118), a “[...] interpretação é uma INFERÊNCIA. Inicialmente, assemelha-se ao tipo de inferência lógica que Peirce chamou de ‘abdução’ (e em certos casos de ‘hipótese’).”

Ademais, Almeida, Fujita e Reis (2013, p. 237) abordam os três ramos da Semiótica, com base em Peirce: Gramática Especulativa, Lógica Pura ou Crítica e Retórica Especulativa ou Metodêutica. Discutem com detalhes a Gramática Especulativa e a Lógica Pura, de modo a reconhecer que, para o aprofundamento das questões semióticas, é essencial investigar o complexo relacionamento da indexação com a Retórica Especulativa.

Portanto, à lógica é atribuída essencial importância, quando se pretende investigar aspectos inferenciais da leitura documentária, pois “[...] a Lógica Pura (segundo ramo da semiótica de Peirce) procura responder a relação dos signos com os objetos.” (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013).

Almeida, Fujita e Reis acrescentam que a interação com o mundo, objetos e signos determinam as ações de representação dos profissionais:

[...] o trabalho do indexador não produz um mero reflexo do que já está nos documentos, mas supõe uma ação imperante e instigante de descobrir pela matriz inferencial o significado de um documento de modo a alcançar o assunto e a entrada de assunto mais apropriada ao sistema de informação. (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 240).

Um texto não apresenta significado nele mesmo, é necessário que haja uma interação, a partir da leitura, a fim de que o significado e conceitos que o texto pretende passar sejam compreendidos pelo leitor (MAI, 2005, p. 604). A leitura documentária, por conseguinte, independentemente de seus objetivos e produtos, é passível de análise, por meio de aspectos manifestados na teoria semiótica. Na análise de assunto, primeira fase da indexação, ocorre o processo inferencial através da leitura documentária, conceitos expostos mais à frente.

Peirce explica que “[...] podemos ser auxiliados pelo conhecimento prévio ao formar hipóteses. Neste caso, não serão apenas adivinhações, e sim deduções complexas de regras gerais que já conhecemos.”(1929, p. 268).

Conforme Terra (2017, p. 55), leitores proficientes desenvolvem regiões especializadas do cérebro, para decifrar o texto rapidamente. São responsáveis pela representação e recolha visual, fonológica e semântica da informação, e operam na velocidade da luz.

A competência leitora convoca três capacidades neuronais (descodificar, compreender e interpretar), exigindo a intervenção sincronizada dos dois hemisférios cerebrais. Com efeito, no hemisfério esquerdo estão situadas as áreas responsáveis pela capacidade de decodificar e compreender. A descodificação implica mecanismos neuronais associados a sistemas de leitura, como a percepção da relação fonema-grafema e o conhecimento da sintaxe e morfologia. O compreender implica a procura na rede de significação de informação semelhante ou relacionada com a informação recebida. Envolve interpretação e compreensão de índole semântica e pragmática. (TERRA, 2017, p. 56).

Considerando os aspectos inferenciais da leitura, examinaremos o conceito de semiose, na visão de diversos autores.

Neris (2006, p. 3) enfatiza que semiose é “[...] uma atividade primordial cujo resultado é correlacionar um conteúdo a uma expressão dada e transformar uma cadeia de expressão em uma sintagmática de signos.” De acordo com o autor, é uma tarefa que demanda competências comparáveis à do autor de determinado texto, não sendo necessariamente idênticas.

Eco descreve o conceito de Semiose Ilimitada de Peirce:

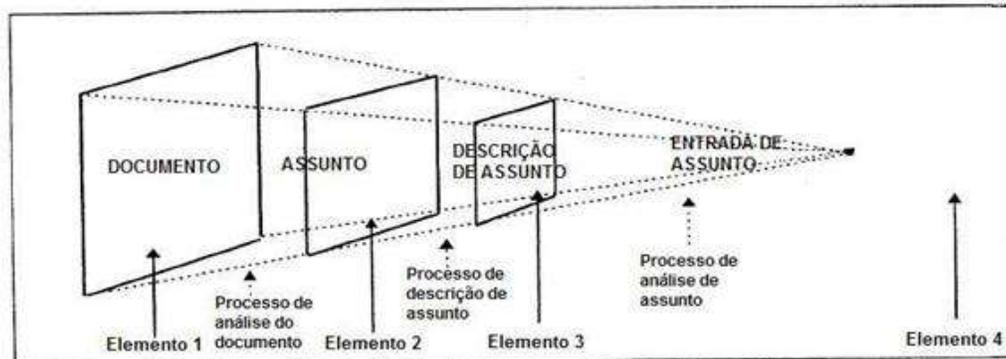
[...] o interpretante é aquilo que o signo produz na 'quase-mente' que é o intérprete: mas isso também pode ser concebido como a DEFINIÇÃO do representamen, e, portanto, sua intenção. Todavia, a hipótese filológica mais fértil parece ser a que trata o interpretante como UMA OUTRA REPRESENTAÇÃO REFERIDA AO MESMO 'OBJETO'. Em outras palavras, para estabelecer o significado de um significante (Peirce fala, não obstante, em 'signo') é necessário nomear o primeiro significante por meio de um outro significante, que a seu turno conta com outro significante que pode ser interpretado por outro significante, e assim sucessivamente. Temos, destarte, um processo de SEMIOSE ILIMITADA [...] (ECO, 2014, p. 58).

De forma sucinta, na visão de Eco (2014, p. 60), a semiose “[...] explica-se por si só. Esta contínua circularidade é a condição normal da significação, e é isto que permite o uso comunicativo dos signos para referir-se a coisas.”

Para Armengaud (2006, p. 27), a semiótica não é a ciência dos signos, mas a ciência da semiose. Uma das propriedades do signo é sempre remeter a um outro signo. Desse modo, o próprio pensamento é um signo, que remete a um outro pensamento, o qual é seu signo interpretante. Este último aponta ainda para um outro pensamento que o interpreta, em um processo contínuo e indefinido.

Por meio desses conceitos básicos, é possível elucidar como os elementos da semiótica explicam a estrutura para indexação, e como os passos e elementos dessa estrutura se comportam.

Segundo Mai (1997a), é possível analisar cada um dos elementos e dos passos do processo de indexação, a partir da visão semiótica de Peirce, dentro da estrutura de indexação mencionada:

Figura 3 - Modelo de Indexação proposto por Mai

Fonte: Traduzido de Mai (1997a)

O Modelo de Indexação formulado por Mai (1997a, 1997b, 2001) é uma adaptação do modelo proposto por Miksa (1983), cujos quadrados que representam os elementos são figurados do mesmo tamanho. Mai (1997a) reduziu o tamanho dos quadrados progressivamente, indicando que a variedade de referentes é maior na base e vai diminuindo, conforme o tamanho dos quadrados, até o fim do processo.

Mai (2001, p. 595) detalha os elementos e os passos representados no modelo de indexação, que são nesta ordem: o documento em análise (elemento) - o processo de análise do documento (passo) - o assunto (elemento) - o processo de descrição de assunto (passo) - a descrição de assunto (elemento) - o processo de análise de assunto (passo) - e a entrada de assunto (elemento).

A teoria semiótica na visão de Peirce, explicitada pelo modelo de indexação proposto por Mai, demonstra todo o processo de indexação. Podem ser observados grandes avanços, para entender o processo interpretativo da indexação, através da semiose ilimitada.⁶

Lara (2006, p. 5) menciona o conceito de semiose de Dascal (1978), a qual é “[...] caracterizada como a passagem contínua de signo a signo, que envolve, também, [...] um quarto e um quinto fatores: o intérprete e o contexto.”

Segundo Moura (2006), a semiose é

[...] comandada, em última análise, por uma causa final, constituindo, assim, um processo télico, na medida em que tende (sem nunca chegar) para uma representação perfeita do objeto (o que poderia ser chamado de verdade semiótica). Em outras palavras, haveria um

⁶ *Unlimited semiosis* (MAI, 1997a, 1997b, 2001).

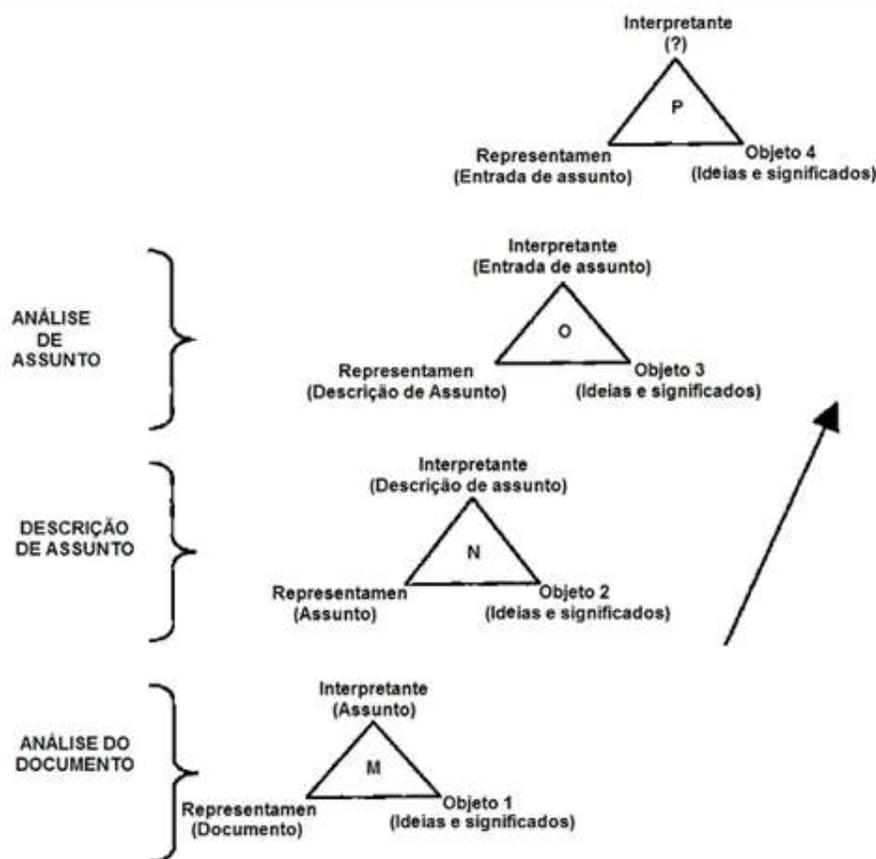
estágio “final” nessa cadeia em que o signo seria idêntico ao objeto (tudo isso é dito no futuro do pretérito por ser uma possibilidade, como vimos).

Lara (2006) estuda o que é uma linguagem documentária, a partir da abordagem “linguístico-semiótica”, que é assim chamada por considerar os projetos semióticos tanto de Saussure quanto de Peirce. Para Lara (2006, p. 20), essa abordagem permite “[...] simultaneamente, observar a organização dos sistemas semiológicos ou semióticos e o funcionamento dos signos nos processos de comunicação e interpretação.”

No mesmo artigo, a autora realiza um estudo de como a abordagem semiótica pode ser usada para a compreensão das linguagens documentárias, e se existe de fato um signo ou semiose que possam ser tidos como documentários. É importante destacar que, na visão de Lara (2006, p. 26), a linguagem documental “[...] é, nela mesma, um interpretante que sugere hipóteses de interpretação.”

Mai (1997a, 1997b, 2001) apresenta a semiose ilimitada, durante o processo de indexação, fundamentando-se nas ideias de Peirce. Na semiose ilimitada, cada elemento do processo de indexação é considerado um signo, e cada passo atua como um ato de interpretação que conecta os signos em um processo sequencial (MAI, 2001, p. 603). A seguir, o modelo semiótico da indexação formulado por Mai:

Figura 4 - Modelo Semiótico de Indexação proposto por Mai



Fonte: Traduzido de Mai (2001).

A semiose ilimitada, no processo de indexação preconizado por Mai (2001), parte de um signo, o documento. Dessa forma, o indexador desempenha um ato de interpretação, quando atravessa o primeiro passo da indexação (análise do documento): o produto desse ato será um novo signo, o assunto.

Um novo ato de interpretação acontece, quando o profissional chega ao segundo passo, o processo de descrição de assunto, quando o que estava na mente do indexador passa a algo mais palpável; o produto desse ato é um novo signo, a descrição de assunto.

Finalmente, outro ato interpretativo se dá, quando se passa para a descrição de assunto a uma linguagem de indexação, que gera outro novo signo, a entrada de assunto (MAI, 2001, p. 603).

Esse processo pode continuar, quando se levam em conta, por exemplo, os atos interpretativos dos usuários em contato com o sistema de informação, entre

outros.

O modelo semiótico da indexação demonstrado é apenas uma representação de um processo maior, no qual cada triângulo é um signo que constitui um elemento no processo da semiose ilimitada, e a distinção clara entre os elementos e os passos da indexação entram em colapso, não existindo linhas precisas que determinem os elementos e os passos (MAI, 2001, p. 605). É importante lembrar que, quando o analista de assunto realiza a leitura documentária, ele não distingue os elementos dos passos, porque tudo é feito quase simultaneamente.

Por meio desse modelo, os processos interpretativos são revelados, mostrando o que ocorre durante a indexação e quando os usuários entram em contato com seus produtos finais. O modelo semiótico de indexação apresenta graficamente o processo interpretativo do analista de assunto.

Considerando o que Mai (1997a, 1997b, 2001) articula a respeito de cada passo e elemento do processo de indexação, e os questionamentos de Lara (2006), podemos compreender que existem signos documentários e que a semiose documentária acontece em função desses signos, quando se pensa no processo de indexação.

A semiose consiste em uma sequência de atos interpretativos, durante um processo; as inferências geradas podem ser abduativas, dedutivas e indutivas. Pode-se observar a semiose, no processo de indexação.

O quadro do **processo inferencial de indexação**, abaixo, relaciona os tipos de inferência ao processo de leitura documentária para indexação.

Figura 5 - Processo Inferencial de Indexação, de acordo com Almeida, Fujita e Reis (2013)

INFERÊNCIAS	ABDUTIVA	DEDUTIVA	INDUTIVA
DEFINIÇÃO	Criação de hipóteses ou sugestões explicativas sobre os conteúdos do documento	Análise das consequências da atribuição de assunto ao documento	Teste e experimentação com a suposta linguagem do sistema e do usuário
CATEGORIAS	Primeiridade	Secundidade	Terceiridade
NATUREZA	Possibilidade	Generalidade	Continuidade
ETAPAS	Criação	Análise	Comparação

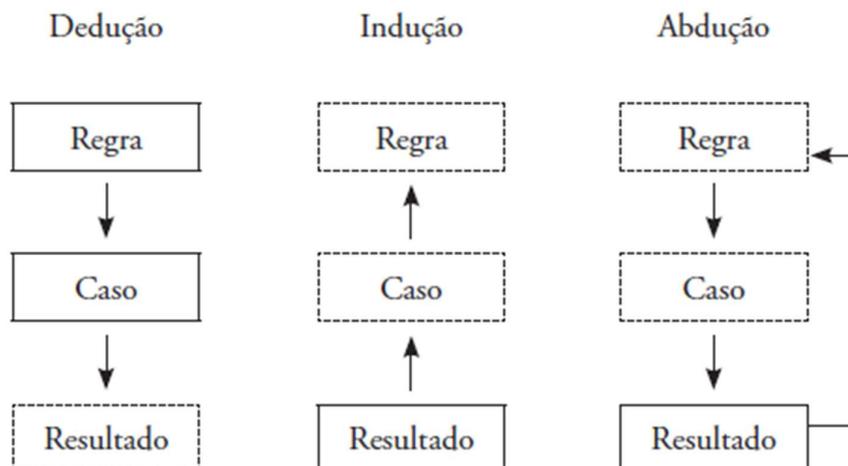
Fonte: Almeida, Fujita e Reis (2013)

Eco (2001) interpreta os conceitos de abdução, dedução e indução, com base na teoria de Peirce. Comparada com a dedução e a indução, a abdução dá lugar aos três diferentes esquemas inferenciais da Figura 6, “[...] onde as casas delineadas a cheio exprimem os estádios argumentativos para os quais se têm proposições já verificadas e as casas a tracejado os estádios argumentativos produzidos pelo raciocínio.” (ECO, 2001, p. 54).

Segundo Almeida, Fujita e Reis (2013, p. 239, grifo nosso),

[...] com a **abdução** sustentamos os processos de leitura (percepção) e criação de sugestões hipotéticas de representação do assunto; cumpre à **dedução** tratar da seleção de termos de representação segundo a generalização intelectual das consequências e; por último, resta à **indução** ancorar as funções do teste e comparação dos potenciais assuntos com as linguagens de indexação, linguagem do usuário e linguagem do sistema de informação, com o objetivo de continuamente avaliar e aprimorar as representações de assunto.

Figura 6 - Dedução, Indução e Abdução de acordo com Eco



Fonte: Eco, 2001, p. 54

Harrowitz explica os termos acima, na visão de Peirce. O autor usa os termos "lei da natureza, verdade geral" e "experiência", para indicar aquilo que, na categoria abdutiva do esquema representado na Figura 6, é chamado "regra". Em consequência, "fato observado" é o mesmo que "resultado", enquanto "conclusão

abdutiva" (ou abdução, retrodução, presunção, hipótese, argumento originário) é equivalente a "caso". Nas categorias de dedução e indução, "regra" e "caso" podem indicar um fato observado (HARROWITZ, 2014, p. 202).

Eco (2014, p. 118) exemplifica os conceitos de abdução, dedução e indução, amparado em Peirce, que se imagina em um local com vários sacos de feijão de tipos diferentes:

- Observa uma pequena porção de feijão branco, e após uma busca rápida, encontra um saco contendo somente feijão branco. Infere logicamente que a porção foi retirada daquele saco. Este é um exemplo de **dedução**, pois há uma regra pela qual, dado um caso, se infere o resultado. Todos os feijões desse saco são brancos - Esses feijões provêm deste saco - Esses feijões são brancos (seguramente).
- Usando o mesmo exemplo acima, pensando na **indução**, dado um caso e um resultado, infere-se deles a regra: Esses feijões provêm desse saco - Esses feijões são brancos - Todos os feijões desse saco são brancos (provavelmente).
- No caso da **abdução**, tem-se a inferência de um caso por uma regra e por um resultado: Todos os feijões desse saco são brancos - Esses feijões são brancos - Esses feijões provêm daquele saco (provavelmente).

Harrowitz traduz o exemplo acima. É necessário observar um fato (esses feijões são brancos). Para explicar e compreender isso, você busca em sua mente algum vislumbre de teoria, explicação, iluminação e assim por diante. O processo de abdução tem lugar entre o resultado e a regra, sendo concluído com a postulação de uma hipótese auspiciosamente satisfatória (HARROWITZ, 2014, p. 203). O passo final é testar a hipótese.

Truzzi (2014, p. 78) trabalha outro exemplo de inferências baseadas nos três diferentes tipos de argumento:

- **Dedução**

Regra: Todos os graves ferimentos à faca resultam em sangramento.

Caso: Este foi um grave ferimento à faca.

Resultado: Houve sangramento.

- **Indução**

Resultado: Esse foi um grave ferimento à faca.

Caso: Houve sangramento.

Regra: Todos os graves ferimentos à faca resultam em sangramento.

- **Abdução**

Regra: Todos os graves ferimentos à faca resultam em sangramento.

Caso: Houve sangramento.

Resultado: Este foi um grave ferimento à faca.

Como observado no exemplo acima, as abduções e induções não são logicamente completas, precisam de validação externa, ao contrário das deduções (TRUZZI, 2014, p. 78). A abdução é uma conjectura da realidade que necessita ser validada por meio de teste, o qual poderá ocorrer através da dedução (abordagem lógica) e indução (abordagem empírica).

Na **dedução**, a conclusão é consequência lógica das premissas. Já a **abdução**

[...] se inicia a partir dos fatos, sem que, nesse começo, haja qualquer teoria particular em vista, embora seja motivada pelo sentimento de que a teoria é necessária para explicar os fatos surpreendentes. A **indução** se inicia de uma hipótese, que parece recomendar a si própria, sem que, nesse começo, hajam quaisquer fatos em particular à vista, embora sinta necessidade de fatos para sustentar a teoria. **A abdução persegue uma teoria, a indução persegue fatos.** Na **abdução**, a consideração dos fatos sugere a hipótese. Na **indução**, o estudo da hipótese sugere a experimentação que traz à luz os próprios fatos, para os quais a hipótese havia apontado. (SEBEOK; UMIKER-SEBEOK, 2014, p. 34, grifo nosso).

Para Bonfantini e Proni, os refinamentos e expansões da indução (por meio de instrumentos e técnicas de observação e experimentação) e da dedução (com a formalização da lógica analítica e do avanço da matemática) são conhecidos, aceitos e universalmente reconhecidos (2014, p. 137).

Peirce atribui maior importância à abdução, ou hipótese. Ele explica que é

apenas por meio de hipóteses, de novas e mais ousadas abduções, que podemos descobrir novas verdades, ainda que de modo aproximado e provisório, e é com novas hipóteses que podemos ampliar nossa visão do real e descobrir novas vias de experiência (BONFANTINI; PRONI, 2014, p. 137).

Abdução é o processo de formação de uma hipótese explicativa, única operação lógica que introduz uma ideia nova. A indução determina um valor, e a dedução evolve as consequências necessárias de uma hipótese pura (PEIRCE, 1931-1958, p. 171).

De acordo com Peirce, a inspiração abdutiva acontece em nós, num lampejo. É um ato de *insight* (1980, p. 48).

Em seus *Collected Papers* (1935-66) e em outras partes de seus manuscritos, Peirce apresenta o conceito que ele chama de "abdução", "retrodução", "hipótese", "presunção" e "argumento originário" (HARROWITZ, 2014, p. 201).

Segundo Eco (2001, p. 56), a abdução representa, pois, o propósito, a tentativa arriscada, de um sistema de regras de significação à luz das quais um signo adquirirá o seu significado.

A abdução é, literalmente, a base necessária que antecede a codificação de um signo. Como assinala Peirce, a abdução cria uma ideia nova (HARROWITZ, 2014, p. 205).

Bonfantini e Proni (2014, p. 146) ressaltam que é necessário distinguir três tipos principais de abdução, com três graus ascendentes de originalidade e criatividade:

- **Abdução de tipo um:** a lei de mediação usada para inferir o caso, a partir do resultado, é dada de modo obrigatório e automático ou semiautomático;
- **Abdução de tipo dois:** a lei de mediação empregada para inferir o caso, em função do resultado, é encontrada por seleção na enciclopédia disponível;
- **Abdução de tipo três:** a lei de mediação utilizada para inferir o caso, com base no resultado, é desenvolvida do novo, inventada. É neste último tipo de abdução que o trabalho real de suposição vem à tona.

A **inferência abdutiva** explica o que ocorre na mente do sujeito, durante a leitura documentária, de forma mais detalhada. Por meio desse esclarecimento conceitual, é possível observar os processos mentais, durante a leitura documentária em domínios específicos. A **inferência dedutiva** é observada, principalmente, durante o contato do sujeito com estruturas textuais. A **inferência indutiva** deve ocorrer após a fase de leitura documentária, no momento do contato do usuário com os produtos da indexação.

Para Neris (2006, p. 5), “[...] ler é produzir um texto que tem como referente outro texto. A leitura e a interpretação são constituídas por uma relação intertextual, ou seja, um texto que remete a outro, que é a sua razão de ser.” Ao longo da leitura, existe clara influência do conhecimento prévio do leitor em domínios específicos; quanto mais este conhece sobre tal assunto, melhor e maior será sua habilidade de criação de hipóteses, por intermédio da abdução.

A abdução “simplesmente sugere que algo pode ser”, colocação que delega a responsabilidade de interpretação às estratégias metacognitivas desenvolvidas pelo profissional, durante toda sua experiência profissional dentro de um domínio.

Peirce entende que a mente humana tem um ajustamento natural para imaginar teorias corretas de certos tipos. A abdução coloca um limite para a hipótese admissível, um tipo de instinto (SEBEOK; UMIKER-SEBEOK, 2014, p. 19).

Em resumo, na leitura documentária para indexação, Almeida, Fujita e Reis (2013, p. 238) frisam que “[...] a **abdução** é a etapa criativa na indexação, a **dedução** é a etapa generalizadora e a **indução** é a fase do teste e da continuidade da representação dos assuntos.”

A abdução é considerada o primeiro degrau do raciocínio científico, pois dá “brechas” para iniciar uma nova ideia. A abdução é preparatória, a indução é usada para testar experimentalmente uma hipótese e a dedução é o procedimento pelo qual as consequências prováveis e necessárias da hipótese são investigadas (SEBEOK; UMIKER-SEBEOK, 2014, p. 23). Tendo como base esse argumento, seria natural compreender que a abdução está presente no processo de leitura documentária, quando o analista de assunto tem a ideia inicial do que o documento trata e, depois, investiga a validade de sua hipótese, por meio da dedução e

indução.

Figura 7 - Processo Inferencial de Indexação adaptado de Almeida, Fujita e Reis

INFERÊNCIAS	ABDUTIVA	DEDUTIVA	INDUTIVA
DEFINIÇÃO	Criação de hipóteses ou sugestões explicativas sobre os conteúdos do documento	Análise das consequências da atribuição de assunto ao documento	Teste e experimentação com a suposta linguagem do sistema e do usuário
CATEGORIAS	Primeiridade	Secundidade	Terceiridade
NATUREZA	Possibilidade	Generalidade	Continuidade
ETAPAS	Criação	Análise	Comparação
ETAPAS DA LEITURA DOCUMENTÁRIA	Primeiro contato do sujeito com o documento, etapa criativa proporcionada pelo conhecimento de mundo e do domínio. O sujeito já sabe o <i>aboutness</i> .	Etapa em que ocorre a conferência da parte criativa (abdução) por meio da análise da estrutura textual do documento.	Etapa envolvendo processos finais de organização do conhecimento. Uso de vocabulários controlados e preferências dos usuários durante a busca.

Fonte: Reis (2017) - adaptado de Almeida, Fujita e Reis (2013)

Fujita acredita que “[...] o leitor estratégico e proficiente seja aquele que, além de utilizar apropriadamente estratégias ascendentes e as descendentes, mantém em mente o objetivo da leitura.” (2017, p. 20). Fujita salienta que, entre os conceitos *bottom-up* (ascendente), como de inferência indutiva, e *top-down* (descendente), como de inferência dedutiva, o que os diferencia é a interação. No processo ascendente, não ocorre uma interação entre o leitor e o texto, mas a leitura linear, e o significado é extraído de acordo com a sequência linguística apresentada na estrutura do texto. No processo descendente, o significado é obtido por meio da contribuição do leitor, com suas hipóteses e previsões (FUJITA, 2017, p. 22).

Na leitura documentária, “[...] não é necessário, nem aconselhável uma leitura linear, letra por letra, palavra por palavra, o leitor avança no texto à medida que consegue prever o que vem a seguir” (FUJITA; NARDI; SANTOS, 1998, p. 20), observando-se aqui, o tipo de inferência abdutiva. Em tais casos, serão utilizadas inferências abdutivas, a fim de interpretar o assunto do documento.

A leitura documentária sempre será o primeiro contato do profissional com o documento, em qualquer processo de organização do conhecimento, quando se dá a atividade inferencial e/ou abdução. Portanto, a abdução é tida como atividade mais relevante observada na indexação, porque é nesse momento que o bibliotecário exibe toda sua peculiaridade interpretativa, por meio da leitura documentária.

Considerando as variáveis que envolvem a leitura documentária, foi elaborado o seguinte quadro, comparando as condições de leitura da literatura de Kato (1995) às abordagens de leitura documentária escolhidas para esta pesquisa.

Quadro 3 - As condições de leitura e as variáveis observadas na leitura documentária com base em Kato

As condições de leitura (KATO, 1995)	Leitura documentária (categorização para estudos)
a) O grau de maturidade do sujeito como leitor	Conhecimento prévio/ enciclopédico/ de mundo dentro do domínio do Direito
b) O nível de complexidade do texto d) O gênero do texto	Livros (Humanas) dentro de um domínio específico
c) O estilo individual	Aspectos semióticos da leitura (observação da abdução, dedução e indução como características inferenciais)

Fonte: Elaborado pela autora

Na abdução, o profissional tem a liberdade para refletir sobre o *aboutness* - assunto central do documento, chamado de tematicidade, por Fujita (2003) -, antes de traduzir tudo o que ele considera importante, na representação, para uma linguagem documentária, razão da importância dessa etapa inicial. As etapas seguintes não poderão ocorrer de forma apropriada, sem a devida atenção à etapa inicial - leitura documentária.

Conforme Peirce, o cruzamento dos três estágios de inferência constitui uma constante comum, tanto para o enfrentamento dos problemas práticos do dia a dia quanto para investigações com um procedimento especializado. Podem ser usados também para a pesquisa científica (BONFANTINI; PRONI, 2014, p. 136).

Truzzi explica que, “[...] na tentativa de decifrar o caráter e a motivação de alguém, Sherlock lançava mão de uma grande diversidade de sutis indicadores. Os

movimentos dos olhos e do corpo⁷ do sujeito eram cuidadosamente examinados.” (2014, p. 81).

Sherlock começa observando, registrando e confrontando diversos dados observáveis (indução); ele, então, erige uma hipótese como ponto de partida ou interpreta os fatos observados de modo a identificar possíveis causas de eventos resultantes (abdução); ele demonstra de modo analítico as conseqüências necessariamente inerentes às hipóteses formuladas (dedução); ele submete as hipóteses e as conseqüências daí deduzidas ao teste de observação e, em seu sentido mais amplo, "experimenta" (indução). (BONFANTINI; PRONI, 2014, p. 136).

O processo interpretativo de Sherlock foi bastante útil, na fase de análise de dados desta pesquisa (Capítulo 6).

O sujeito que realiza a leitura documentária em bibliotecas deverá ser, preferencialmente, um bibliotecário munido de conhecimento prévio e de diversas estratégias profissionais de leitura. Esse conjunto de competências torna o bibliotecário apto à leitura com fins de sumarização e de maneira inferencial, diferenciando-o de um leitor comum, que faz uma leitura espontânea e do documento, na íntegra.

Este capítulo expôs a investigação teórica sobre a teoria semiótica, relacionando alguns de seus aspectos com a leitura documentária. A abdução, a dedução e a indução foram associadas ao processo de indexação. Para a análise dos dados, serão usados conceitos de Eco e Sebeok (2014), por apresentar uma relação entre a teoria semiótica de Peirce e o método de investigação de personagens da ficção, como Sherlock Holmes.

De acordo com as recomendações de Almeida, Fujita e Reis (2013), assim como de estudos sobre leitura documentária e semiótica, busca-se estudar os conceitos de abdução, dedução e indução, na leitura documentária, dentro do domínio jurídico. No capítulo seguinte, serão apresentados conceitos sobre a análise de domínio e a Biblioteconomia na área jurídica.

⁷ Esse estudo da "linguagem corporal" recebe hoje o nome de cinesiologia.

4 O estudo da estrutura textual de documentos da área jurídica

Este capítulo aborda a fundamentação teórica sobre o domínio do Direito e sobre a Biblioteconomia jurídica, além de conceitos sobre o tipo de documento escolhido para análise nesta pesquisa, a doutrina.

A Análise de Domínio (AD) é uma abordagem bastante estudada em Organização do Conhecimento. Este estudo se dá no domínio da Biblioteconomia jurídica⁸, motivo pelo qual é imprescindível conceituá-lo e exemplificá-lo. Conceitos sobre AD e de domínio em si são difíceis de definir. O objetivo que buscamos alcançar é definir e exemplificar o domínio de estudo desta investigação, a Biblioteconomia na área jurídica.

⁸Passos (2009) formula um conceito conciso sobre a Biblioteconomia jurídica: “A biblioteconomia jurídica é a aplicação das teorias e técnicas biblioteconômicas à Ciência do Direito.” (PASSOS, 2009, p. 47). No artigo citado, a autora traça uma linha do tempo sobre o assunto.

4.1 A Análise do Domínio jurídico

Neste subcapítulo, são apresentados conceitos sobre domínios do conhecimento, especificamente sobre o domínio jurídico na Biblioteconomia.

Mai usa o termo **domínio** para se referir a um grupo de pessoas que compartilham objetivos comuns. Estes podem emergir e ser constituídos de maneira diferente; podem ser uma área de especialização, um corpo de literatura, um grupo de pessoas trabalhando juntas em uma organização ou toda a organização (2004, p. 211).

Smiraglia destaca que a Análise de Domínio (AD), como é entendida na organização do conhecimento, é um conjunto de técnicas para identificar uma base de conhecimento específica (2015, p. 602).

Uma questão comum na comunidade científica, principalmente em CI, é: como podemos identificar um domínio? Uma descrição que se aproxima bastante de uma resposta concreta é a de Hjørland (2002), ao apresentar uma metodologia de análise de domínio para a CI. O autor enumera onze abordagens que proporcionam informações sobre como estudar domínios.

Essas onze abordagens de Hjørland formam uma perspectiva única, para a CI. Elas oferecem relevantes investigações práticas e teóricas. Pesquisas na área, combinando diversas abordagens, podem, na visão do autor, reforçar a identidade da CI e seus laços com a prática.

Na concepção de Albrechtsen (1993, p. 221), a AD

[...] envolve investigações de paradigmas e pontos de vista científicos, às vezes técnicos, que representam diferentes interesses de conhecimento em um domínio com o objetivo de construir uma estrutura classificatória para capturar o conhecimento e servir à sua transferência e compartilhamento.

Tennis (2003, p. 193) faz um estudo de como podemos definir domínios. O autor não define o que é um domínio, em seu texto, porque seu objetivo é delinear

dois dispositivos analíticos, ou eixos – **Áreas de Modulação:**⁹ abrangem parâmetros nos nomes e na extensão do domínio. Identificam o alcance do domínio; **Graus de Especialização:**¹⁰ qualificam e expressam a intenção de um domínio.

Em suma:

As áreas de modulação definem a extensão do domínio e os graus de especialização definem a intenção. Cada um desses eixos tem dois parâmetros. As áreas de modulação devem declarar 1) a totalidade do que é coberto na análise de domínio - a extensão e 2) o que é chamado - seu nome. Os Graus de Especialização devem 1) qualificar o domínio - indicar seu foco e 2) declarar onde o domínio está posicionado em relação a outros domínios - sua interseção. (TENNIS, 2003, p. 194).

Em artigo de 2012, Tennis alude a dois tipos de AD, a descritiva e a instrumental. A **descritiva** é usada, e é útil, somente em pesquisas. A **instrumental** é empregada para criar sistemas de organização do conhecimento (TENNIS, 2012, p. 6). O segundo tipo de AD é realizado visando ao planejamento e à construção de um sistema de informação.

Tennis explica que, não importa qual a abordagem para a AD, é sempre necessário descobrir a configuração do instrumento (*device*, em inglês), ou seja, deixar claras as definições, escopo e alcance, e o propósito (2012, p. 7).

Thellefsen (2002, p. 76) entende que, em diversas situações, o contexto é um importante elemento a ser considerado. “Buscamos um contexto, que é tão bem definido que pode proporcionar inúmeros signos com significado específico.”

A AD permite estudos de diversos processos presentes na Biblioteconomia, como a indexação. Mai (2004, p. 210) ressalta que a indexação centrada no domínio começa com uma análise do contexto, avança para as necessidades dos usuários, depois, determina as perspectivas e funções dos indexadores e, finalmente, analisa o documento.

De acordo com Mai, o indexador precisa de uma compreensão substancial da natureza do domínio, incluindo sua história, escolas de pensamento, paradigmas,

⁹ *Areas of Modulation*

¹⁰ *Degrees of Specialization*

frentes de pesquisa, atividades, metas e objetivos, a fim de entender os papéis que um determinado documento desempenha em um domínio (MAI, 2004, p. 211).

Thellefsen (2002, p. 71) assegura que não basta apenas uma análise com base em informações sobre um domínio, “[...] é a soma de conhecimentos das pessoas dentro de um domínio, que gera o desenvolvimento do mesmo e, portanto, cria a dinâmica do conhecimento.”

Portanto, a AD pode ser usada, nesta pesquisa, para explicar detalhes da área do direito, na Biblioteconomia.

Ao estudar domínios, consideramos vários aspectos de dada comunidade, e estas possuem particularidades. Tendo em vista as abordagens escolhidas para a presente investigação, torna-se necessário contextualizar a área do Direito, antes de apresentar conceitos que delinham o domínio da Biblioteconomia jurídica.

Segundo Reale (2001, p. 12), na “[...] Introdução ao Estudo do Direito, faz-se mister verificar quais as suas ligações, os seus nexos com outras ordens de conhecimento, especialmente com a Filosofia do Direito, a Teoria Geral do Direito e a Sociologia Jurídica.” Portanto, é uma área bastante complexa e com diversas ramificações.

O Direito e seus fenômenos são difíceis de conceituar, de maneira sucinta. Betioli (2008) estabelece diversos critérios, tendo em vista a definição de "direito". Para o autor, existe um conceito do “direito” de origem **nominal** (relacionado à etimologia e semântica) e um conceito **real** (vinculado à essência do objeto, o que ele realmente é).

A despeito da complexidade de conceituar uma área tradicional com tantas ramificações, eis aqui uma definição nominal:

A palavra "direito", em português, surgiu aproximadamente no século XIV, na Idade Média, provindo do baixo latim. Origina-se do adjetivo *directus* — qualidade do que está conforme à reta; o que não tem inclinação, desvio ou curvatura; é particípio passado do verbo *dirigere*, equivalente a "guiar, conduzir, traçar, alinhar, endireitar, ordenar". (BETIOLI, 2008, p. 92).

Para Cunha e Dip (2001, p. 2), o Direito “[...] insere-se imediatamente no mundo social, isto é, no universo das relações dos homens uns com os outros, em sociedade.”

A questão é que definir “direito” não é assim tão simples. As possibilidades de suas formas de uso e estruturação frásica são muitas. Seu conceito é amplo, os vários modos de recortá-lo demonstram a infinidade de definições possíveis e, em cada uma, a constituição de diferentes realidades jurídicas (CARVALHO, 2009, p. 60)

Visando a um conceito funcional de direito, para esta pesquisa, consideramos o domínio como um todo, e não somente o que seria direito em teoria.

O Direito, assim como muitos domínios do conhecimento, é composto por diversas áreas, cada uma com suas particularidades e características. Passos e Barros (2009, p.1) explicitam, de modo geral, algumas áreas do Direito:

Pertencem ao direito público interno o direito constitucional, direito administrativo, direito financeiro, direito tributário, direito processual e o direito penal. No direito público externo temos o direito internacional público. O direito privado divide-se em comum (direito civil) e especial (direito comercial, direito do trabalho e direito internacional privado).

Marques Júnior explica a estrutura dos três poderes:

A estrutura do Estado vigente na maioria das sociedades modernas pressupõe a existência de três poderes interdependentes e harmônicos, com esferas específicas de competência. Assim, a despeito de outras funções não menos importantes, ao **Legislativo** cabe a tarefa básica de discutir as questões sociais e de elaborar as leis; ao **Executivo** cabe a administração propriamente dita, dentro dos limites legais estabelecidos, enquanto que ao **Judiciário** cabe regular a aplicação das normas jurídicas, resolvendo eventuais conflitos. (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 164, grifo nosso).

Para Barros (2016, p. 185), “[...] a clássica teoria da divisão dos poderes estatais consiste na ideia de que cada poder possa frear o outro, impedindo o abuso

por parte deste.”

A informação jurídica é comumente produzida por órgãos do Estado, pois é dele o monopólio das atividades legislativa e jurisdicional (BARROS, 2016, p. 185). Essas informações necessitam de organização e tratamento, serviço do bibliotecário jurídico.

No Brasil, a formação do bibliotecário é bastante genérica, dando-se pela via da graduação, em cursos com duração, em média, em torno de 4 a 5 anos (BARROS, 2016, p. 181).

A especialização se dá com a experiência e com as rotinas diárias, em um tipo determinado de biblioteca ou de unidade de informação. Na área jurídica, em muitos casos, bibliotecários sentem a necessidade de se graduar em Direito, buscando maiores conhecimentos na área. Percebe-se também uma carência com relação às disciplinas da CI com a área jurídica, nas publicações científicas (PASSOS; BARROS, 2009).

Mendes faz algumas considerações sobre a formação do bibliotecário que opta pela profissão na área do Direito:

Em relação à formação do Bibliotecário viu-se que depende do diploma de Bacharel em Biblioteconomia, expedido por Instituições de Ensino Superior oficialmente reconhecidas. Já para especializar-se na área jurídica o aluno deve buscar estágios em bibliotecas jurídicas para adquirir experiência, noções e o vocabulário próprio do Direito. Há alguns profissionais que optam pela alternativa de graduar-se em Direito para agregar valor ao seu trabalho e esclarecer dúvidas advindas dos problemas gerados na atividade diária. (MENDES, 2010, p. 4).

Baptista *et al.* (2008, p. 159) esclarecem que “[...] a área jurídica, assim como outra, necessita de profissionais preparados, ativos e tecnologicamente aptos, para atuar como facilitadores entre os repositórios de informação e os usuários.”

Os bibliotecários jurídicos deverão ter pleno conhecimento do vocabulário que utilizarão, assim como os operadores do Direito, pois pode haver simplificações na linguagem jurídica, mas não há como evitar os termos jurídicos (MENDES, 2010, p. 8).

Nas bibliotecas especializadas em Direito, a *expertise* do bibliotecário amplia-se a partir do momento em que, ao manejar frequentemente a informação jurídica, adquire o *status* de “especialista” dessa informação, o que cria a possibilidade de lhe conferir a prerrogativa de “colaborador” do usuário, no desenvolvimento de seus estudos, agregando-a à de consagrado “intermediário” (LOUREIRO, 2005, p.1).

Cabe ao bibliotecário jurídico saber quais são suas atribuições e quais serviços estão ao alcance de seus conhecimentos sobre o domínio do Direito. O bibliotecário jurídico **não** é advogado, é bibliotecário. Este deve realizar os serviços de organização e disseminação da informação e do conhecimento jurídico, sem invadir o espaço do advogado.

Mendes recomenda que o profissional da informação que pretende atuar no campo jurídico precisa dominar os conhecimentos em relação à leitura e terminologia da comunidade jurídica, além de saber manusear a documentação e utilizar, de forma correta, a busca pelas principais fontes de informações (2010, p. 17).

A proliferação de fontes de informação eletrônicas tornou a explosão bibliográfica ainda maior, diante do crescente volume de informações jurídicas disponibilizadas, na internet ou em outros meios de divulgação, cabe ao profissional bibliotecário figurar como mediador, sempre buscando e pesquisando meios facilitadores a fim de recuperar as informações úteis que atendam às necessidades de seus usuários. (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 88).

Ericsson (2006, p. 693) estudou a “prática deliberada” de músicos e outros especialistas. Com sua pesquisa, o autor chegou ao conhecimento de que os melhores violinistas passavam mais tempo por semana em atividades que tinham sido especificamente projetadas para melhorar o desempenho, a chamada “prática deliberada”. Um bom exemplo de prática deliberada é a prática solitária dos violinistas especialistas em trabalhar para dominar objetivos determinados pelo professor de música, em aulas semanais. Em analistas de assunto, pode-se considerar que a leitura documentária diária ou frequente é um tipo de prática deliberada na Biblioteconomia, em domínios específicos.

O autor conclui que, “[...] em contraste direto com a aquisição de habilidades

cotidianas, os especialistas continuam a melhorar seu desempenho com mais experiência, desde que associados à prática deliberada.” (ERICSSON, 2006, p. 696). Portanto, acredita-se que, quanto mais tempo o bibliotecário permanece em um domínio, melhor ele realizará a leitura documentária para a análise de assunto.

Baptista *et al.* (2008) reconhecem a necessidade de especialização do bibliotecário, para melhor atuação na área jurídica. Porém, a autora explica que existem indícios de que nem sempre a educação continuada é escolhida como forma de se preparar, visando à diminuição de dificuldades relacionadas à especificidade da área.

Logo, para suprir a falta de foco ou especialização jurídica nos cursos de graduação, o bibliotecário com intenção de atuar nesse domínio deverá contar com cursos específicos no assunto, cursos de pós-graduação na área e com a prática deliberada, durante a experiência profissional.

Cada domínio do conhecimento possui diversos tipos de documento e, com o Direito, não é diferente. Na próxima seção, serão apresentados conceitos e exemplos de documentos jurídicos e suas respectivas estruturas.

4.2 A estrutura textual de documentos jurídicos

Nesta seção, são expostos conceitos sobre documentos do domínio jurídico, especificamente sobre doutrina, tipo escolhido para análise.

Nascimento e Guimarães entendem que a “[...] área de conhecimento é um elemento que determina a natureza do documento, apresentando uma ampla variedade [...] seja em ambientes técnico-científicos, sociais, econômicos, históricos, jurídicos e outros.” (NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2004, p. 40).

Do ponto de vista da documentação, para Guinchat e Menou (1994, p. 41), “[...] um documento é um objeto que fornece um dado ou uma informação”, podendo-se considerar que os documentos dão suporte à informação.

Existem vários tipos de documento e, em bibliotecas, a variedade pode ser grande. As bibliotecas podem conter, em seus acervos: livros, periódicos, materiais somente em formato digital, materiais multimídia, entre outros. Porém, os livros e fascículos de periódicos, tanto em formato tradicional (impresso) quanto digital, são os mais comuns e em maior quantidade.

Guinchat e Menou (1994, p. 54) definem o livro brevemente como um “[...] conjunto de folhas impressas e reunidas em um volume encadernado ou sob a forma de brochura.” Deve-se levar em conta, ainda, as informações contidas nos livros, sua área e as intenções do autor.

Em bibliotecas jurídicas, a variedade aumenta, principalmente quando se distinguem os tipos de documentos. Em livros do domínio jurídico, podemos encontrar doutrina, jurisprudência, leis, modelos de contratos, materiais de pesquisa, entre outros. Por conseguinte, é sempre essencial ter em mente que cada tipo de documento apresenta seus conteúdos de forma diferenciada, em suas estruturas, mesmo quando as estruturas são bem características, como em livros e artigos de periódicos. Esse conteúdo no domínio do Direito é a informação jurídica.

A informação jurídica é vista como esclarecimento útil para o progresso e o desenvolvimento da cidadania, de maneira que, por meio dela, os profissionais do

Direito produzem conhecimentos, nos quais fundamentam suas análises e adotam decisões que regularão a vida em sociedade (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 77).

Conceitualmente, a informação jurídica, de acordo com Passos (1994, p. 363),

[...] tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de juristas, juristas, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juizes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Mendes destaca que existe diferença entre informação jurídica e informação legislativa. “A informação legislativa pode ser definida como aquela que resulta do processo legislativo, federal, estadual ou municipal: as proposições legislativas, substitutivos, pareceres, emendas, relatórios, entre outros documentos.” (2010, p. 6).

Na área jurídica, podemos observar o crescimento do número de documentos publicados, nos últimos anos. A produção de informação jurídica tem alcançado grandes proporções, com a intensificação da elaboração doutrinária e da publicação de leis (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 78). Muitos documentos são produzidos e disponibilizados em meio digital, em plataformas inovadoras (sejam ou não de órgãos oficiais). O objetivo é disseminar informação, de maneira mais rápida, conferindo conteúdo atualizado.

As fontes de informação jurídica são classificadas em primárias, secundárias e terciárias. Conforme Passos e Barros (2009, p. 122), “[...] com o objetivo de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias, surgiram as fontes secundárias, que apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido, conforme sua finalidade.”

São exemplos de **fontes primárias**: Diário Oficial da União (e as respectivas matérias e seções publicadas); Diário da Justiça Eletrônico; Diários Oficiais dos Estados e do Distrito Federal (PASSOS; BARROS, 2009). A maior parte das fontes primárias de informação jurídica estão disponíveis em meio digital *on-line*.

São exemplos de **fontes secundárias**: Livros, periódicos e teses; Livros

jurídicos; Cartilhas e apostilas; Periódicos jurídicos; Periódicos eletrônicos; Teses; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Dicionários, enciclopédias e vademécuns e Coleções de leis e de jurisprudência (PASSOS; BARROS, 2009). As fontes secundárias de informação jurídica ainda são publicadas em papel, mas se percebe o crescimento de publicações em meio digital.

As **fontes terciárias** têm a função de direcionar o usuário para as fontes primárias e secundárias. São os índices, bibliografias, guias de literatura, bibliografias de bibliografias, bases de dados, bibliotecas e centros de informação e documentação, todos do domínio do direito.

Na área jurídica, é notória a escassez de literatura que oriente o profissional da informação no manuseio e na organização dos documentos legais, referente à leitura técnica e à análise de assunto do documento (MENDES, 2010, p. 8). A falta de fluência na terminologia jurídica também é um problema comum para bibliotecários. Assim, cabe a esses profissionais estudar e conhecer os tipos e estruturas de documentos desse domínio.

Nascimento e Guimarães concebem o documento jurídico “[...] enquanto espécie de uma categoria de documentos criados e/ou utilizados na área do Direito, com fins específicos, para o desempenho de suas funções.” (2004, p. 40). E acrescentam:

Determina-se o documento jurídico a partir do corpus teórico necessário à constituição do documento (meio, conteúdo e forma), observando sua percepção conceitual, estrutural e funcional, seja enquanto informação no suporte tradicional ou enquanto dados digitais perceptíveis por meio de um suporte eletrônico. (NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2004, p. 45).

Pensando na estrutura dos documentos jurídicos, podemos classificar a informação jurídica em três tipos distintos: “[...] analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência). A analítica caracteriza-se pela emissão de uma opinião particular fundamentada sobre determinado assunto.” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 94).

Para Souza (2013, p. 79), “[...] a **documentação legislativa** é formada pelo

conjunto de documentos gerados durante o processo legislativo. Compreende os atos legislativos propriamente ditos, as proposições legislativas e a documentação acessória.”

Silva (2016) assinala que a palavra **jurisprudência** deriva do “[...] latim *jurisprudencia*, de *jus* (Direito, Ciência do Direito) e *prudencia* (sabedoria), entende-se literalmente que é a ciência do Direito vista com sabedoria. Resulta da interpretação e aplicação das leis em casos concretos, submetidos ao julgamento da Justiça.” (SOUZA, 2013, p. 84).

Por sua vez, Silva (2016) explica que a palavra **doutrina** vem do “[...] latim *doctrina*, de *docere* (ensinar, instruir, mostrar), na terminologia jurídica, é tido, em sentido lato, como o conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica.” E prossegue:

Em acepção mais estreita, quer significar a opinião particular, admitida por um ou vários juristas, a respeito de um ponto de direito controvertido. E, neste sentido, aplica-se mesmo o vocábulo para exprimir o princípio que se possa firmar em uma sentença ou num acórdão, desde que, por ele, se estabeleça um esclarecimento a respeito da aplicação do direito, por força da *doutrina*, que ali se *encerra*. (SILVA, 2016).

A informação jurídica contida em doutrina é comumente publicada e disseminada de forma impressa ou digital, em formato de livro ou *e-book*, e é um tipo de documento bem comum em bibliotecas da área jurídica.

Marques Júnior (1997) também apresenta conceitos sobre os tipos de documentos jurídicos. Acrescentamos alguns exemplos aos conceitos do autor, comuns em bibliotecas jurídicas:

Legislação: É representada pelo conjunto das normas jurídicas propriamente ditas e, por extensão, da documentação referente ao processo de sua elaboração. As normas jurídicas, por sua vez, englobam, de acordo com sua hierarquia, os seguintes diplomas legais: Constituição; Emenda constitucional; Lei complementar; Medida provisória; Lei ordinária; Lei delegada; Decreto (MARQUES JÚNIOR, 1997,

p. 165).

Exemplos de fontes:

Site do Planalto: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis>

Site da Imprensa Nacional: <http://portal.impresnanacional.gov.br/destaques-do-diario-oficial-da-uniao>

Site de sistema de Normas da Receita Federal:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/consulta.action>

Site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários):

<http://www.cvm.gov.br/legislacao/index.html>

Jurisprudência: É representada pelo conjunto das decisões judiciais em relação a determinado assunto ou emanadas de determinada corte ou instância de julgamento, bem como, por extensão, da documentação relativa ao processo de tomada dessas decisões. Tipos básicos: Ação; Sentença; Recurso; Acórdão (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 166).

Exemplos de fontes:

Site do STJ (Superior Tribunal de Justiça): <http://www.stj.jus.br/SCON/>

Site da Justiça Federal: <http://www.cjf.jus.br/juris/unificada/>

Site do Tribunal Superior do Trabalho: <http://www.tst.jus.br/jurisprudencia>

Doutrina: É representada pelo conjunto da literatura técnica produzida por especialistas na área jurídica, publicada sob a forma de livros, teses, artigos de periódicos, trabalhos de congresso etc. Essa literatura, além de constituir espaço de análise, reflexão e discussão da legislação e da jurisprudência, apontando suas virtudes e imperfeições, tem também por objetivo facilitar a compreensão dos textos e documentos legais, servindo como embasamento teórico para a própria atuação jurídico-legislativa (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 166).

Exemplos de fontes:

Figura 8 - Exemplos de Códigos e Leis comentados e anotados



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Figura 9 - Exemplos de livros variados de diversas áreas



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Figura 10 - Exemplos de Periódicos de diversas áreas



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Nesta pesquisa, o enfoque é dado aos documentos que existem em maior quantidade em bibliotecas jurídicas de vários tipos (tribunais, escritórios de advocacia, departamentos jurídicos). São os livros e artigos de periódicos jurídicos (doutrina), em formato impresso ou digital.

Fujita salienta que, “[...] quando lemos algum texto, sempre estamos prevendo encontrar algum aspecto ou padrão compatível aos nossos esquemas que nos ajude a compreendê-lo.” (2017, p. 19).

Portanto, o reconhecimento de estruturas textuais de documentos favorece o processo inferencial da leitura documentária. Assim, quanto mais o leitor se familiariza com diferentes tipos de estruturas textuais, mais experiente e hábil se torna para ler variadas espécies de textos (FUJITA, 2017, p. 17). A autora continua:

O leitor deve [...] buscar detectar a estrutura do texto, pois o reconhecimento das superestruturas textuais favorece a captação das ideias principais do texto e seus conhecimentos prévios, a inferência de significados e levantamento de hipóteses que o ajudarão a apreender a temática global. (FUJITA, 2017, p. 29).

Segundo o entendimento de Mai (2004, p. 207), o objetivo do indexador é “[...] estabelecer o assunto com base em uma análise do documento com o objetivo de representá-lo da forma mais verdadeira possível e assegurar a validade da representação do assunto permanecendo neutra e objetiva.” Mai menciona as partes da estrutura textual mais indicadas para a leitura documentária de documentos:

Os atributos exatos recomendados que o indexador examine variam, mas exemplos típicos são: o título, o resumo, o sumário, os títulos dos capítulos, subtítulos dos capítulos, prefácio, introdução, o próprio texto, referências bibliográficas, entradas de índice, ilustrações, diagramas e tabelas e suas legendas. As recomendações exatas variam de acordo com o tipo de documento que está sendo indexado (monografias versus artigos periódicos, por exemplo). (MAI, 2004, p. 207).

Em Reis (2012), foi realizada revisão bibliográfica sobre indicação de partes de estruturas textuais de livros para a análise de assunto e coleta de PVI com bibliotecários catalogadores, durante esse processo. A partir da análise detalhada das transcrições dos PVI, foi elaborado um quadro, comparando as partes da estrutura textual de livros sugeridas na literatura com as partes equivalentes consultadas pelos catalogadores das bibliotecas analisadas. As partes da estrutura textual mais consultadas proporcionaram adaptação do "Modelo de ensino de leitura documentária para análise de assunto de livros científicos" (REIS, 2012, p. 84), baseado na estrutura do modelo de Fujita e Rubi (2006), Fujita (2010) e na análise aprofundada das falas dos catalogadores sobre o uso das partes da estrutura textual

de livros.

Por conseguinte, a melhor forma de realizar uma análise segura e fiel de um documento se dá com base em sua estrutura. Os aspectos associados ao conhecimento prévio são os responsáveis por tal conhecimento. Desse modo, o profissional estará apto a realizar a leitura documentária de forma adequada à atividade, com base em estratégias metacognitivas de leitura.

Albrechtsen e Hjørland entendem que a base da CI está nos tipos e estruturas de documentos (1997, p. 142). Os livros e artigos de periódicos do domínio jurídico possuem uma estrutura textual diferenciada, considerando seus três tipos (legislação, jurisprudência e doutrina). A seguir, serão fornecidos exemplos de partes da estrutura de doutrina (livros e artigos de periódico), com base em publicações de vários tipos da área do Direito, na NBR 6029 - Informação e documentação - Livros e folhetos, e na NBR 6022 - Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa. Foram considerados os elementos citados nas NBR e os encontrados nos livros e artigos da área do Direito usados para as coletas dos PVI.

Livro

Capa: É uma parte bastante consultada por analistas de assunto e usuários. É o primeiro contato com o documento; muitas chamam atenção, devido às cores vivas e ilustrações. Primeiro contato com o “título” do documento, elemento mais consultado pelos profissionais, para iniciar a leitura documentária. Ocasionalmente, é possível encontrar informações inconsistentes com outras partes do livro, como número da edição ou subtítulo (alguns subtítulos da capa divergem dos da folha de rosto). Não é uma fonte de informação confiável.

Figura 11 - Exemplos de capas de livros da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Contracapa: Assim como a capa, é um dos primeiros elementos a ser consultado. O analista de assunto costuma pegar o livro, olhar a capa, virá-lo e olhar a contracapa. Alguns livros não possuem esse tipo de informação, sobretudo os livros antigos ou de capa dura (coleções). Quando presente no livro, contém informações breves sobre o conteúdo, autor ou coleção. Nessa parte, está sempre presente o código de barras com ISBN do livro. Em diversas ocasiões, o mesmo tipo de informação, a qual figuraria nessa parte, aparece na orelha do livro, conforme vemos na Figura 12:

Figura 12 - Exemplos de contracapas de livros da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Orelha: Apresenta informações mais concisas do que as mostradas na contracapa, consistindo de informações breves sobre o livro, autores e coleção. Varia bastante de editora para editora.

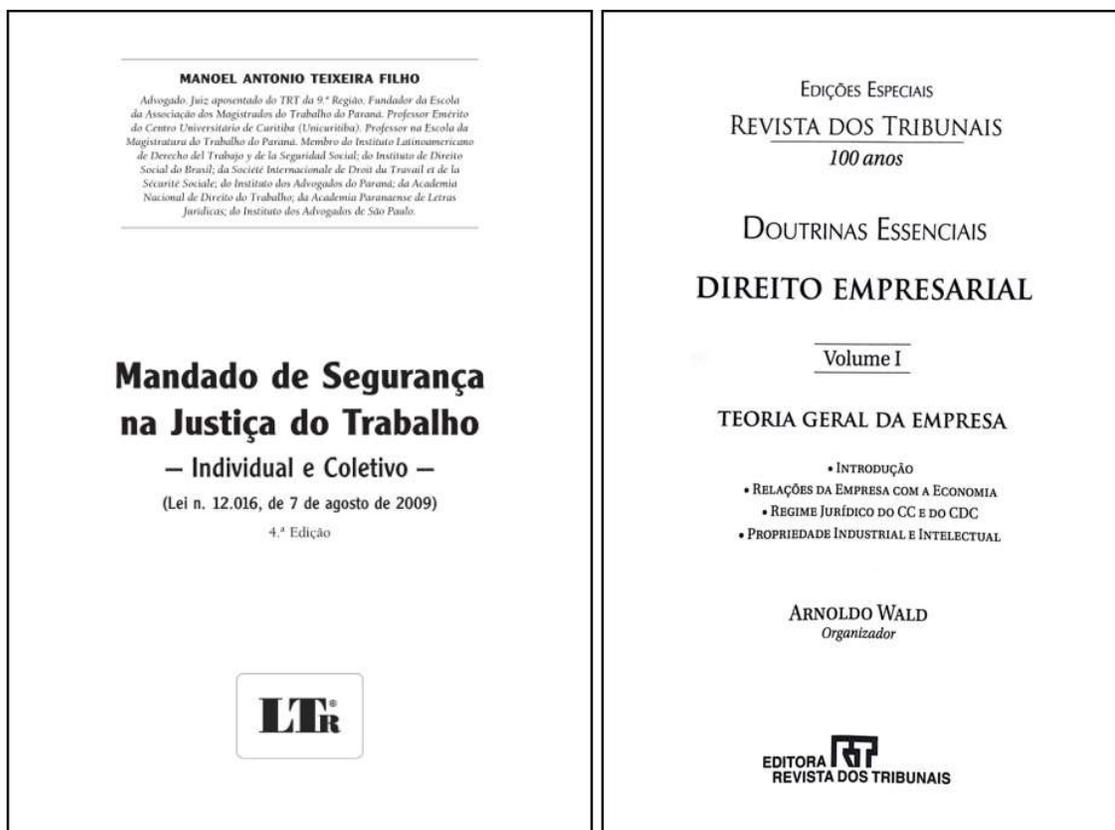
Figura 13 - Exemplos de orelhas de livros da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Anverso da folha de rosto: Parte sempre consultada por analistas de assunto. Possui informações confiáveis, ao contrário da capa. Alguns livros trazem uma falsa folha de rosto, antes da folha de rosto original. Apresenta título, subtítulo (quando houver), edição (quando houver), editora, local de publicação e ano de publicação. Algumas possuem informações da coleção e sobre o acesso *on-line* ao livro (quando houver).

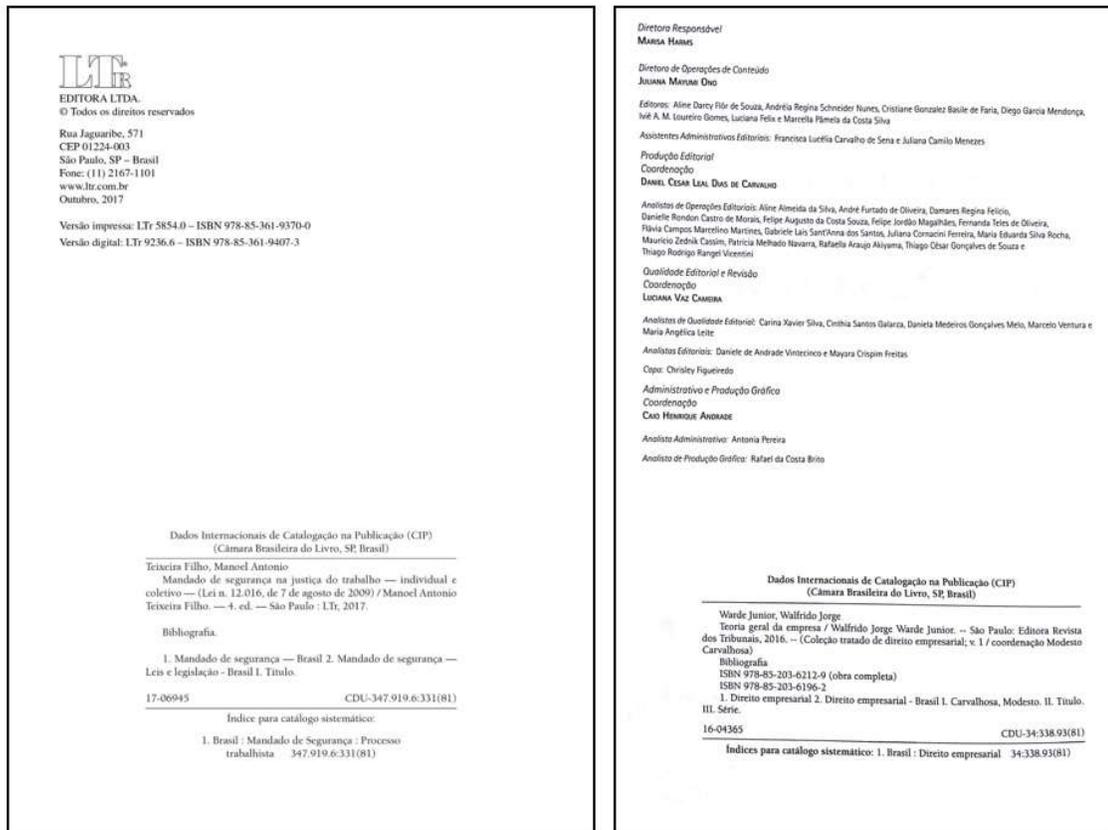
Figura 14 - Exemplos de anverso de folhas de rosto de livros da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Verso da folha de rosto: Parte habitualmente consultada por analistas de assunto. Contém informações sobre a edição, publicação e autores. Seria o local correto para a ficha catalográfica, que é um elemento muitas vezes negligenciado pelas editoras de livros. Alguns livros possuem fichas com informações incorretas ou divergentes do anverso da folha de rosto. Em alguns casos, as editoras não incluem a ficha catalográfica, em seus livros. Alguns analistas de assunto costumam consultar os assuntos da ficha, após a análise de assunto do livro, para mera conferência.

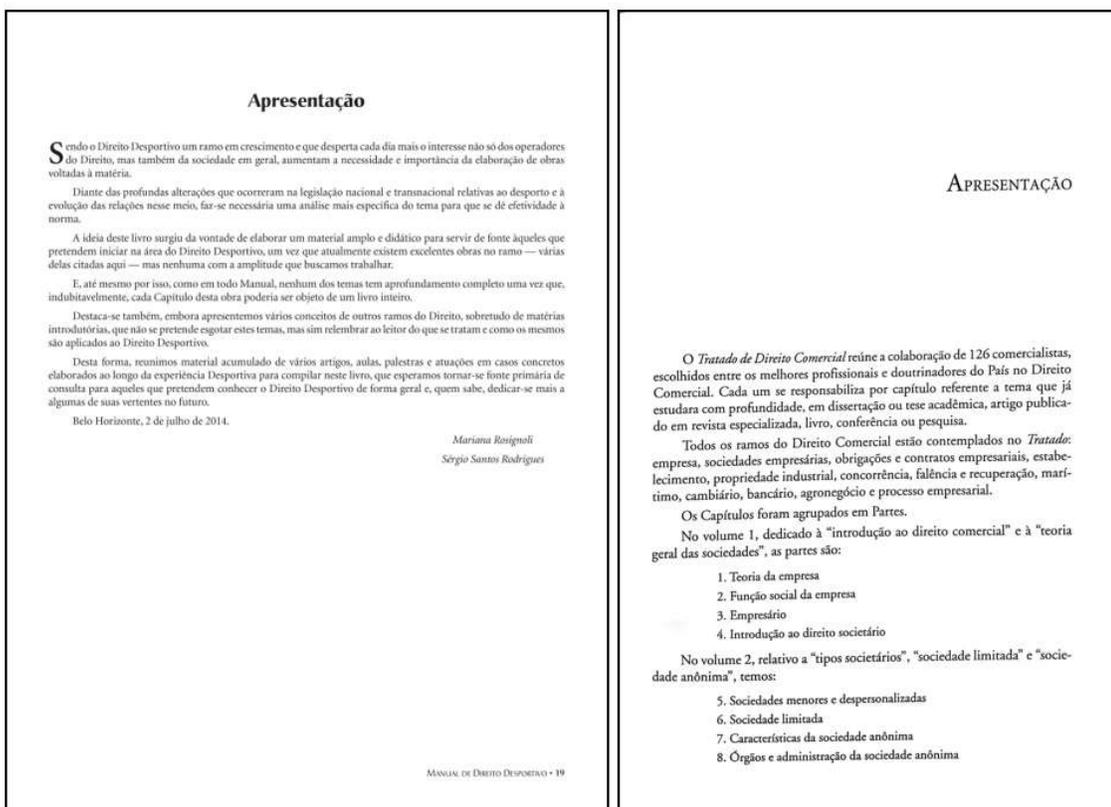
Figura 15 - Exemplos de verso de folhas de rosto de livros da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Apresentação: Elemento que não aparece em todos os livros da área jurídica. Muitas estão relacionadas ao conteúdo da edição e aos autores atualizadores de conteúdo.

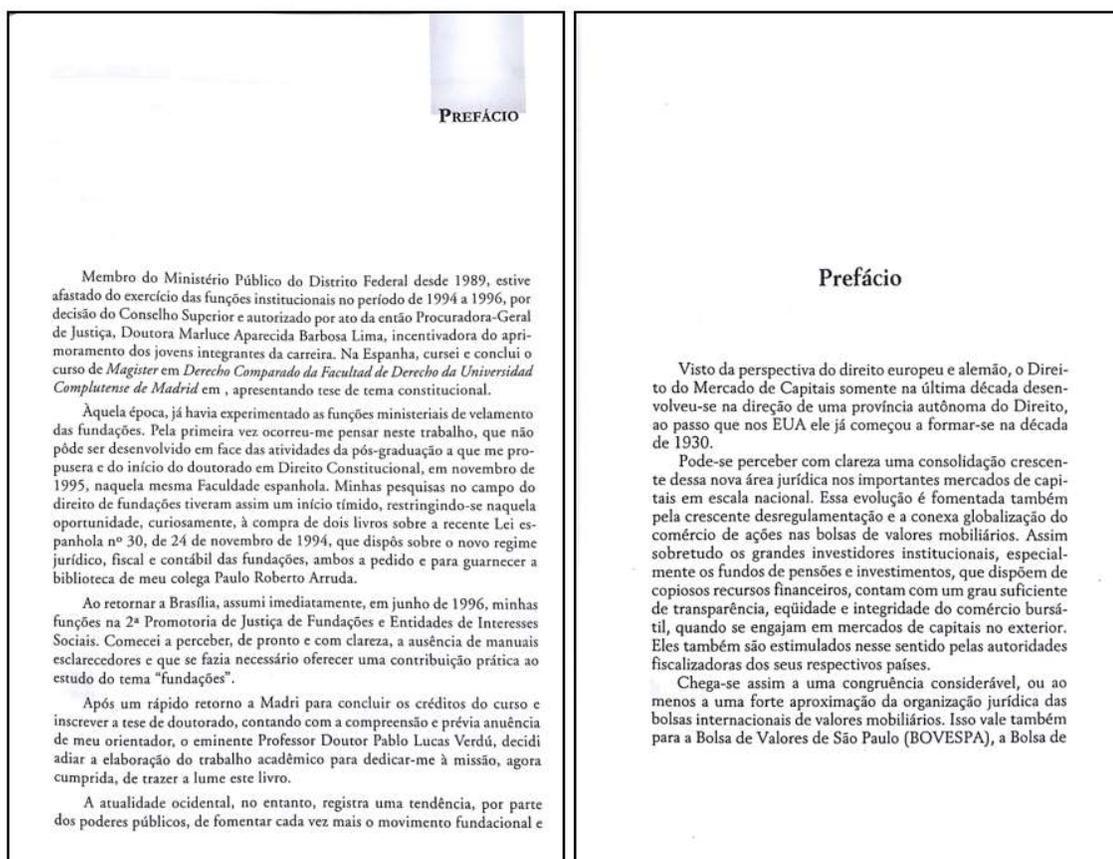
Figura 16 - Exemplos de apresentações de livros da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Prefácio: Parte com conteúdo semelhante à apresentação e notas de um livro. Varia de acordo com a preferência dos autores e editores. Parte frequentemente consultada por analistas de assunto.

Figura 17 - Exemplos de prefácios de livros da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Sumário: Parte sempre consultada pelos analistas de assunto. É considerada de extrema importância para a análise de assunto. Em alguns livros mais antigos, principalmente, mas não exclusivamente, pode ser nomeada de “índice”. Sua extensão varia, dependendo da quantidade e profundidade dos assuntos abordados. Alguns analistas de assunto fazem uma representação exaustiva dos termos representados no sumário, dependendo da política da biblioteca.

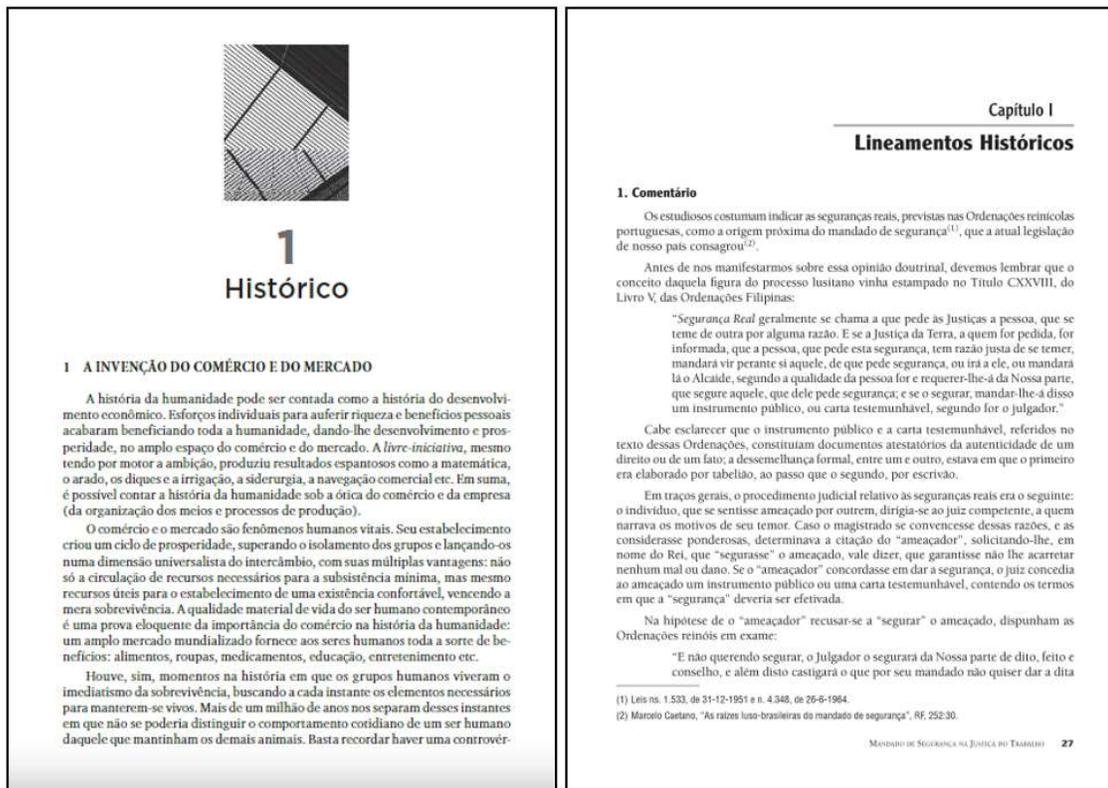
Figura 18 - Exemplos de sumários de livros da área jurídica

<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Prelúdio V</p> <p style="text-align: center;">1 — PARTE INTRODUTÓRIA</p> <p>Capítulo I</p> <p>Considerações iniciais 3</p> <p>Capítulo II</p> <p>O poder geral de cautela 6</p> <p>A) Origem romana do poder geral de cautela 6</p> <p>B) O regramento do poder geral de cautela no direito estrangeiro moderno 8</p> <p>a) Direito italiano 8</p> <p>b) Direito alemão 10</p> <p>c) Direito austríaco 12</p> <p>d) Direito português 13</p> <p>e) Direito francês 15</p> <p>f) Direito espanhol 16</p> <p>g) Direito anglo-americano 17</p> <p>C) O poder geral de cautela no direito brasileiro 19</p> <p>D) Requisitos das medidas inominadas 21</p> <p>1. O <i>fumus boni iuris</i> 21</p> <p>2. O <i>periculum in mora</i> 27</p> <p>E) O conteúdo do poder geral de cautela 30</p> <p>F) Limites do poder geral de cautela 30</p> <p style="text-align: right;">VII</p>	<p style="text-align: center;">Sumário</p> <p>Capítulo I: Generalidades 1</p> <p>I. Conceito de Direito do Mercado de Capitais 4</p> <p>II. Pontos de conexão com o Direito Bancário 8</p> <p>III. O Direito do Mercado de Capitais como disciplina dinâmica 10</p> <p>IV. Estrutura básica de Sistema Financeiro Brasileiro 12</p> <p>1. Conselho Monetário Nacional (CMN) 13</p> <p>2. Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 14</p> <p>3. Bolsas de Valores Mobiliários 16</p> <p>4. Entidades do Mercado de Balço Organizado 17</p> <p>Capítulo 2: Objetivos da Regulamentação do Direito do Mercado de Capitais 21</p> <p>I. Capacidade funcional do mercado de capitais como bem jurídico prioritariamente digno de proteção 22</p> <p>1. Capacidade funcional institucional 24</p> <p>a) Dever de igual tratamento relativo ao direito de informações privilegiadas 26</p> <p>b) Transparência da estrutura acionária 28</p> <p>c) Regras de conduta para os intermediários do mercado 29</p> <p>a) Obrigação de evitar conflitos de interesse 30</p> <p>b) Defesa de interesses como proteção do investidor 31</p> <p>d) Fiscalização estatal do mercado 32</p>	<p style="text-align: center;">SUMÁRIO</p> <p style="text-align: center;">PRIMEIRA PARTE</p> <p style="text-align: center;">DOS CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS</p> <p style="text-align: center;">Título I</p> <p style="text-align: center;">DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DA CONSTITUIÇÃO</p> <p style="text-align: center;">Capítulo I</p> <p style="text-align: center;">Do Direito Constitucional</p> <p>1. Natureza e conceito 33</p> <p>2. Objeto 34</p> <p>3. Conteúdo científico 35</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II</p> <p style="text-align: center;">Da Constituição</p> <p>I — <i>Conceito, Objeto e Elementos</i> 37</p> <p>1. Conceito de constituição 37</p> <p>2. Concepções sobre as constituições 38</p> <p>3. Classificação das constituições 39</p> <p>4. Objeto e conteúdo das constituições 42</p> <p>5. Elementos das constituições 43</p> <p>II — <i>Supremacia da Constituição</i> 44</p> <p>6. Rigidez e supremacia constitucional 45</p> <p>7. Supremacia material e supremacia formal 45</p> <p>8. Supremacia da Constituição Federal 45</p> <p>III — <i>Controle de Constitucionalidade</i> 45</p> <p>9. Inconstitucionalidades 45</p> <p>10. Inconstitucionalidade por ação 46</p> <p>11. Inconstitucionalidade por omissão 46</p> <p>12. Sistemas de controle de constitucionalidade 48</p> <p>13. Critérios e modos de exercício do controle judicial 49</p> <p>14. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade 49</p> <p>15. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade 51</p>
<p style="text-align: center;">Sumário</p> <p>Apresentação 9</p> <p>Capítulo I — Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho 11</p> <p>1. Direito Processual do Trabalho: conceito, autonomia, e finalidade 11</p> <p>2. Do acesso à Justiça do Trabalho e a Lei n. 13.467/17 14</p> <p>3. Dos princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho 19</p> <p>3.1. Protetivismo processual 24</p> <p>3.2. Informalidade 26</p> <p>3.3. Conciliação 27</p> <p>3.4. Celeridade 29</p> <p>3.5. Simplicidade 29</p> <p>3.6. Oralidade 29</p> <p>3.6.1. Identidade física do juiz 30</p> <p>3.6.2. Prevalência da palavra oral sobre a escrita 33</p> <p>3.6.3. Concentração dos atos processuais 34</p> <p>3.6.4. Imediatidade 34</p> <p>3.6.5. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias 35</p> <p>3.6.6. Majoração dos poderes do Juiz do Trabalho na direção do processo 35</p> <p>3.7. Subsidiariedade 36</p> <p>3.8. Função social do Processo do Trabalho 36</p> <p>3.9. Normatização coletiva 38</p> <p>3.10. A aplicação supletiva e subsidiária do CPC ao processo trabalhista 39</p> <p>3.11. O princípio da subsidiariedade do Processo do Trabalho e as Lacunas Axológicas da legislação processual trabalhista 43</p> <p>3.12. A aplicação do Código de Processo Civil na execução trabalhista 52</p> <p>3.13. Regras de direito intertemporal da Lei n. 13.467/17 54</p> <p style="text-align: right;">A REFORMA TRABALHISTA E O PROCESSO DO TRABALHO - R. 5</p>	<p style="text-align: center;">Sumário</p> <p>Introdução 8</p> <p>1. A indústria mineral brasileira 12</p> <p>2. Recursos minerais do Estado de São Paulo 18</p> <p>3. A indústria mineral paulista 26</p> <p>3.1. Agregados 32</p> <p>3.2. Águas minerais 48</p> <p>3.3. Rochas calcárias 56</p> <p>3.4. Areia industrial 66</p> <p>3.5. Rochas fosfáticas 72</p> <p>3.6. Argilas 78</p> <p>3.7. Outros minerais industriais 92</p> <p>3.8. Rochas ornamentais 100</p> <p>4. Indústrias consumidoras paulistas 108</p> <p>5. O desafio da visibilidade 120</p>	<p style="text-align: right;">TABLE</p> <p style="text-align: center;">Table of Contents</p> <p>Foreword 14</p> <p>Preface 16</p> <p>Abbreviations and Acronyms 18</p> <p>Glossary 20</p> <p>Chapter I: The Arm's Length Principle 22</p> <p>A. Introduction 22</p> <p>B. Statement of the arm's length principle 24</p> <p>B.1 Article 9 of the OECD Model Tax Convention 24</p> <p>B.2 Maintaining the arm's length principle as the international consensus 25</p> <p>C. A non-arm's-length approach: global secondary appointment 26</p> <p>C.1 Background and description of approach 26</p> <p>C.2 Comparison with the arm's length principle 27</p> <p>C.3 Rejection of non-arm's-length methods 28</p> <p>D. Guidance for applying the arm's length principle 29</p> <p>D.1 Identifying the commercial or financial relations 29</p> <p>D.2 Recognition of the accurately delineated transaction 30</p> <p>D.3 Leases 31</p> <p>D.4 The effect of government policies 32</p> <p>D.5 Use of custom valuations 33</p> <p>D.6 Location savings and other local market features 34</p> <p>D.7 Assembled workforce 35</p> <p>D.8 MNE group synergies 36</p> <p style="text-align: right;">OECD FINANCIAL ACTION TASK FORCE (2017)</p>

Fonte: Internet (compilado pela autora)

Capítulos - desenvolvimento do texto: Alguns analistas de assunto “pulam” essa parte. Em alguns casos, as informações fornecidas nos sumários já são suficientes para representar os principais assuntos do livro. Os analistas de assunto costumam consultar o desenvolvimento do livro, quando o sumário é curto ou inexistente. Assim como todas as partes mencionadas até agora, pouco difere a versão impressa da versão digital.

Figura 19 - Exemplos de capítulos - desenvolvimento do texto de livros da área jurídica

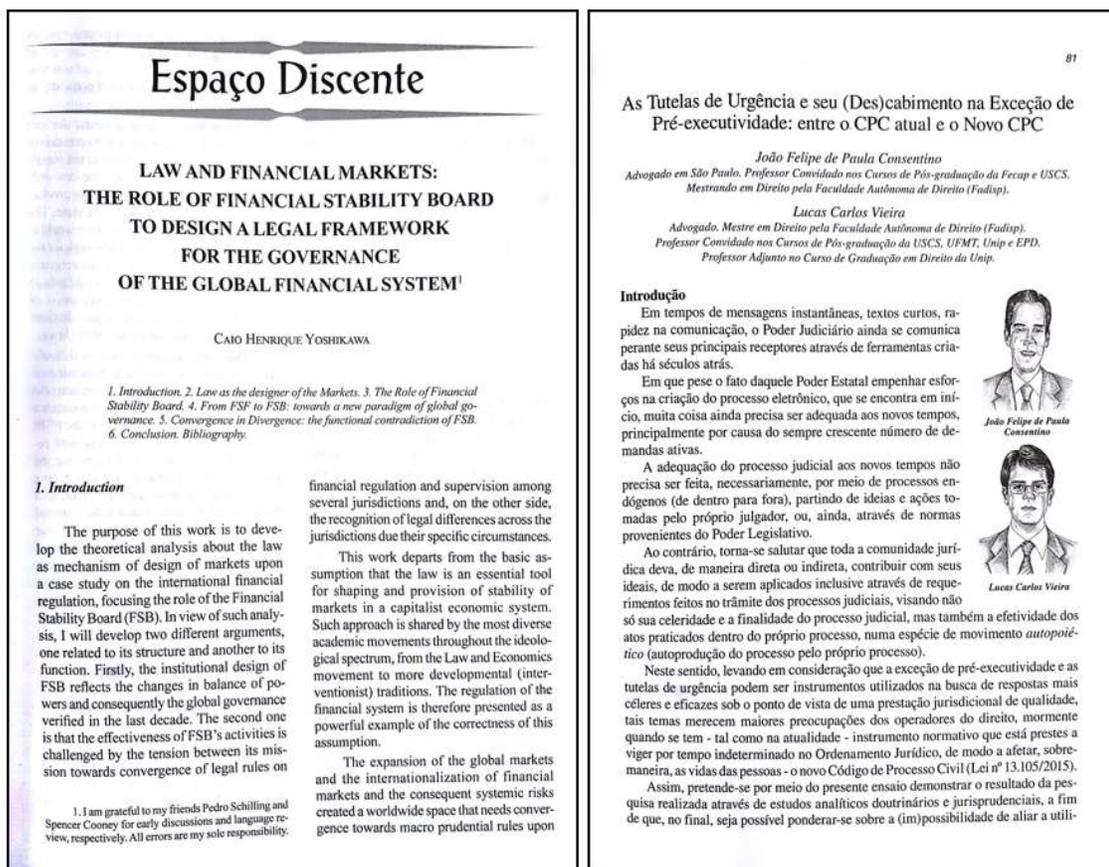


Fonte: Internet (compilado pela autora)

Artigo de periódico

Artigo de periódico impresso: Os artigos de periódicos impressos costumam ser padronizados, de acordo com as regras de cada revista. Cada periódico possui um padrão próprio, conforme as regras editoriais. Geralmente, são compostos por título, sumário e palavras-chave (nos idiomas que a revista exigir), e desenvolvimento do texto. O número de páginas dos artigos pode variar, e os analistas de assunto costumam consultar poucas páginas para a análise de assunto, principalmente a primeira e a segunda. Raramente consultam a conclusão ou considerações finais do artigo.

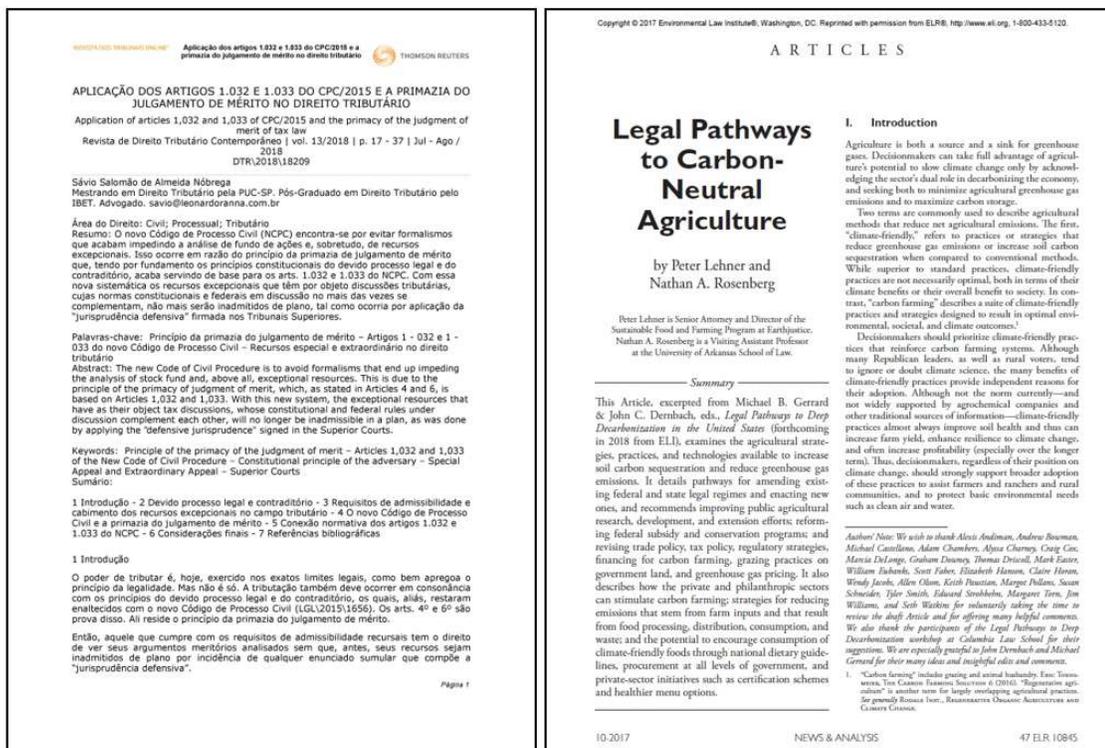
Figura 20 - Exemplos de artigos de periódico impresso da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Artigo de periódico digital: Os artigos de periódicos digitais são estruturados da mesma forma que os artigos impressos. Muitos são publicados em meio digital e também em meio impresso. O que diferencia os dois formatos é o acesso: o acesso do artigo em papel se dá por meio da compra do fascículo, o qual será organizado na biblioteca de acordo com a política. O acesso ao artigo digital é disponibilizado através de assinatura, e o tipo de acesso define se será possível fazer *download* do artigo ou somente consultá-lo na plataforma específica, durante a vigência do plano. A leitura documentária dos analistas de assuntos costuma ocorrer da mesma maneira para os dois tipos de artigo.

Figura 21 - Exemplos de artigos de periódico digital da área jurídica



Fonte: Internet (compilado pela autora)

Com base na pesquisa de Reis (2012) e de outros autores citados, verifica-se que, nas partes de estruturas ilustradas, tanto em livros quanto em artigos, a leitura documentária do analista de assunto costuma ser focada em alguns pontos específicos. O formato não afeta, de forma significativa, a leitura documentária do analista de assunto, pois os procedimentos de leitura e análise costumam ser os mesmos, quer em documentos impressos, quer aqueles em meio digital.

Neste capítulo, foi delineado o domínio da Biblioteconomia jurídica. O capítulo foi dividido em duas seções, uma sobre a AD da Biblioteconomia jurídica, e outra sobre a estrutura textual de documentos - doutrina. Foram apresentadas informações sobre o profissional que atua nesse domínio e conceitos e exemplos de partes de estruturas textuais do documento foco desta pesquisa.

Os conceitos enfocados neste capítulo evidenciam que a leitura documentária, com abordagem voltada para o domínio jurídico, permite que o indexador seja guiado pela estrutura textual dos documentos, proporcionando uma análise de assunto produtiva de doutrina. No próximo capítulo, serão expostos os procedimentos metodológicos escolhidos para a pesquisa.

5 Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa, de natureza aplicada e com objetivos exploratórios. Apresenta investigação bibliográfica e etnográfica. Com o problema de avançar em estudos sobre processos metacognitivos, durante a leitura documentária, foram usados conceitos relacionados à teoria da inferência para análise dos dados, como ressaltado no Capítulo 6. A hipótese é de que, com a análise das estratégias de leitura de bibliotecários jurídicos, durante a indexação de doutrina, seria possível observar os processos inferenciais de abdução, dedução e indução. A tese desta pesquisa é de que, com a prática deliberada de leitura documentária do bibliotecário jurídico, seria possível revelar aspectos inferenciais desses profissionais, contribuindo para a organização do conhecimento.

Para atingir os objetivos da pesquisa, propôs-se um estudo da leitura documentária de doutrina por meio de aspectos da teoria da inferência e especificamente, os conceitos de abdução, dedução e indução em semiótica. A técnica de Protocolo Verbal Individual foi a escolhida tendo em vista a observação da leitura documentária para a indexação de doutrina, de acordo com o quarto objetivo específico desta pesquisa. Com tal proposta, foi possível elucidar os passos da leitura documentária no domínio jurídico e listar diretrizes e procedimentos mais observados na análise de profissionais experientes.

Para a observação da leitura documentária, ao longo da análise de assunto de doutrina, foram selecionados dez bibliotecários jurídicos do estado de São Paulo, para coleta de dados, por meio da técnica de Protocolo Verbal Individual (PVI). A quantidade de sujeitos foi delimitada em dez bibliotecários, considerando a complexidade da análise proposta no trabalho. Os sujeitos foram selecionados via questionário enviado para o *e-mail* do GIDJ/SP (Apêndice A). Todos os bibliotecários escolhidos fazem parte do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo - GIDJ/SP.

Os bibliotecários escolhidos para entrevista via PVI possuem, no mínimo, cinco anos de experiência, na tarefa de indexação. Outro critério importante para a

escolha dos bibliotecários foi a leitura documentária. Somente bibliotecários que realizam esse processo em doutrina foram selecionados. Cada um efetuou pelo menos um PVI (cada documento indexado corresponde a uma coleta, totalizando dezenove PVI, na pesquisa).

O domínio jurídico foi o escolhido, pois é um ambiente mais específico do que o existente em bibliotecas universitárias, foco de análise em Dissertação de Mestrado de Reis (2012). Com base nos resultados de 2012, verificou-se a necessidade de aprofundamento em um domínio ainda mais delineado e específico.

Para Passos e Barros (2009, p. 106), os campos de atuação do bibliotecário jurídico incluem as bibliotecas jurídicas, universitárias, de órgãos governamentais e de escritórios de advocacia. Mendes (2010, p. 2) acrescenta, à lista, bibliotecas de tribunais, fóruns e órgãos não governamentais.

Os usuários que utilizam os serviços desses locais são professores, advogados, juízes, juristas, promotores, legisladores, estudantes, todos da área jurídica ou que precisam buscar informações sobre documentos jurídicos (MENDES, 2010, p. 2).

O Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo (GIDJ/SP) foi escolhido para a seleção dos sujeitos para coleta de dados, pois reúne bibliotecários que atuam na área do Direito, no estado de São Paulo. De acordo com informações retiradas do próprio site oficial,

[...] oficializado em 25 de junho de 2002, tem por objetivo congrega bibliotecários e documentalistas que tenham interesse na área de informação e documentação jurídica no estado de São Paulo, visando incentivar o intercâmbio de experiências; promover o entrosamento e a comunicação de seus Membros; difundir notícias, programas e eventos de interesse da área; promover cursos, seminários e eventos e; promover o desenvolvimento do profissional da informação e da profissão na sociedade. Atualmente, o GIDJ/SP conta com a participação de cerca de 110 Membros ativos, que se comunicam diariamente por meio eletrônico e se reúnem periodicamente.

Observa-se que o campo de atuação do bibliotecário jurídico é bem definido, exigindo experiência e preparo teórico e técnico de tais profissionais, principais

motivadores da escolha desse domínio.

O Protocolo Verbal Individual (PVI) foi a técnica escolhida para coleta de dados, por ser considerada a forma mais adequada e eficiente para analisar e revelar as estratégias metacognitivas dos bibliotecários, durante a leitura documentária. Diversos autores estudam técnicas introspectivas de coleta de dados. Mais à frente, serão apresentados conceitos sobre a técnica.

Os PVI foram coletados durante a indexação de doutrina, e o principal ponto analisado foi a identificação e a determinação de conceitos, por meio da leitura documentária. Com isso, foi possível estudar e categorizar, de forma consistente, a interpretação do documento, durante o processo inferencial do analista de assunto.

Após a familiarização da tarefa de PVI, foi solicitado que o sujeito realizasse a leitura documentária para a análise de assunto de doutrina, em formato de sua preferência. Não foi definida a área do Direito a ser analisada, mas foi sugerido um livro e um artigo de periódico para todas as coletas. Foram disponibilizados seis livros, em formato impresso e digital, em áreas diferentes, para cada bibliotecário escolher, e um artigo sobre processo civil. O Livro A foi usado em oito PVI, os livros B, C, D, E e F foram usados uma vez cada e o artigo foi usado seis vezes. Os livros B a F foram escolhidos por bibliotecários proficientes em uma ou duas áreas específicas (como Direito tributário ou civil, apenas). Todos os livros eram “cursos” ou “manuais”,¹¹ e possuíam características em comum, em suas estruturas textuais (sumário).

As gravações foram realizadas no local de trabalho dos sujeitos, preservando-se sua rotina e comodidade.

A coleta dos PVI foi feita a partir de setembro de 2018, após parecer favorável do Comitê de Ética da UNESP - Marília (Anexo A). Observa-se metodologia semelhante em Reis (2009, 2012). Esta pesquisa apresenta uma continuação dos mesmos critérios usados em pesquisas anteriores, além de incluir aspectos da Semiótica, para a criação de categorias de análise dos dados.

Foi efetuada análise qualitativa dos PVI coletados, proporcionando-se a

¹¹ Cursos e manuais são caracterizados por serem livros com vários conceitos sobre determinado assunto ou área.

observação da leitura documentária, durante a análise de assunto de doutrina, e como a experiência profissional e o conhecimento prévio dos analistas de assunto afetam o processo. Assim como em Reis (2012), foi considerada a exploração de estrutura textual do documento, nesta pesquisa, especificamente do documento jurídico - doutrina. O foco principal foi a análise das partes da estrutura desses documentos, com base em categorias relacionadas à teoria da inferência (abdução, dedução e indução).

Os procedimentos anteriores, durante e após a coleta de dados dos PVI, serão focalizados no tópico 5.2, logo após o tópico conceitual, 5.1 sobre Protocolo Verbal Individual.

5.1 O Protocolo Verbal Individual - PVI

Neste capítulo, apresentaremos conceitos da técnica introspectiva de coleta de dados escolhida para esta pesquisa, o Protocolo Verbal na modalidade Individual, e todas as fases do processo.

Para Fujita (2009, p. 51), o Protocolo Verbal

[...] consiste em analisar todo processo de verbalização do participante enquanto realiza sua atividade, com o mínimo de interação com o pesquisador. Essa exteriorização é gravada e transcrita literalmente, produzindo protocolos verbais. Protocolos são, geralmente, definidos como relatos verbais dos processos mentais conscientes dos informantes.

Fujita (2009, p. 51) enfatiza que a técnica de Protocolo Verbal fornece informações sobre processos mentais utilizados pelos sujeitos, durante alguma tarefa. É usado para investigar especialmente as atividades de representação da informação e de uso de estratégias.

Nem tudo que pensamos é verbalizado, durante a fala. Os pensamentos são processados pela mente, de maneira extremamente acelerada, tornando impossível uma pessoa exteriorizar todo o fluxo de seus pensamentos. Portanto, somente os pensamentos verbalizados pelos bibliotecários foram categorizados, de acordo com os critérios da pesquisa.

O pensamento é, em sua essência, um processo sequencial, de sorte que um pensamento leva a outro. A teoria da semiose é essencial para esta investigação.

Conforme Ericsson e Simon (1998, p. 181), a história está repleta de tentativas de obter informações sobre a estrutura de pensamento, a partir da auto-observação de análises introspectivas realizadas por observadores peritos no assunto. Pesquisas sobre bibliotecários realizando a leitura documentária em domínios específicos são um bom exemplo.

O PVI foi a técnica escolhida para coleta de dados, neste trabalho, por

relacionar-se diretamente a estratégias metacognitivas de leitores proficientes. Durante a leitura documentária, espera-se que o bibliotecário externalize tudo o que pensa, pois tudo que é observado indica a forma como ele interage com o conhecimento contido nos documentos.

Por fim, os PVI propiciam a observação de estratégias metacognitivas dos leitores, fator indispensável para estudos avançados em domínios específicos.

5.2 Procedimentos para a coleta dos PVI

Os passos da técnica introspectiva de Protocolo Verbal são esquematizados em três momentos: **anterior**, **durante** e **posterior** à coleta de dados. São:

a) Procedimentos anteriores à coleta de dados:

- **Seleção do texto-base:** O texto foi escolhido com base nas áreas de conhecimento do bibliotecário. Foram sugeridos um livro e um artigo de periódico para a leitura documentária dos sujeitos. Todos concordaram em usar os documentos sugeridos – um era da área de Direito civil e o outro da área de Processo civil. O Direito possui diversas áreas de atuação, e os analistas de assunto proficientes costumam conhecer ambas as áreas sugeridas. O foco era a análise da estrutura textual de doutrina;
- **Seleção dos sujeitos:** Os sujeitos foram selecionados com o auxílio de um questionário, enviado via *e-mail* para os integrantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo - GIDJ/SP. Foram escolhidos dez bibliotecários que têm o hábito da prática frequente da indexação de doutrina;
- **Conversa informal com os sujeitos:** Foi solicitada aos bibliotecários a leitura documentária de doutrina (um documento, obrigatório, e mais um, caso o sujeito concordasse e/ou houvesse tempo suficiente para a tarefa; o limite definido foi de dois documentos, para evitar a fadiga dos bibliotecários), seja em papel, seja em meio digital, sempre “pensando alto” e revelando o processo inferencial, durante a exploração da estrutura textual dos documentos;
- **Familiarização com a tarefa do “Think Aloud” (“Pensar Alto”) em sessões individuais:** Solicitamos aos sujeitos que fizessem a análise de assunto, como de costume, com o mínimo de interação ao longo do processo. Houve interação moderada, por parte da pesquisadora, quando necessário. O texto usado para familiarização é de autoria de Nardi (1993), citado por Fujita, Nardi e Fagundes (2003) (Anexo B).

b) Procedimentos durante a coleta de dados:

- **Gravação do “Pensar Alto”, durante a leitura:** Foram gravadas as exteriorizações de pensamento dos bibliotecários, durante a tarefa de leitura documentária dos documentos. A pesquisadora fez anotações, durante a gravação das falas dos sujeitos, com detalhes associados a expressões faciais e exploração do documento analisado, tendo em vista facilitar os procedimentos após a coleta de dados.

c) Procedimentos posteriores à coleta de dados:

- **Entrevista retrospectiva (opcional em teoria, mas obrigatória nesta pesquisa):** Foi realizada entrevista retrospectiva com os sujeitos, questionando quais partes da estrutura textual foram de interpretação mais complexa, no processo de leitura documentária. Foi elaborado roteiro de perguntas (Apêndice B) para a entrevista retrospectiva. Em teoria, é um procedimento opcional, mas foi considerado obrigatório nesta pesquisa. Quando não foi possível observar a inferência dos bibliotecários, durante a exteriorização dos PVI, foram usadas falas retiradas das entrevistas retrospectivas;
- **Transcrições literais das gravações:** Foi realizada a transcrição integral das exteriorizações gravadas, utilizando-se notações específicas para Protocolo Verbal adaptadas de Cavalcanti (1989) (Anexo C). Truzzi (2014, p. 81) explica que Sherlock Holmes lançava mão de observação de aspectos corporais, como gestos e movimentos dos olhos. Sherlock, como personagem fictício, foi criado por Conan Doyle, com base em um médico (Joseph Bell), que usava dos mesmos artifícios para diagnósticos. Acredita-se que o método de observação de Sherlock é válido, sendo justificável sua aplicação na análise das transcrições dos sujeitos dos PVI.

A elaboração das categorias teve como base os capítulos teóricos desta investigação. Foi usada a Figura 7 e o mesmo esquema de criação de categorias de Redigolo (2014), em sua Tese de Doutorado, onde cada capítulo originou categorias específicas, de acordo com a temática apresentada.

O Capítulo 2, “A Leitura Documentária para Indexação”, foi dividido em duas seções, uma sobre a indexação, e uma sobre a leitura documentária. Foram focalizados conceitos para fundamentação teórica, tendo-se constatado que o conhecimento de estruturas textuais faz parte da criação de estratégias de leitura de cada leitor, fator que influencia diretamente o processo inferencial. Demonstrou-se a necessidade de dar foco à leitura documentária para indexação, por ser um momento interpretativo e dependente de estratégias profissionais.

O Capítulo 3, “Aspectos da Semiótica observados na Leitura Documentária”, expôs investigação teórica sobre Semiótica, fazendo um paralelo de alguns de seus aspectos com a leitura documentária. Os aspectos da Semiótica, notadamente abdução, dedução e indução, foram explicitados e relacionados conceitualmente ao processo de indexação. Serão usados capítulos do livro de Eco e Sebeok (2014), como amparo para a análise dos dados. A obra em questão apresenta uma relação entre a teoria semiótica de Peirce e o método de investigação de personagens da ficção, como Sherlock Holmes e outros detetives.

No Capítulo 4, “O estudo da estrutura textual de documentos da área jurídica”, o domínio jurídico na Biblioteconomia foi delineado. O capítulo foi dividido em duas seções, uma sobre a AD da Biblioteconomia jurídica, e outra sobre a estrutura textual de documentos desse domínio específico. Foram exibidos conceitos e exemplos sobre os profissionais, sobre a educação formal do bibliotecário jurídico e sobre algumas fontes de informação e estruturas textuais, nesse contexto.

O Capítulo 5, a respeito da metodologia, reuniu conceitos e etapas do PVI, técnica escolhida para a coleta de dados. Essa técnica proporciona a observação de estratégias metacognitivas dos sujeitos, fator indispensável para o estudo de processos interpretativos da leitura documentária para a indexação. Nenhuma categoria foi criada com base nesse capítulo.

As categorias foram elaboradas e nomeadas com apoio nas condições de leitura (KATO, 1995), mostradas no Quadro 3. As condições de leitura a serem consideradas no sujeito leitor, segundo Kato (1995), são quatro: o grau de maturidade do leitor, o nível de complexidade do texto, o gênero do texto e o estilo individual do leitor. A descrição dos capítulos e as condições de leitura de Kato (1995) auxiliaram na criação de cinco categorias de análise para esta pesquisa,

apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 4 - Categorias de análise criadas com base nos capítulos

CATEGORIA	FUNDAMENTAÇÃO	FONTE
Categoria 1: Grau de maturidade do sujeito como leitor	Aspectos observados: conhecimento prévio e prática deliberada de leitura dentro de um domínio específico Exemplo: como o conhecimento prévio sobre o assunto afeta a leitura documentária	Capítulo 4 - Fujita (2017), Mai (2004) e Tennis (2012)
Categoria 2: Tipo e estrutura do documento	Aspectos observados: leitura documentária de documentos (doutrina) dentro de um domínio específico Exemplo: como a prática de análise de um tipo de documento com base em sua estrutura afeta a leitura documentária	Capítulo 4 - Marques Júnior (1997), Passos e Barros (2009) e Silva (2016)
Categoria 3: Abdução	Aspectos observados: primeiro contato do sujeito com o documento, etapa criativa proporcionada pelo conhecimento de mundo, do domínio e semiose. O sujeito já tem uma noção básica do assunto do documento Exemplo: em que momento da leitura documentária o sujeito teve ideia do <i>aboutness</i> do documento	Capítulo 2 e Capítulo 3 - Peirce (1980 e 1995), Mai (1997a, 1997b, 2001), Lara (2006), Neris (2006), Almeida, Fujita e Reis (2013) e livro de Eco e Sebeok (2014)
Categoria 4: Dedução	Aspectos observados: etapa em que ocorre a conferência da parte criativa, por meio da análise da estrutura textual do documento e semiose. Consideram-se, também, as particularidades do domínio Exemplo: em quais momentos e partes da estrutura textual do documento é feita a conferência dos termos selecionados durante a leitura documentária para a seleção de termos para a descrição de assunto	Capítulo 2 e Capítulo 3 - Peirce (1980 e 1995), Mai (1997a, 1997b, 2001), Lara (2006), Neris (2006), Almeida, Fujita e Reis (2013) e livro de Eco e Sebeok (2014)
Categoria 5: Indução	Aspectos observados: etapa envolvendo processos finais de organização do conhecimento (catalogação de assunto e indexação) e semiose Exemplo: em que momento ocorre a relação da linguagem natural com a linguagem controlada e outros processos finais, para a entrada de assunto	Capítulo 2 e Capítulo 3 - Peirce (1980 e 1995), Mai (1997a, 1997b, 2001), Lara (2006), Neris (2006), Almeida, Fujita e Reis (2013) e livro de Eco e Sebeok (2014)

Fonte: Elaborado pela autora

A **Categoria 1: Grau de maturidade do sujeito como leitor**, analisa como a prática deliberada de leitura documentária, o conhecimento prévio e enciclopédico de mundo do sujeito podem afetar a análise de assunto dentro de um domínio específico. Nessa categoria, foram considerados aspectos relacionados ao tempo de experiência do sujeito, como bibliotecário jurídico, e as atividades que este realiza, com foco na indexação de doutrina. A criação dessa categoria teve como base a fundamentação teórica apresentada no Capítulo 4.

Na **Categoria 2: Tipo e estrutura do documento**, foram considerados os tipos de documentos analisados (livros e artigos de periódico - doutrina) e suas respectivas estruturas textuais (durante a leitura documentária, e não para conferência dos termos), dentro de um domínio específico. Levaram-se em conta as partes da estrutura textual em que o sujeito, como leitor, concentra seus esforços, durante a leitura documentária. Também teve sua criação apoiada na fundamentação teórica dos Capítulos 3 e 4.

Com a **Categoria 3: Abdução**, buscamos o primeiro contato do sujeito com o documento, etapa criativa proporcionada pelo conhecimento de mundo e do domínio específico. Nesse momento, o sujeito leitor teve uma noção geral do *aboutness* do documento, sem realizar uma análise aprofundada do mesmo, início da semiose. Foram usados conceitos dos Capítulos 2 e 3, na criação dessa categoria. Para essa categoria, a entrevista retrospectiva foi fundamental.

A **Categoria 4: Dedução** observou a etapa em que ocorre a conferência da parte criativa, através da análise da estrutura textual do documento e continuação do processo de semiose. Nessa categoria, a influência do domínio específico também esteve presente. Também foram usados os Capítulos 2 e 3, na formulação dessa categoria.

A última categoria, a **Categoria 5: Indução**, levou em conta a etapa que envolve os processos finais da indexação, a parte da tradução dos termos identificados durante a leitura do documento; espera-se observar a continuação do ciclo da semiose. Elaboração com base nos Capítulos 2 e 3.

Durante a análise, foram empregadas as categorias acima, além da leitura detalhada das transcrições, em busca de fenômenos significativos e recorrentes

para possível adequação das falas às categorias de análise. Na aplicação das categorias de análise, as transcrições foram cuidadosamente verificadas, visando à seleção de trechos que exemplifiquem cada fenômeno.

Este capítulo conceituou a técnica escolhida para coleta de dados, o Protocolo Verbal Individual. Esta proporciona a observação de estratégias metacognitivas dos sujeitos, indispensável para o estudo da leitura documentária para a indexação e de processos interpretativos.

Na próxima seção, tem-se uma análise dos dados coletados, incluindo uma discussão dos resultados.

6 Análise dos dados e Resultados

Neste capítulo, dividido em dois tópicos, são expostas as análises dos PVI e a discussão dos resultados. No primeiro tópico, tem-se uma análise detalhada das falas mais significativas dos sujeitos, selecionadas nos dezenove PVI. Os nomes reais dos sujeitos foram substituídos por nomes fictícios, e os trechos foram comparados aos aspectos escolhidos nas categorias de análise (Quadro 4). No segundo tópico, é apresentada uma discussão dos resultados obtidos, mediante cotejamento da análise completa das falas com os capítulos teóricos que embasaram a criação das categorias.

6.1 Análise das falas dos PVI

Os sujeitos dos PVI foram selecionados com base nas informações coletadas via questionário de seleção. As questões são associadas ao processo de indexação e à experiência dos sujeitos. O questionário foi enviado para a lista de *e-mails* dos integrantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo - GIDJ/SP. De todos os bibliotecários que responderam ao questionário, foram selecionados dez, que têm experiência na prática da indexação de doutrina, possuem pelo menos cinco anos realizando leitura documentária, nesse domínio, e estavam dispostos a contribuir com a pesquisa. Por meio do questionário de coleta, observou-se que vários bibliotecários se encaixavam no perfil desejado na investigação, mas, após a escolha dos dez que estavam dispostos a participar das coletas de PVI, o restante foi eliminado. Foi agendado com cada um dos selecionados um dia e horário mais conveniente para a coleta do PVI. Este foi o critério usado para a seleção dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Todos os sujeitos entrevistados são proficientes na leitura documentária de, ao menos, uma área do Direito. Algumas áreas citadas são: Direito administrativo, ambiental, civil, comercial, concorrencial, constitucional, do consumidor, desportivo, empresarial, falimentar, financeiro, imobiliário, penal, privado, processual, trabalhista e tributário.

Com relação ao tempo de experiência realizando a análise de assunto de doutrina, a média dos bibliotecários era de 11 anos; o bibliotecário com menor experiência tinha cinco anos, e o mais proficiente, 20 anos de experiência.

A questão sobre frequência da prática da leitura documentária para análise de assunto de doutrina revelou que a maioria dos bibliotecários executa o processo diariamente ou semanalmente.

Todos eles possuem estratégias de leitura documentária, muitas são semelhantes e algumas são fundamentadas em normas (NBR 12.676). Como ficará evidente na discussão dos resultados, eles não seguem uma ordem específica.

A média de tempo para a análise de assunto de doutrina é de 20 minutos por documento, e a maioria dos bibliotecários entende que o tempo disponível para a análise de um documento influi no processo, contudo, a qualidade deve ser sempre a prioridade. Nove bibliotecários realizaram a leitura documentária de dois documentos (livros ou artigos), apenas uma bibliotecária fez a leitura de um documento (durou cerca de sessenta minutos; foi decisão da pesquisadora de não sugerir a análise de um segundo documento). O total foi de dezenove PVI.

A seguir, serão focalizadas análises das dez transcrições dos PVI coletados. Foi feita uma leitura minuciosa, para a análise de cada PVI. Após a fase de análise detalhada, foram redigidas as considerações apresentadas a seguir. Ao final deste capítulo, acrescenta-se uma conclusão de todos os fatores considerados nas categorias de análise.

As categorias usadas para análise dos resultados são: **Categoria 1:** Grau de maturidade do sujeito como leitor; **Categoria 2:** Tipo e estrutura do documento; **Categoria 3:** Abdução; **Categoria 4:** Dedução; **Categoria 5:** Indução. Nos dezenove PVI, foram selecionadas as falas mais representativas, cada qual direcionada a uma das cinco categorias. As categorias estão expostas em ordem crescente, contendo um parágrafo explicativo, com a função de cada categoria, seguido de um parágrafo com informações conceituais de cada capítulo que fundamentou a criação da categoria, das falas e de comentários da pesquisadora, e de uma síntese dos resultados da análise das falas.

Categoria 1: Grau de maturidade do sujeito como leitor

Função da categoria: Essa categoria fornece diretrizes para análise do conhecimento prévio durante a leitura documentária. Foram considerados aspectos ligados ao conhecimento do domínio da Biblioteconomia jurídica e à experiência de cada sujeito, na prática da leitura documentária para a análise de assunto.

Fundamentação teórica para a criação da categoria: Como em outras áreas do conhecimento, o Direito possui diversas ramificações complexas. O domínio da Biblioteconomia jurídica exige alta especialização de seus profissionais, os quais saem pouco preparados da universidade, para a atuação profissional. Como

explicado por diversos autores (MENDES, 2010; BARROS, 2016, entre outros), os cursos de graduação pouco têm a oferecer sobre a atuação em domínios específicos, pois são responsáveis pela teoria e a técnica. A prática deliberada se dará com a atuação em ambiente profissional. Aspectos como a prática deliberada e o conhecimento prévio são responsáveis pela *expertise* do bibliotecário em domínios específicos, principalmente em procedimentos relacionados ao processamento mental de informação e de conhecimento (com a leitura documentária como processo muito significativo). O analista de assunto deve entender não só da técnica, mas de tudo o que envolve o processo, do domínio em si, das abordagens conceituais e variáveis que só a prática proporcionam.

A seguir, as **falas** mais representativas da categoria em questão:

Fala - Daniela: *Essa parte específica, a gente já teve alguma pesquisa, era um tema que não era tão, a gente não tinha livros específicos, então, eu tive que adquirir algumas obras, no passado... E também tive que fazer toda essa análise do material na época, é, então, alguns conceitos já voltaram assim que eu vi no sumário, no próprio título, ele esclareceu. Então, por isso, ele ficou um pouco mais fácil.*

Comentário da pesquisadora: Daniela comenta que realizou, no passado, pesquisas sobre o *aboutness* do livro em análise. Em pesquisa anterior, foi necessário examinar vários documentos sobre o tema, o que proporcionou um conhecimento maior sobre o assunto, facilitando a leitura documentária do livro para o PVI.

Fala - Marcela: ((FR)) *Eu já conhecia o assunto, é bem comum aqui no escritório. Então, eu já sabia, mas, se eu não soubesse, eu ia ler a introdução do livro, ia procurar mais. Mas como são livros que a gente faz, assim, esse livro mesmo, sei que tem aqui e eu já tinha feito um parecido. Então, você já sabe mais ou menos sobre o que é.*

Comentário da pesquisadora: Marcela comenta que esse assunto é bastante requisitado, em seu ambiente de trabalho. Explica que, se não tivesse conhecimento prévio sobre o assunto, consultaria algumas partes específicas da estrutura textual, a fim de buscar mais sobre o *aboutness*.

Fala - Laura: *Essa portaria do Ministério da Fazenda, que até tem uma explicação*

da “*Patrícia Peck*” {reconhecida advogada/autora, especialista em Direito digital} *que é a bam bam bam na área de “Direito eletrônico” [...].*

Comentário da pesquisadora: Laura, comenta sobre uma autora citada no artigo em análise. Explica um pouco sobre como Patrícia Peck é conhecida na área de Direito digital. Vários sujeitos apresentaram idêntico conhecimento prévio sobre a mesma autora.

Fala - Laís: *Então, esse assunto de “prova documental” é bem simples, mesmo. Por meio até dos clippings que eu faço diariamente, eu tô vendo que é uma questão que tá bem atual, então, quando eu bati o olho, aí veio várias coisas na minha cabeça. Fiz link de várias notícias que eu já li sobre isso. Então, me veio isso, achei que ia tratar de “prova documental”, vai tratar de assuntos relacionados ao WhatsApp, a uma rede social, algum e-mail, e ter alguma coisa relacionada a isso.*

Comentário da pesquisadora: Laís explica que já conhecia o assunto, através de *clippings* diários de notícias. Rapidamente, identificou o *aboutness* no artigo em análise. Somente conhecer o *aboutness* de um documento não é suficiente para uma indexação de qualidade. O conhecimento de uma área deve estar vinculado a estratégias de leitura.

Síntese dos resultados: Todos os sujeitos entrevistados apresentaram amplo conhecimento sobre as áreas do Direito, nos documentos analisados. O fato de os sujeitos conhecerem várias áreas do Direito, possuírem, em média, 11 anos de experiência e realizarem o processo de leitura documentária para análise de assunto, diariamente ou semanalmente, foram indicadores positivos para a confirmação de *expertise*, na leitura documentária. Foram observados conhecimentos sobre os usuários do domínio (de determinado escritório ou outro ambiente de trabalho), tipos específicos de livro (considerando a editora), reconhecimento de termos em inglês (mesmo sem a fluência no idioma), autores específicos de uma área do Direito e legislação relacionada ao *aboutness*.

Categoria 2: Tipo e estrutura do documento

Função da categoria: Nessa categoria, foram observadas as principais partes de estrutura textual de doutrina consultadas pelos sujeitos, durante a leitura documentária, quer de livros, quer de artigos de periódicos.

Fundamentação teórica para a criação da categoria: No domínio jurídico, existem tipos diferentes de documentos: legislação, jurisprudência e doutrina. A doutrina é um tipo de documento analítico e pode ser veiculada em diversos formatos; os principais são os livros e os artigos de periódicos. A doutrina também tem o objetivo de facilitar a compreensão dos textos e documentos legais (legislação e jurisprudência). Cada tipo de documento apresenta conteúdos de maneira diferenciada, por meio de suas estruturas, seja em formato impresso, seja digital. Considerando a complexidade desse domínio, é comum que o bibliotecário conte com a vivência profissional e auxílio de colegas mais experientes, para a elaboração e o aperfeiçoamento de estratégias próprias da leitura, com fins documentários.

Abaixo, algumas **falas** representativas da categoria em questão:

Fala - Daniela: [...] *então, eu sempre procuro esse primeiro capítulo, pra entender do que que o livro fala, e ele geralmente explica em pouquíssimas páginas. Nesse livro, não é tão necessário [...].*

Comentário da pesquisadora: Daniela explica que, após uma visão geral sobre o livro, faz uma leitura das primeiras partes do primeiro capítulo. Comenta que é uma parte muito informativa, para a leitura documentária.

Fala - Altair: *Então tá, aí, eu vou dar uma olhada na capa [parcelamento tributário] (~~~) {lê título na capa} Vou aqui pra folha / pra ficha catalográfica, dou só uma olhadinha, depois vou pra folha de rosto [entre vontade e legalidade] (~~~) {lê subtítulo do livro}. [...] Vou ver algumas partes do sumário. Eu sempre olho [...].*

Comentário da pesquisadora: Altair inicia a leitura documentária do livro pelo título, na capa, segue para a ficha catalográfica, folha de rosto e sumário. Esta é uma estratégia bastante usada pelos sujeitos entrevistados, a maioria dos quais costuma seguir a ordem de apresentação dos elementos do livro.

Fala - Kely: *Tá bom. [Manual do planejamento patrimonial das relações afetivas e*

sucessórias] {lê título na capa do livro} {folheia a falsa folha de rosto, anverso e verso da folha de rosto}. *Em geral, eu começo lendo bem o título, esse título pra mim não é muito significativo, então, eu vou ler mais alguma coisa. Vou começar lendo o prefácio, depois eu vou ler também as orelhas. É que as orelhas não têm aqui, só tem o verso do livro.* {refere-se à contracapa} [...].

Comentário da pesquisadora: Kely faz a leitura do título e explica que o mesmo não é muito significativo para revelar o *aboutness* do documento. Segue para a leitura do prefácio, orelhas e contracapa.

Fala - Marli: *Aí eu vou dar uma olhada no sumário, porque aqui têm várias formas de união. De relações de hierarquias de [casamento] de “união de duas pessoas”. Então, no caso [casamento, união estável e outros institutos] [...].*

Comentário da pesquisadora: Marli, após uma visão geral do livro, segue para a leitura do sumário.

Fala - Maria: *Eu li o título, e depois eu fui pro resumo que ele dá, que são as palavras-chave que eles dão [...] Depois eu dou uma lida na introdução, porque aqui tem uma introdução, né? Porque a revista “RT”, ela é bem dividida, né? [...] Então, eu vou ler o título, né? [Prova documental eletrônica como objeto probatório no contexto do Processo Civil brasileiro] {leitura do título} [...].*

Comentário da pesquisadora: Em leitura documentária de artigo de periódico, Maria lê o título, segue para o resumo, palavras-chave e, depois, para a introdução.

Síntese dos resultados: Os sujeitos dos PVI consultaram principalmente o título dos documentos, em voz alta ou silenciosamente (constatação via observação ou entrevista retrospectiva). O título é sempre a primeira parte a ser consultada, sobretudo na capa (quando em livros). As outras partes mais consultadas pelos sujeitos são o sumário e a ficha catalográfica (em livros) e resumo e palavras-chave (em artigos). Muitos consultaram também a introdução e alguns trechos de capítulos. Embora várias partes de estrutura tenham sido consultadas pelos bibliotecários, percebeu-se que não há uma ordem específica para a consulta. Os bibliotecários consultavam as partes da estrutura textual de acordo com sua necessidade, iam e voltavam. Uma sugestão de *checklist* de itens seria o mais

adequado, e não uma de ordem específica para analistas de assunto seguirem, durante a leitura documentária.

Categoria 3: Abdução

Função da categoria: Categoria de extrema importância para esta pesquisa. Analisa o primeiro contato do sujeito com o *aboutness* do livro, momento em que a inferência criativa está presente. Observa-se, nessa e nas próximas categorias (4 e 5), a ocorrência da semiose, durante a leitura documentária. A semiose (na maioria dos casos) tem início com a inferência abdutiva, continua com a inferência dedutiva e finaliza com a inferência indutiva, nas fases finais do processo de indexação.

Fundamentação teórica para a criação da categoria: A inferência abdutiva é a criação de hipóteses ou sugestões explicativas sobre os conteúdos do documento. É apenas por meio de hipóteses, de novas e mais ousadas abduções, que podemos descobrir novas verdades, embora de modo aproximado e provisório. É a única operação lógica que introduz uma ideia nova. Com a abdução, sustentamos os processos de leitura (percepção) e criação de sugestões hipotéticas de representação do assunto. É uma conjectura da realidade que necessita ser validada através de teste, o qual poderá se dar por meio da dedução (abordagem lógica) e indução (abordagem empírica). A inferência abdutiva explica o que acontece na mente do sujeito, durante a leitura documentária, de forma mais detalhada.

Na sequência, algumas **falas** representativas da categoria em questão:

Fala - Daniela: *Nem sempre o título já entrega o conteúdo do material, então, nem sempre ele ajuda também. {lê título na capa} Esse tem um tema mais específico que é [planejamento patrimonial e sucessão] {leitura do título}. Então, pelo título, já dá para ter uma ideia do que o livro trata, às vezes palavra-chave da ficha catalográfica ajuda {lê rapidamente a ficha catalográfica} (->->) mas depende da editora [...].*

Comentário da pesquisadora: Daniela identifica o *aboutness* do documento logo pela leitura do título, na capa do livro. Explica que é um tema específico e que já tem uma ideia do que o livro trata. Apresenta hipóteses sobre termos, nesse momento.

Fala - Bianca: *É, a princípio pensei que fosse a parte de informática dentro do Direito, mas aí, aqui no final de “processo civil”, aí já deu um pouco pra entender sobre essa questão da prova. Fiz essa ligação do processo civil com a questão da prova e aí já ficou melhor de entender.*

Comentário da pesquisadora: Em entrevista retrospectiva, Bianca ressalta que conseguiu entender o *aboutness* do artigo analisado, após um pouco de pesquisa no texto. A leitura superficial não foi suficiente para entender do que o documento tratava.

Fala - Laura: *Eu tô vendo que é um livro, logo pelo título {retirou informações da capa} a gente vê que é um livro de “Direito de família”, então, eu costumo sempre colocar a área principal do Direito, no caso, poderia até colocar “Direito civil”, mas ficaria muito amplo, então, eu vou colocar “Direito de família” [...].*

Comentário da pesquisadora: Laura expressa que seu entendimento inicial ocorreu logo no título do livro, na capa. Define primeiro uma área principal, para, na sequência, atribuir subáreas ao livro.

Fala - Laís: *Sobre o tema, por exemplo, a autora quis trazer essa questão do / desse planejamento como você vai, como é que você vai se organizar dentro do seu “patrimônio”, dessa questão, junto com seu familiar. Porque ele tá falando dessa questão sucessória, aí, aqui também eu vi, eu tenho um patrimônio, como eu atuaria em relação ao cônjuge, se eu morrer, e se meu cônjuge morrer, o que vai acontecer. Minha relação com o sócio, veio isso com a minha cabeça, como eu vou organizar o “patrimônio”, mas em relação à “família”. Nesse caso de “sucessão”, aí, eu já pensei, já vem “testamento” na cabeça, porque já fiz muito isso. Como eu vou me organizar. Em relação a todos esses caminhos.*

Comentário da pesquisadora: Laís explicita, em entrevista retrospectiva, que fez diversas relações sobre o tema do livro com seu conhecimento prévio.

Síntese dos resultados: Observou-se a ocorrência desse tipo de inferência em todos os PVI coletados. Logo no início da leitura documentária, percebeu-se que os sujeitos identificavam o *aboutness* do documento com muita facilidade. Em alguns momentos, a percepção desse tipo de inferência só foi possível em entrevista

retrospectiva e via suposição de premissas, quando não havia inferência clara nas falas. Na abdução, tem-se com mais frequência a criação de hipóteses do que, de fato, a seleção de termos para indexação. Em vários PVI, houve relação da abdução com a identificação de estruturas textuais dos documentos analisados. Acredita-se que é nessa etapa que o ciclo de semiose tem início, mas nem sempre a inferência abdutiva fica evidente, nas falas dos sujeitos.

Categoria 4: Dedução

Função da categoria: Categoria que analisa a conferência dos termos identificados durante a inferência abdutiva (criação de hipóteses sobre o *aboutness*), quando o sujeito retornava às partes da estrutura textual do documento.

Fundamentação teórica para a criação da categoria: As abduções e induções não são logicamente completas, precisam de validação externa, ao contrário das deduções. Cumprir à dedução tratar da seleção de termos de representação, segundo a generalização intelectual das consequências. Portanto, ocorre, na inferência dedutiva, a análise das consequências da atribuição de assunto ao documento, quando é observado o contato do sujeito com estruturas textuais de documentos.

Seguem algumas **falas** representativas da categoria em questão:

Fala - Marcela: *Quando eu tenho dúvida, eu volto ((FR)). Porque, na hora, a gente fica pensando tão assim... (<-) (~~~) {lê sumário} Nessa parte que ele tá falando de “planejamento do matrimônio e da união estável”, as palavras-chave são as que a gente colocou no começo, que são a “separação total, a “comunhão total”, que eu tinha colocado em “união estável” e “casamento” [...].*

Comentário da pesquisadora: Marcela assinala que, quando está em dúvida com relação ao *aboutness* do documento, retorna ao sumário. Isso quando as outras partes consultadas não são suficientes para esclarecimentos temáticos, na leitura documentária.

Fala - Laís: *Bom, eu comecei a ir à introdução, daí eu senti necessidade de voltar para o resumo novamente, não achei que ficou tão claro. Daí eu fui pro resumo,*

continuei na introdução e nas demais partes, né? Que eu falei nos primeiros parágrafos de cada capítulo.

Comentário da pesquisadora: Laís, ao responder a uma questão da entrevista retrospectiva, enfatiza que a leitura da introdução foi insuficiente para entender do que o artigo tratava. Seguiu para outras partes, como o resumo e parágrafos iniciais do artigo. Observa-se, nesse ponto, um percurso aleatório de leitura, e não uma estratégia com ordem definida.

Fala - Kely: *Foi no título na capa, e depois confirmei com o sumário.*

Comentário da pesquisadora: Em entrevista retrospectiva, Kely explica que encontrou o *aboutness* do livro analisado na capa, e teve certeza, ao confirmar sua inferência no sumário do livro.

Fala - Maria: *Não, porque a “prova”, dentro da área “penal”, é muito falada. Eu faço muita pesquisa de “prova” no “Direito penal”. “processo penal”, pra eles. E na área, porque o advogado penal precisa de muita prova pra documentar e fundamentar, então, não só pra “Direito penal”, pra várias áreas precisa de “prova”, ferrada, pra você responder e provar que tá certo e defender seu cliente. E “documental eletrônica”, tá muito em voga esse assunto “documento eletrônico” hoje em dia. Até o WhatsApp, que os advogados estão recebendo os “trabalhista” e informes dos tribunais, pra marcar audiência e essas coisas. E marcar tudo, então, essa parte eletrônica tá muito em evidência.*

Comentário da pesquisadora: Maria apresentou extenso conhecimento sobre o processo penal e a relação com o *aboutness* do artigo analisado. Relaciona o termo, também, a outra área do Direito, a área do Direito do trabalho e de processo civil. Redigolo (2014, p. 109) cita a experiência colateral na concepção de Peirce como sendo algo que emerge naturalmente em conexão com a vida corrente, a partir da cognição. Percebe-se claramente a experiência colateral, em várias falas de bibliotecários, incluindo esta de Maria.

Síntese dos resultados: Três sujeitos não apresentaram de forma clara essa inferência: poderiam ter certeza dos termos identificados, não sendo necessário voltar para uma verificação final. Pode ter-se fundido, em alguns momentos, à

inferência abdutiva.

Categoria 5: Indução

Função da categoria: Essa categoria analisa a etapa após a leitura documentária para análise de assunto. Seria a continuidade na semiose, os passos finais do processo de indexação. O sujeito traduz os termos identificados para uma linguagem controlada? Existe outra forma de realizar o mesmo processo para o mesmo documento? Existe uma previsão de como o usuário dos produtos da análise de assunto age, durante a busca? Todos esses questionamentos foram considerados uma continuidade ao processo de indexação, passo final da semiose.

Fundamentação teórica para a criação da categoria: A indução possui função de teste e comparação dos termos selecionados com as linguagens de indexação, linguagem do usuário e linguagem do sistema de informação. Tem o objetivo de continuamente avaliar e aprimorar as representações de assunto. A inferência indutiva deve ocorrer após a fase de leitura documentária, no momento do contato do usuário com os produtos da indexação.

Abaixo, algumas **falas** representativas da categoria em questão:

Fala - Marcela: *Pra poder na hora da pesquisa, a gente tenta filtrar, o máximo possível, o que a pessoa tá procurando. Se eu colocar só “mandado de segurança”, e a pessoa tá procurando algo de tributário, mas se eu colocar “mandado de segurança” vai vir tudo, então, a gente tenta fechar. Agora se a gente tá procurando os dois ((FR)), fica mais fácil [...].*

Comentário da pesquisadora: Marcela explica que, durante a leitura documentária, sempre pensa em como o usuário fará a busca pelos documentos, que termos serão usados. Acredita que os termos a serem selecionados devem se adequar ao usuário, e não o contrário.

Fala - Laura: *Então, isso a gente tem que conhecer um pouco do vocabulário dos nossos usuários. Então tá, bens de família, casamento, união estável, concubinato, união homoafetiva, isso daqui, eu sei que tá dentro de casamento, mas eles podem fazer a pesquisa por alguma palavra mais específica, principalmente essa união*

homoafetiva que tá tão em evidência aí [...].

Comentário da pesquisadora: Laura, assim como Marcela, entende que é papel do bibliotecário jurídico conhecer seus usuários. Na categorização ilustrada, Eco (2014, p. 118) e Truzzi (2014, p. 78):

Caso: os termos “bens de família”, “casamento”, “união estável”, “concubinato” são sobre “casamento”;

Resultado: todos os termos relacionados a “casamento” são de “matrimônio”;

Regra: os termos “bens de família”, “casamento”, “união estável”, “concubinato” são sobre “matrimônio”.

Fala - Laís: *É, então, depois que colho esses termos, eu relaciono, elenco os termos, como se fossem os mais importantes, e os que mais representem o documento, daí eu pesquiso no nosso tesouro [...].*

Comentário da pesquisadora: Laís comenta como faz a tradução dos termos da linguagem natural para um vocabulário controlado.

Síntese dos resultados: Apenas nas falas de dois sujeitos não foi identificada essa inferência, a qual é sempre relacionada aos processos após a indexação.

6.2 Discussão dos resultados

Durante a análise dos dados, observou-se que algumas falas continham elementos que poderiam se encaixar em mais de uma categoria de análise.

Uma das ocorrências mais comuns aparecia logo no início da leitura documentária dos sujeitos, quando estes estavam na fase de identificação do *aboutness*. Eles comentavam em qual parte da estrutura textual (Categoria 2) estava contida a informação sobre o *aboutness* do documento (Categoria 3, sobre a inferência abduativa). Foi necessário pensar em qual categoria essas falas melhor se encaixavam; em alguns casos, foi a entrevista retrospectiva que sanou a dúvida.

Em diversos PVI, verificou-se que os sujeitos faziam comentários sobre alguma parte específica de estrutura textual (Categoria 2), com base em sua vasta experiência como bibliotecário jurídico (Categoria 1). Também coube à resposta da entrevista retrospectiva para decidir em qual categoria tais falas seriam encaixadas.

Durante a análise dos PVI, foram notados certos fatos:

Nenhum dos 10 bibliotecários optou pela leitura documentária do material em formato digital. Foram oferecidas as duas opções, de acesso em meio impresso e meio digital de todos os documentos, fossem livros ou artigos.

Todos os bibliotecários preferiram anotar os termos, conforme sua identificação no documento, mesmo sabendo que todo o processo de verbalização estava sendo gravado. O fato de anotar os termos identificados não era para uso deles, ou da pesquisadora, mas para auxiliar, durante a leitura documentária, na análise de assunto. Com as anotações, os sujeitos conseguiam saber o que já tinham identificado, caso os termos aparecessem novamente em outra parte do documento, e para conferência no final do processo, como observado na Categoria 4, de inferência dedutiva. Essa reação dos sujeitos realmente mostra uma *expertise* para análise de assunto, visto que, dessa forma, estão cumprindo as etapas destacadas desta análise.

Ao longo da análise, foram observados diversos detalhes verbalizados pelos

sujeitos:

Os bibliotecários afirmaram que não sentiram dificuldade, durante a leitura documentária de nenhum dos documentos. Alguns comentaram que, em caso de dúvida, fariam uma busca por informações extras sobre o assunto, na internet, a fim de melhor entendimento do *aboutness*.

Vários sujeitos relacionaram os autores dos livros ao *aboutness*; o caso mais comum foi do **Livro A: Manual do planejamento patrimonial das relações afetivas e sucessórias**, de Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca, cujo *aboutness* de “planejamento patrimonial e sucessão” foi rapidamente identificado e usado em oito PVI, quando os sujeitos souberam da autoria.

Verificou-se, por meio da **Categoria 1: Grau de maturidade do sujeito como leitor**, que todos os bibliotecários são bastante proficientes, conhecem diversas áreas e diversos tipos de documentos. A prática deliberada da leitura documentária de doutrina, realizada com frequência e por um longo período de tempo, indica que os bibliotecários jurídicos que possuem pelo menos cinco anos de experiência são sujeitos extremamente proficientes na tarefa de análise de assunto para a indexação. Para o propósito da pesquisa, os bibliotecários foram extremamente eficientes e atingiram as expectativas iniciais, na coleta de dados. Nunca haverá certeza absoluta sobre o quão proficientes são os bibliotecários selecionados, durante a leitura documentária, porém, de acordo com os Quadros 5 e 6 (mais à frente, neste capítulo), há um padrão seguido por todos, mesmo que sem ordem específica.

Pela **Categoria 2: Tipo e estrutura do documento**, nota-se que todos possuem estratégias de leitura com base na estrutura textual de documentos; ademais, a totalidade das partes podem ser observadas na NBR 6022 e NBR 6029. Suas estratégias são semelhantes, no sentido de que a maioria dos bibliotecários seleciona as mesmas partes da estrutura textual, sem ordem determinada, para a leitura documentária. O **título** e **sumário** foram as partes mais consultadas em livros, e **título**, **resumo** e **palavras-chave**, para artigos, todos sem uma sequência padrão. O título era sempre consultado em primeiro momento, na capa do livro, depois eram observadas outras partes do documento. No artigo de periódico, era a primeira informação disponível e, também, consultada pelos sujeitos. No quadro

abaixo, observa-se que alguns bibliotecários adotaram estratégias distintas para o mesmo tipo de documento. Kely analisou os livros A e B, Altair analisou os livros C e D, e Cely analisou os livros E e F. Supõe-se que a clara diferença de estratégia de leitura entre os sujeitos se deva à circunstância de que os livros eram diferentes, em todos os casos. Eram dois livros diferentes, analisados por cada bibliotecário.

Quadro 5 - Partes consultadas por cada bibliotecário, durante a leitura documentária

SUJEITO	DOCUMENTO 1	DOCUMENTO 2
Daniela (livro A e artigo)	Capa Título Ficha catalográfica Sumário	Título Palavras-chave Introdução
Marcela (livro A)	Capa Título Ficha catalográfica Folha de rosto Contracapa Sumário Prefácio Trechos dos capítulos	-
Bianca (livro A e artigo)	Capa Título Sumário Contracapa	Título Resumo Palavras-chave Introdução
Marli (livro A e artigo)	Capa Título Sumário Trechos dos capítulos	Título Resumo Palavras-chave Introdução
Laura (livro A e artigo)	Capa Título Sumário Trechos dos capítulos	Título Resumo Palavras-chave Trechos dos capítulos
Laís (livro A e artigo)	Capa Título Contracapa Sumário	Título Resumo Introdução Trechos dos capítulos
Kely (livro A e livro B)	Capa Título Folha de rosto Contracapa Orelha Prefácio Sumário Introdução Trechos dos capítulos	Capa Título Contracapa Sumário
Altair (livro C e livro D)	Capa Título Folha de rosto Sumário Introdução Trechos dos capítulos	Capa Título Ficha catalográfica Folha de rosto Sumário
Maria (artigo e livro A)	Título Resumo Palavras-chave Introdução Trechos dos capítulos	Capa Orelha Contracapa Título Ficha catalográfica
Cely (livro E e livro F)	Sumário Palavras-chave Título Apresentação Notas Trechos dos capítulos	Título e sumário Trechos dos capítulos

Fonte: Elaborado pela autora

A **Categoria 3: Abdução** mostra que todos os sujeitos apresentaram rápida noção do *aboutness* do documento, logo no começo da leitura documentária. A qualidade da indexação não foi um parâmetro definido para análise, nesta pesquisa, por considerar necessariamente diversos aspectos (como políticas de indexação). Como visto no Capítulo 3, a semiose proposta por Mai (2001), Armengaud (2006) e Lara (2006) remete de um signo a outro; no processo de leitura documentária para indexação, o signo inicial é o documento. O analista de assunto, ao realizar um ato de interpretação, quando atravessa o primeiro passo da indexação (análise do documento), gera um novo signo, o assunto. A abdução é a inferência onde (normalmente) se observa o início da semiose em leitura documentária para a análise de assunto de doutrina. Percebeu-se também que, em casos onde o livro e o artigo usados na leitura documentária foram os mesmos, em oito dos 10 PVI, os sujeitos identificaram termos muito semelhantes para representação (Quadro 6).

Quadro 6 - Termos identificados por cada bibliotecário, durante a leitura documentária

SUJEITO	DOCUMENTO 1	DOCUMENTO 2
Daniela (livro A e artigo)	Direito de família Direito de patrimônio Sucessão Regime de bens <i>Stock options</i> Contrato de mandato Inventário e partilha Usufruto	Prova Ônus da prova Documento eletrônico <i>WhatsApp</i>
Marcela (livro A)	Direito de família Direito da sucessão Direito patrimonial Casamento União estável Regime de bens Divórcio Partilha <i>Stock options</i> Usucapião Herança Inventário Contratos	-

Bianca (livro A e artigo)	Direito patrimonial Família Sucessões Regime de bens Sucessão hereditária	Informática dentro do Direito Processo civil Prova
Marli (livro A e artigo)	Família, sucessão e patrimônio Casamento União estável Regime de bens Sucessão Dissolução do casamento Inventário e partilha Doação Mandato Usufruto Empresa familiar Patrimônio de natureza societária	Prova documental Documento eletrônico Ônus da prova Processo civil
Laura (livro A e artigo)	Planejamento patrimonial Bens de família Casamento União estável União homoafetiva Regime de bens Dissolução do casamento Partilha Inventário Contrato	<i>WhatsApp</i> Processo civil Prova documental Ônus da prova Documento eletrônico
Laís (livro A e artigo)	Direito patrimonial Direito de sucessão União estável Empresa familiar Cônjuges	Prova documental Documento eletrônico Prova Ônus da prova <i>WhatsApp</i> Internet
Kely (livro A e livro B)	Direito das sucessões Direito de família	Previdência social Servidor público Reforma da Previdência Previdência social Benefício previdenciário
Altair (livro C e livro D)	Direito tributário penal Infração Sanção Infrações tributárias Penalidades pecuniárias Tipicidade Anistia fiscal Reprovação social Remissão fiscal Multas Crimes Ordem tributária	Vícios-confissão Parcelamento tributário Refis da crise Moratório Transação Recuperação fiscal Legalidade tributária Obrigação tributária Confissão irrevogável Débito parcelado Impugnação judicial
Maria (artigo e livro A)	Prova Documento eletrônico Processo civil Direito civil Ônus da prova	Planejamento patrimonial Bens de família Direito das sucessões Herança União estável Divórcio Casamento Regime de bens Inventário e partilha

Cely (livro E e livro F)	Constituição Código Tributário Nacional Tributação Fundamentos do direito tributário Tributação e direitos fundamentais Lei complementar Lei ordinária Medida provisória Decreto legislativo Atos administrativos Sistema Tributário Nacional Competência tributária Limitações do poder de tributar Suspeição da exigibilidade Crédito tributário	Sigilo bancário Ação cautelar Processo sancionador CVM Solução de conflitos Solução de controvérsias societárias Lei das S.A. Processo administrativo sancionador CADE Acionista controlador Abuso de poder de controle Direito de retirada
-------------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Nove bibliotecários fizeram a leitura documentária de dois documentos cada, enquanto uma bibliotecária fez a leitura de um documento. O total foi de dezenove PVI (cada documento conta como uma coleta de PVI). Os bibliotecários levaram o tempo que foi necessário para a tarefa e selecionaram quantos termos consideraram relevantes, sem limitação de quantidade.

Daniela selecionou oito termos, durante a leitura documentária do livro A, e quatro termos, na leitura do artigo, levando vinte minutos no total, para a coleta dos dois documentos. Não apresentou dificuldade com o livro A, mas confessou, em entrevista retrospectiva, que o artigo apresentava um *aboutness* mais complicado de se identificar.

Marcela foi a bibliotecária que realizou a leitura documentária de apenas um livro, o Livro A, em cerca de sessenta minutos de PVI. Fez uma indexação exaustiva, tipo de indexação usado na biblioteca onde atua. Não chegou a expressar nenhuma dificuldade, todavia, sua leitura documentária foi extremamente detalhada, identificando muitos termos, durante o processo, e selecionando treze como mais representativos.

Bianca fez uma leitura documentária considerada rápida, de dezesseis minutos para o Livro A e o artigo. Não expressou dificuldades, durante o processo e em entrevista retrospectiva. Selecionou cinco termos para o Livro A e três para o artigo.

Marli completou a leitura documentária do Livro A e do artigo, em vinte e três minutos. Selecionou doze termos para representar o Livro A e quatro para o artigo.

Em certo momento da leitura do artigo, apresentou clara dificuldade, ao coçar a cabeça e ficar um tempo em silêncio, com as mãos apoiadas no rosto.

Laura realizou o processo de leitura em cerca de trinta minutos, identificou dez termos para o Livro A e cinco para o artigo. Não expressou dificuldades na leitura documentária, retornando diversas vezes na estrutura textual, para verificar termos.

Laís selecionou cinco termos para o Livro A e seis termos para o artigo. Levou cerca de vinte e oito minutos para a leitura documentária dos documentos e não expressou dificuldades. Aparentou certa ansiedade, ao realizar todo o processo de leitura documentária e, talvez, esse seja o motivo de ter selecionado o menor número de termos para o Livro A (de todos os bibliotecários) ou por possuir o hábito de selecionar menor quantidade de termos, a fim de representar documentos.

Kely fez uma leitura rápida dos dois documentos, levou cerca de vinte e três minutos para ambos, identificou apenas dois termos no Livro A e cinco no Livro B. Explicou, após o primeiro PVI, do Livro A, que não entendia muito do *aboutness* do documento. Em casos como esse, explica que recorreria à internet e a glossários de termos jurídicos, de sorte a entender um pouco melhor o assunto.

Altair procedeu à leitura documentária de dois livros (C e D) da área de Direito tributário, seu domínio mais conhecido no Direito. Selecionou doze termos em um livro e onze, em outro, demorando trinta e dois minutos, no processo completo.

Maria selecionou nove termos do Livro A e cinco, do artigo. Todo o processo de leitura documentária levou trinta minutos, sem dificuldade. Possui experiência de cerca de vinte anos na área.

Cely fez a leitura documentária, em trinta e sete minutos, de dois livros diferentes de todos os outros bibliotecários, os livros E e F. Selecionou quinze termos no primeiro e doze, no segundo. Falou e comentou bastante sobre suas experiências, que abarca cerca de vinte anos, na área.

Acredita-se que não existem termos certos ou errados em seleção de conceitos na leitura documentária, porém, que há termos mais relevantes e menos relevantes. Fatores como política de indexação e domínio devem ser considerados, ao se fazer esse tipo de afirmação. Dos dez bibliotecários que participaram da

pesquisa, oito usaram o livro A, e seis usaram o artigo para a coleta de PVI. Todos os bibliotecários que fizeram a leitura documentária do Livro A, selecionaram em comum os termos **sucessão** ou **patrimônio**. Por sua vez, os seis bibliotecários que realizaram a leitura do artigo selecionaram em comum o termo **prova**. Há variações terminológicas, pois os bibliotecários fizeram a seleção de termos sem auxílio de um vocabulário controlado, mas se percebe que todos apresentam uma lógica comum, em suas estratégias de leitura, de maneira que encontraram termos semelhantes para os mesmos tipos de documento.

Com a **Categoria 4: Dedução**, observou-se que 7 de 10 sujeitos apresentaram a inferência dedutiva (Quadro 7). Esse tipo de inferência ocorria com mais frequência no final da leitura documentária, quando os sujeitos retornavam para o início do texto, em busca de confirmação ou esclarecimentos dos termos identificados. O passo da semiose presente nessa inferência, de acordo com Mai (2001), é a fase de esclarecimentos dos termos identificados, resultando na descrição de assunto. Na maioria dos casos, os sujeitos selecionaram o sumário dos livros e o resumo dos artigos. Eco (2014, p. 60) pensa que a contínua circularidade é a condição normal da significação, e é isso que permite o uso comunicativo dos signos e a continuação do ciclo da semiose. Os três bibliotecários que “não apresentaram esse tipo de inferência”, na verdade, podem tê-lo apresentado, contudo, como não foi possível detectar falas que comprovassem tais pensamentos, optou-se por não fazer suposições. Portanto, acredita-se que o processo de semiose não tenha sido quebrado em nenhum momento, mesmo na leitura documentária dos três bibliotecários, em particular. É possível pensar que o processo de semiose ocorre de forma automática, na mente do bibliotecário proficiente, mesmo que este não se dê conta, ao verbalizar os processos que realiza.

Quadro 7 - Partes consultadas por cada bibliotecário para conferência dos termos identificados inicialmente

SUJEITO	DOCUMENTO 1	DOCUMENTO 2
Daniela (livro A e artigo)	Sumário	Resumo
Marcela (livro A)	Sumário Trechos dos capítulos	-
Bianca (livro A e artigo)	Sumário Título	-
Marli (livro A e artigo)	-	-
Laura (livro A e artigo)	Capa Sumário	Resumo
Laís (livro A e artigo)	-	Resumo Introdução
Kely (livro A e livro B)	Sumário	Trechos dos capítulos
Altair (livro C e livro D)	-	-
Maria (artigo e livro A)	-	-
Cely (livro E e livro F)	Sumário	-

Fonte: Elaborado pela autora

Finalmente, na **Categoria 5: Indução**, observou-se que 8 de 10 bibliotecários consideram aspectos associados à tradução dos termos identificados em sua leitura documentária. Passo final da semiose, para Mai (2001), esse ato interpretativo consiste na tradução da descrição de assunto para uma linguagem de indexação, gerando a entrada de assunto. De acordo com Neris (2006, p. 3), na semiose, a interpretação é uma tarefa que demanda competências comparáveis à do autor de determinado texto, não sendo necessariamente idênticas. Em casos nos quais há dificuldade, os bibliotecários costumam consultar fontes externas, contendo legislação (outros livros ou internet) e outras informações, a fim de complementar os termos identificados durante a leitura documentária de doutrina. Muitos usam vocabulário controlado, no momento da tradução dos termos identificados, sendo o Tesouro do Senado Federal, o Tesouro do Superior Tribunal de Justiça e o Tesouro

do Supremo Tribunal Federal os mais citados pelos sujeitos. Todos revelaram uma preocupação especial com os termos preferidos pelos usuários, na hora da busca. Os bibliotecários procuram sempre adequar, ao final da leitura documentária, os termos selecionados às necessidades dos usuários.

A tese e a hipótese da pesquisa foram confirmadas, principalmente com base nos resultados das falas expressas a respeito da Categoria 1. Os bibliotecários analisados são proficientes, conhecem diversas áreas e a estrutura de diversos tipos de documentos. A prática deliberada frequente e prolongada da leitura documentária de doutrina torna os bibliotecários jurídicos em sujeitos extremamente proficientes habilidosos na indexação, contribuindo de fato para a organização do conhecimento.

Com base nos resultados obtidos na Categoria 2, foi possível observar e listar quais são as partes das estruturas textuais de doutrina consultadas pelos profissionais, elemento constante da proposta da pesquisa. As partes são expostas por sujeito no Quadro 5. Os Quadros 8 e 9 apresentam sugestões de partes da estrutura textual para leitura documentária de doutrina (livros e artigos de periódico):

Quadro 8 - Diretrizes para leitura documentária de livros da área jurídica

Em livros (ordem de apresentação de acordo com a NBR 6029)
Parte externa: capa (título e autor), "contracapa" e orelhas.
Parte interna - elementos pré-textuais: folha de rosto (ficha catalográfica), sumário, prefácio; Elementos textuais: introdução, partes do desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 9 - Diretrizes para leitura documentária de artigos da área jurídica

Em artigos (ordem de apresentação de acordo com a NBR 6022):
Elementos pré-textuais: título e subtítulo, resumo, palavras-chave; Elementos textuais: introdução e desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pela autora

Nas Categorias 3, 4 e 5, são apresentados resultados relacionados à proposta de estudar a leitura documentária de doutrina, por meio de aspectos das

inferências abdutiva, dedutiva e indutiva, na teoria semiótica, e ao problema da necessidade de avançar em estudos sobre processos metacognitivos, durante a leitura documentária.

A Categoria 3, sobre a inferência abdutiva, mostrou que todos os sujeitos desvendam rapidamente o *aboutness* do documento, logo no começo do processo de indexação. A Categoria 4, acerca da dedução, evidenciou que esse tipo de inferência ocorreu com mais frequência no final da leitura documentária, quando os sujeitos retornavam às partes iniciais do documento em análise, em busca de termos para a indexação. E a Categoria 5, sobre inferência indutiva, estava associada às etapas, após todo o processo de seleção de termos para a indexação, sobre preferências dos usuários, durante a busca e uso de vocabulários controlados.

De todos os tipos de inferência, observou-se que a indução apareceu mais nas transcrições dos PVI.

7 Considerações finais

O problema definido para esta pesquisa consistia na necessidade de avançar nos estudos dos processos metacognitivos de bibliotecários jurídicos, ao longo da leitura documentária, utilizando conceitos relacionados à teoria da inferência na Semiótica.

Com base nos resultados, concluímos que a hipótese pensada para esta investigação estava correta. Ao analisar a leitura documentária de bibliotecários jurídicos, durante a indexação de doutrina, foi possível observar processos metacognitivos através de categorização com base na teoria da inferência.

A tese de que a observação da prática deliberada da leitura documentária do bibliotecário jurídico revelaria os processos vinculados à interpretação do conteúdo de documentos foi confirmada, via coleta e análise dos dados.

Foi proposto o exame detalhado da leitura documentária de doutrina, no domínio jurídico, com base nas inferências abduativas, dedutivas e indutivas. A categorização de trechos de PVI proporcionou o conhecimento de como o bibliotecário jurídico realiza o processo de leitura documentária de doutrina. A maioria dos bibliotecários se comporta de forma semelhante, sempre iniciando a leitura pelo título e, rapidamente, identificando o *aboutness* de um documento, ainda que não exista um padrão na sequência da leitura documentária, quer de livros, quer de artigos de periódicos.

Acredita-se que o objetivo geral da pesquisa, de oferecer contribuições para a área de Organização do Conhecimento, a partir de investigações sobre estruturas textuais de doutrina, foi alcançado. Foi redigida fundamentação teórica sobre leitura documentária e indexação, a respeito de aspectos da Semiótica e sua relação com a leitura documentária de doutrina e sobre a estrutura e a tipologia textual de documentos, na área jurídica. A técnica introspectiva de coleta de dados, Protocolo Verbal Individual (PVI), foi aplicada em bibliotecários jurídicos, tendo em vista a observação da leitura documentária para a indexação de doutrina.

No **Capítulo 2**, foi apresentada uma fundamentação teórica, com conceitos sobre a leitura documentária e sua relação com as correntes do tratamento temático

da informação. Vários processos compõem a organização do conhecimento, e podemos destacar a leitura documentária como fase inicial da indexação, classificação, catalogação de assunto, entre outros. O processo de indexação e de catalogação de assunto tem em comum a análise de assunto. É por meio da leitura documentária, para a análise de assunto, que se torna possível conhecer o *aboutness* de um documento. Foram focalizadas, nesse capítulo, as diversas abordagens de estudo da indexação e aspectos ligados à análise de assunto, sempre no início do processo. Ademais, a leitura documentária faz parte de inúmeros processos de sumarização. Diversos elementos concernentes ao processo inferencial, como conhecimento prévio, domínio específico de atuação, estratégias próprias, prática e experiência profissional foram considerados. Concluiu-se que, com relação à leitura documentária, a singularidade do bibliotecário como leitor é determinante para o sucesso do processo. Este deverá fazer uso de toda sua bagagem teórica e prática, na criação de estratégias que sejam eficazes para os objetivos de sumarização.

O **Capítulo 3** trouxe a fundamentação teórica de aspectos da Semiótica e sua relação com a leitura documentária. Foram enfatizados conceitos clássicos sobre a teoria semiótica de Peirce, com foco na semiose e na teoria da inferência, especificamente a abdução, a dedução e a indução. O bibliotecário, como sujeito que realiza a leitura documentária, apresenta o processo de inferência diferenciado de um leitor comum. Na teoria da inferência, a **abdução** é a fase de criação de hipóteses, operação lógica que introduz uma ideia nova. Como conjectura da realidade, necessita de validação via teste (através da dedução e indução). É por intermédio dessa inferência que se torna possível conhecer o que ocorre na mente do sujeito, no início da semiose. A **dedução** valida as hipóteses criadas na abdução. Cabe a essa inferência a análise das consequências da atribuição de assuntos a um documento. A **indução** possui função de teste, com fundamento empírico, enquanto a dedução possui a função de teste, com base lógica.

No **Capítulo 4**, foi exposta a fundamentação teórica sobre o domínio da Biblioteconomia jurídica, conceitos e exemplos de doutrina, documento analítico comum em bibliotecas desse domínio. O Direito possui diversas ramificações, exigindo alta especialização dos bibliotecários. Acredita-se que a especialização do

bibliotecário em leitura documentária acontece com a prática deliberada, durante sua experiência, e raramente haverá orientação específica, na etapa de formação. Os conceitos apresentados nesse capítulo demonstram que a leitura documentária, dentro do domínio jurídico, exige que o profissional seja altamente especializado. Para isso, ele deve conhecer as ramificações do Direito e os tipos de documento, possibilitando a criação de estratégias próprias de leitura documentária.

O **Capítulo 5** apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. Para a observação da leitura documentária, ao longo da análise de assunto de doutrina, foram coletados dez Protocolos Verbais Individuais com bibliotecários jurídicos. A técnica escolhida foi a considerada mais adequada, levando-se em conta os objetivos estabelecidos para a pesquisa. Foram arrolados conceitos sobre a técnica e os procedimentos anteriores, durante e após a coleta de dados dos Protocolos Verbais Individuais. Ao final do capítulo, o **Quadro 4** ilustra as categorias de análise, elaboradas de acordo com os capítulos teóricos, tendo em vista atingir os objetivos específicos.

No **Capítulo 6**, foi explorada a análise dos dados coletados e a discussão dos resultados. No primeiro tópico, foi feita análise detalhada das falas mais significativas dos dez Protocolos Verbais Individuais, comparando-se os trechos com os aspectos teóricos das categorias de análise (Quadro 4). No segundo tópico, foi apresentada a discussão dos resultados.

Na análise dos dados, especificamente na **Categoria 1: Grau de maturidade do sujeito como leitor**, observou-se que os bibliotecários aparentam proficiência na tarefa de leitura documentária de doutrina, seja de livros, seja de artigos de periódicos. Alguns demonstraram muita facilidade na identificação do *aboutness* dos documentos, atribuindo essa habilidade a pesquisas anteriores e à elaboração de *clippings* sobre a mesma temática. A maioria dos sujeitos revelou interesse pelo conhecimento da autoria dos documentos, evidenciando que a observação desse fator também contribui para uma rápida identificação do *aboutness*.

A **Categoria 2: Tipo e estrutura do documento** comprova a *expertise* na leitura documentária, por meio do reconhecimento de estruturas textuais de livros e de artigos de periódicos. Os bibliotecários costumam ler as mesmas partes dos documentos, sendo as principais o título e o sumário para livros, e o título, resumo e

palavras-chave para artigos (Quadro 5). Os sujeitos costumam consultar as partes iniciais dos documentos, raramente chegando às partes mais conclusivas das estruturas. Também costumam seguir a ordem de apresentação dos elementos da estrutura textual.

A **Categoria 3: Abdução** proporcionou resultados de extrema importância para a pesquisa. Percebeu-se que os bibliotecários costumam associar a leitura de estruturas textuais de partes iniciais do documentos à identificação do *aboutness*. Muitos já identificavam o *aboutness* pelo título e/ou autor, logo no início da leitura documentária. Em alguns momentos, foi necessário usar as respostas das entrevistas retrospectivas e supor premissas, a fim de saber em qual categoria encaixar determinadas falas. Entre si, os sujeitos identificaram termos muito semelhantes (quando os documentos examinados eram os mesmos, no caso do Livro A), como visto no Quadro 6.

Na **Categoria 4: Dedução**, foi observada a prática de conferência dos termos identificados nas partes já consultadas da estrutura textual dos documentos. Os bibliotecários costumam voltar a algumas partes da estrutura, no momento de decidir os termos selecionados e para conferir se esqueceram de algum termo representativo. A parte mais consultada foi o sumário, em livros, e o resumo, em artigos de periódicos. Percebeu-se que é uma estratégia automática e faz parte da prática deliberada. Em alguns casos, vai ocorrer de forma explícita, em outros momentos, não será possível detectá-la. O não aparecimento de falas que comprovem esse tipo de inferência não quebra o processo de semiose, na leitura documentária.

Por fim, a **Categoria 5: Indução** mostrou que a maioria dos bibliotecários possui uma preocupação após o processo de leitura documentária em si, seja relacionada à tradução, seja ao usuário e sua busca. Os bibliotecários que comentaram o processo de tradução dos termos usam as mesmas ferramentas (Tesouro do Senado Federal, Tesouro do Superior Tribunal de Justiça e o Tesouro do Supremo Tribunal Federal). Os bibliotecários que comentam a busca realizada pelo usuário costumam explicar que conhecem as preferências por buscas em terminologias específicas.

Os capítulos de fundamentação teórica embasaram as categorias de análise.

Com os resultados, ficou clara a importância da prática deliberada da leitura documentária, dentro de um domínio específico, o da Biblioteconomia jurídica. Bibliotecários experientes, nesse domínio, conhecem diversas áreas do Direito, possuem estratégias de leitura mais do que adequadas ao processo de leitura documentária e reconhecem diferentes estruturas textuais com muita facilidade. O resultado é uma análise de assunto para indexação com qualidade e sob medida, para os usuários específicos do domínio jurídico.

Conclui-se que esta pesquisa contribui diretamente para a leitura documentária, na Biblioteconomia jurídica, especificamente de doutrina, no sentido de apresentar, de forma sistematizada, os processos interpretativos de bibliotecários proficientes, durante a tarefa. Os resultados desta tese só foram possíveis devido à aplicação de aspectos da semiose e da teoria da inferência em domínio específico.

Acredita-se que, para a proposta desta investigação, a fundamentação teórica e o método foram adequados para alcançar os objetivos. Ficam algumas reflexões obtidas com a discussão dos resultados:

A falta de padrão e de sequência na leitura documentária de estruturas textuais pode ser um sinal de extrema proficiência ou de sua falta.

Ao “pular” etapas (abdução, dedução ou indução), na leitura documentária, o bibliotecário pode saber do *aboutness* do documento, mas nem sempre isso ficará claro, em sua verbalização.

A sugestão de um *checklist* seria mais interessante do que de uma ordem específica para se seguir, na leitura documentária de estruturas textuais.

Quando o bibliotecário aparentemente “pula” etapas da leitura documentária, ele pode atingir o nível de compreensão adequado para os objetivos da indexação, pois ele pode ter realizado a etapa de forma rápida (e cognitiva), sem exteriorizar indícios perceptíveis.

Assim, crê-se que é possível “pular” ou trocar a ordem das etapas no ciclo da semiose observado na leitura documentária.

Os capítulos de fundamentação teórica apresentam conceitos que atendem às necessidades da pesquisa. Para estudos futuros, sugerimos foco na abdução,

teoria da criatividade e outros aspectos da teoria da inferência, na Organização do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. **The Indexer**, London, v.18, n.4, p. 219-224, oct.1993. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.459.3730&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018

ALBRECHTSEN, H.; HJØRLAND, B. Information Seeking and Knowledge Organization: The presentation of a new book. **Knowl. Org.**, v. 24, n. 3, p. 136-144, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275028453_Information_Seeking_and_Knowledge_Organisation_The_Presentation_of_a_New_Book. Acesso em: 25 abr. 2017.

ALMEIDA, C. C. de. **Peirce e a organização da informação**: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Malha, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103380>. Acesso em: 4 set. 2018.

ALMEIDA, C. C. de. Conceito como signo: elemento semiótico para análise e mediação da informação. **Scire**, Saragoza, v. 2, n. 18, p. 49-55, jun. 2012.

ALMEIDA, C. C.; FUJITA, M. S. L.; REIS, D. M. dos. Peircean Semiotics and Subject Indexing: Contributions of Speculative Grammar and Pure Logic. **Knowledge Organization**: International Journal devoted to Concept Theory, Classification, Indexing and Knowledge Representation, v. 40, n. 4, p. 225-243, 2013.

ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022**: Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

BAPTISTA, S. G *et al.* O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**: RICI, Brasília, v. 1, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12986/1/ARTIGO_PerfilBibliotecarioArea.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

BARROS, L. V. Uma leitura sobre a Biblioteconomia Jurídica no Brasil e em países selecionados: contribuições, particularidades, semelhanças e diferenças. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 176-216, jan. 2016. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/87>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BETIOLI, A. B. **Introdução ao direito**: lições de propedêutica jurídica tridimensional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 456 p.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

BONFANTINI, M. A.; PRONI, G. Suposição: sim ou não? Eis a questão. *In*: ECO, U.; SEBEOK, T. A. (org.). **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 2014. Cap. 5. p. 131-147.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: Encontro nacional da pesquisa em ciência da Informação, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3016>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BROWN, N. Metacognitive development and reading. *In*: SPIRO (org.). **Theoretical issues in reading comprehension**. New Jersey : L. Erlbaum Associate Publisers, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as Thing. **Journal Of American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360. 1991. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C351%3A%3AAID-ASI5%3E3.0.CO%3B2-3>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, A. T. de. **Teoria geral do direito**: o constructivismo lógico-semântico. 2009. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/8649>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CAVALCANTI, M. C. **I-n-t-e-r-aç-ã-o leitor-texto**: aspectos de interpretação pragmática. Campinas: UNICAMP, 1989. 271 p.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas, instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n.1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CHU, C. M.; O'BRIEN, A. Subject analysis: the critical first estage in indexing. **Journal of Information Science**, Amsterdam, v. 1, n. 19, p. 439-454, 1993.

CINTRA, A. M. M. Elementos de lingüística para estudos de indexação. **Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

CUNHA, P. F. da; DIP, R. **Propedêutica jurídica**: uma perspectiva jusnaturalista. Campinas: Millennium, 2001. 304 p.

DASCAL, M. **La semiologie de Leibniz**. Paris: Aubier Montaigne, 1978.

DIAS, E. W. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 146-157, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/356>. Acesso em: 14 jan. 2019.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2013. 115 p.

DIAS, E. W.; NAVES M. M. L.; MOURA, M. A. O usuário-pesquisador e a análise de assunto. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 205 - 221, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/429>. Acesso em: 14 jan. 2019.

DUARTE, E. A. Processos de indexação e análise de assunto: uma abordagem baseada na avaliação dos fatores intervenientes nestes processos. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 1-7, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/1911>. Acesso em: 14 jan. 2019.

ECO, U. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Piaget, 2001. 325 p. (Teoria das artes e literatura).

ECO, U. **Tratado geral de semiótica**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 282 p. (Estudos).

ELLIS, A. W. **Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.

ERICSSON, K. A. The influence of experience and deliberate practice on the development of superior expert performance. *In*: ERICSSON, K. A. (org.) **The Cambridge handbook of expertise and expert performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 685-706. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.459.3750&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

ERICSSON, K. A.; SIMON, H. A. How to Study Thinking in Everyday Life: Contrasting Think-Aloud Protocols With Descriptions and Explanations of Thinking. **Mind, Culture, And Activity**, Califórnia, v. 3, n. 5, p. 178-186, 1998.

FERREIRA, A. C. **Análise de assunto da informação jurídica**: proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AX2JM6>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FIUZA, M. M. O ensino da Catalogação de assunto. **R. Esc. Bibliotecon. Ufmg**, Belo Horizonte, v. 2, n. 14, p. 257-269, set. 1985. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002654/fad7584a972bd90e0223309c6f83ad65>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. International Fórum on Information and Documentation, **The Hague**, v.4, n.1, p. 21-24, 1979.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero**, v. 5, n. 4, 2004, p. 1-27. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007547/f439490af520c6a64bbdd99c4a74f163/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. **O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino**. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2010. 115fls. (Relatório Final de Pesquisa, Bolsa CNPq de Produtividade em Pesquisa - Nível 2).

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.1-18, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003842/3bde87ebc04d88ac4ff43b566f71e33f>. Acesso em: 09 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. A técnica introspectiva e interativa do protocolo verbal para observação do contexto sociocognitivo da indexação para catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação e análise. In: FUJITA, M. S. L. (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 51-79. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wcvbc/pdf/boccatto-9788579830150-05.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária e o processo de compreensão do indexador: memorial de investigação científica. In: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). **Leitura documentária: estudos avançados para a indexação**. Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 15-50. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documetnaria---ebook.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; FAGUNDES, S. A. A observação da leitura

documentária por meio de protocolo verbal. *In*: RODRIGUES, G. M., LOPES, I. L. (org.) **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 141-178.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, v. 10, n. 3, set./dez. 1998. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1556/1529>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.1-18, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003842/3bde87ebc04d88ac4ff43b566f71e33f>. Acesso em: 09 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. *In*: FUJITA, M. S. L.; BOCCATO, V. R. C.; RUBI, M. P.; GONÇALVES, M. C. (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wcvbc/pdf/boccatto-9788579830150-03.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FRIEDMAN, A. Semiotics and Knowledge Organization. *In*: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H. (ed.). **Cultural Frames of knowledge**. Wisconsin-milwaukee: Ergon, 2012. Cap. 7. p. 125-134.

GAMON, M.; YANO, T.; SONG, X.; APACIBLE, J.; PANTEL, P. **Understanding Document Aboutness - Step One: Identifying Salient Entities**. [S. l.]: Microsoft Research, 2013. 21 p. Disponível em: <https://www.microsoft.com/en-us/research/wp-content/uploads/2016/02/msrtr13.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

GIASSON, J. **A compreensão na leitura**. Lisboa: Asa, 1993. 317 p.

GIDJ. **Página inicial**: Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo. 2018. Disponível em: <http://www.gidjisp.com.br/>. Acesso em: 22 maio 2018.

GUIMARÃES, J. A. C. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**,

São Paulo, v. 26, n. 1/2 , p. 41-54, jan./jun., 1993. Disponível em:
<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19240>. Acesso em: 14 jan. 2019.

GUIMARÃES, J.A.C. **Análise documentária em jurisprudência**: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008. Disponível em:
<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/RICI/article/view/940>. Acesso em: 14 jan. 2019.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas em tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. *In*: GARCÍA MARCO, Francisco Javier. (org.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y de documentación**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009, p. 105-117. Disponível em:
<https://www.iberid.eu/ojs/index.php/iberid/article/download/3730/3491>. Acesso em: 14 jan. 2019.

GUIMARÃES, J, A. C. Entrevista. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.4, n.2, p. 140-143, jul./dez. 2017. Disponível em:
<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/148/146>. Acesso em: 14 jan. 2019.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERREIRA, J. A.; FREITAS, M. F. M. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-Espanha. **Actas del X Congreso de Isko-Espana**, Espanha, v. 1, n. 1, p. 181-194, jan. 2012. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/181-194_Guimaraes.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. rev. aum. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1994. *E-book*. Disponível em:
<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1007/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20geral%20%C3%A0s%20ci%C3%A2ncias%20e%20t%C3%A9cnicas%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20documenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HARROWITZ, N. O arcabouço do modelo de detetivo: Charles S. Peirce e Edgar Allan Poe. *In: ECO, U.; SEBEOK, T. A. (org.). O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 2014. Cap. 9. p. 199-218.

HJØRLAND, B. Towards a Theory of Aboutness, Subject, Topicality, Theme, Domain, Field, Content . . . and Relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 52, n. 9, p. 774-778, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.1131>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, p. 422-462, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative. Acesso em: 14 jan. 2019.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Know. Org.**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)?. **Knowledge Organization**, Germany, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277803483_What_is_Knowledge_Organization_KO. Acesso em: 14 jan. 2019.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, Germany, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 14 fev. 2019.

HUTCHINS, W. J. On the problem of 'Aboutness' in document analysis. **Journal Of Informatics**, Norwich, v. 1, n. 1, p. 17-35, abr. 1977. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e9b9/28aa2aacfe2a1eddd864dc34cabdbd1dc7.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HUTCHINS, W. J. The concept of 'aboutness' in subject indexing. **Aslib Proceedings**, [S. l.], v. 5, n. 30, p. 172-181, maio 1978. Disponível em: https://www.google.com/search?q=The+concept+of+%E2%80%98aboutness%E2%80%99+in+subject+indexing.&rlz=1C1GCEA_enBR752BR752&oq=The+concept+of+%E2%80%98aboutness%E2%80%99+in+subject+indexing.&aqs=chrome..69i57j0.3

04i0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 14 jan. 2019.

KATO, M. A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Fundamentos).

KLEIMAN, A. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000. 82 p.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANGRIDGE, D. W. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LANKES, R. D. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: Febab, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://davidlankes.org/new-librarianship/expect-more-demanding-better-libraries-for-todays-complex-world/1-the-arab-spring-expect-the-exceptional/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

LARA, M. L. G. É possível falar em signo e semiose documentária? **Encontros Bibli**, 2º número esp., 2º sem., 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/18516>. Acesso em: 14 jan. 2019.

LIVINGSTON, J. A. A. **Metacognition**: an overview, 1997. <http://www.gse.buffalo.edu/fas/shuell/cep564/Metacog.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

LOUREIRO, R. C. C. **A especialidade do Bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do Direito. [S.], 2005. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/especialidade-do-bibliotec%C3%A1rio-jur%C3%ADdico-bases-para-uma-intera%C3%A7%C3%A3o-com-o-usu%C3%A1rio-operador-do>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAI, J-E. The concept of subject in a semiotic light. *In*: SCHWARTS, C.; RORVIG, M. (ed.). **Digital collections**: implications for users, funders, developers and maintainers. Medford, NJ: Information Today, 1997a. p. 54-64. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234593922_The_Concept_of_Subject_in_a

Semiotic Light. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAI, J-E. The concept of subject: on problems in indexing. *In*: McILWAINE, I. C. (ed.). **Knowledge organization for information retrieval: 6th International Study Conference on Classification Research**. The Hague, FID, 1997b. p. 60-67.

MAI, J-E. Deconstructing the Indexing Process. **Advances in Librarianship**. v. 23, p. 269-298. [S.], 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235312365> Deconstructing the Indexing Process. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAI, J-E. Semiotics and indexing: na analysis of the subject indexing process. **Journal of Documentation**, v.57, n.5, p. 591-622, 2001. Disponível em: http://jenserikmai.info/Papers/2001_Semiotics.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAI, J-E. The role of domains, documents, and decisions in indexing. **Advances in Knowledge Organization**, Washington, v. 9, p. 207-213, 2004. Disponível em: http://jenserikmai.info/Papers/2005_AnalysisInIndexing.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAI, J-E. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing And Management: An International Journal**, Nova York, v. 41, p. 599-611, fev. 2005.

MARQUES JÚNIOR, A. M. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul. 1997. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/630/419>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MENDES, R. R. Conhecimentos básicos sobre o bibliotecário jurídico: ferramentas e fontes da informação. **Rorg**, Rio Grande, p. 1-19, nov. 2010. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5952>. Acesso em: 05 out. 2017.

MIKSA, Francis. **The subject in the dictionary catalog from Cutter to the present**. Chicago: American Library Association, 1983.

MIRANDA, A. C. C. de; MIRANDA, E. S. de. Fontes de informação jurídica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Santa Catarina, v. 22, n. 50, p. 76-90, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518->

2924.2017v22n50p76/34698. Acesso em: 01 out. 2017.

MOURA, M. A. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, 2º n. especial, p. 1-17. 2º sem. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/366/430>. Acesso em: 12 nov. 2017.

NASCIMENTO, L. M. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Documento jurídico digital: a ótica da diplomática. *In*: PASSOS, Edilenice (org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 33-77.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000004670/d141075e3da6cf9d44b3e45ed7587c89/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

NAVES, M. M. L. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/428>. Acesso em: 18 fev. 2019.

NEVES, D. A. de B. Leitura e Metacognição: uma experiência em sala de aula. **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 24, p. 1-9, 2º sem. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p1/405>. Acesso em: 18 fev. 2019.

NEVES, D. A. de B.; DIAS, E. W.; PINHEIRO, A. M. V. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, 01 set. 2006. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_de6be734db_0008103.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

NERIS, L. de O. Semiótica e leitura: o fazer-receptivo do leitor analista. **Estudos Semióticos**, n. 2, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49168>. Acesso em: 18 fev. 2019.

NÖTH, W. **Semiótica do século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.

PASSOS, E. J. L. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do

Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PASSOS, E. J. L. O apoio da Biblioteconomia Jurídica à Comissão de Juristas que elaborou o Anteprojeto de Código de Processo Penal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 183, n. 46, p.47-53, set. 2009. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/194930>. Acesso em: 24 jul. 2018

PASSOS, E. J. L.; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 170 p.

PEIRCE, C. S. Guessing and The Founding of Pragmatism. **The Hound And Horn: A Harvard Miscellany**, Indianapolis, v. 11, n. 3, p. 267-28, jun. 1929. Trimestral.

PEIRCE, C. S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. Hartshorne, Charles; Weiss, Paul; Burks, Arthur. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1958. 8v.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 2. ed. Perspectiva: São Paulo, 1995. 337 p.

PEIRCE, C. S. Escritos coligidos. *In*: PEIRCE, C. S.; FREGE, G. **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1980. p. 1-162.

PIGNATARI, D. **Semiótica e literatura**. 6. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 195 p.

PINTO, M.; GÁLVEZ, C. **Análisis documental de contenido**. Madrid: Síntesis, 1999.

RABER, D.; BUDD, J. M. Information as sign: semiotics and information science. **Journal Of Documentation**, [S. l.], v. 59, n. 5, p. 507-522, out. 2003. Emerald.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. *E-book*. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/40071/mod_resource/content/1/Livro%20Miguel%20Reale. Acesso em: 20 maio 2018.

REDIGOLO, F. M. **O processo de análise de assunto na catalogação de livros**

em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/redigolo_fm_do_mar.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

REIS, Daniela Majorie dos. **Estudo do contexto de bibliotecas universitárias pela abordagem da cognição profissional de catalogadores e referente à estrutura do documento livro.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009. Com bolsa de iniciação científica CNPq/PIBIC de janeiro de 2007 a janeiro de 2010.

REIS, D. M. dos. **A importância da observação da estrutura textual durante a catalogação de assunto de livros científicos em bibliotecas universitárias:** uma análise realizada a partir da técnica de Protocolo Verbal. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93675>. Acesso em: 11 abr. 2017.

REIS, D. M. A. dos *et al.* Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação: RICI**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 42-58, jan. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/25461>. Acesso em: 2 fev. 2018.

ROWLEY, J.; FARROW, J. **Organizing knowledge:** an introduction to managing access to information. 3. ed. Grã Bretanha: Ashgate, 2000. 404 p.

SAUPERL, A. Catalogers' common ground and shared knowledge. **Journal Of The American Society For Information Science And Technology**, New York, v. 55, n. 1, p. 55-63, 1 jan. 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.10351>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SAUPERL, A. Subject cataloging process of Slovenian and American catalogers. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 6, p.713-734, 2005. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220410510632059>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SEBEOK, T. A.; UMIKER-SEBEOK, J. "Você conhece meu método": uma justaposição de Charles S. Peirce e Sherlock Holmes. *In:* ECO, U.; SEBEOK, T. A. **O signo de três.** São Paulo: Perspectiva, 2014. cap. 2. p. 13-58. (Estudos).

SILVA, A. G. **Leitura documentária das fontes de informação jurídica**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31082015-113702/en.php>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SILVA, de P. **Vocabulário jurídico**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SILVEIRA, L. F. **Curso de semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. Epistemology of Domain Analysis. *In*: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H. (Ed.). **Cultural Frames of knowledge**. Wisconsin-milwaukee: Ergon, 2012. cap. 6. p. 111-123.

SMIRAGLIA, R. P. Domain Analysis of Domain Analysis for Knowledge Organization: Observations on an Emergent Methodological Cluster. **Knowledge Organization: International Journal devoted to Concept Theory, Classification, Indexing and Knowledge Representation**, v. 42, n. 8, p. 602-611, jan. 2015.

SOUZA, S. T. de. **A caracterização do documento jurídico para a organização da informação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECIC-9CAHBP>. Acesso em: 5 maio 2018.

TAYLOR, A. G. **The organization of the information**. 2. ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004. 417 p.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domains analysis. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003. Disponível em: http://faculty.washington.edu/jtennis/Publications_files/Tennis2003KO30-3-4.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

TENNIS, J. T. Com o que uma Análise de Domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **Brazilian Journal of Information Science**, v. 6, p. 3-15, 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/3026>. Acesso em: 18 fev. 2019.

TERRA, A. L. Processos cognitivos na leitura documental: o que faz o indexador quando lê?. *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). **Leitura documentária: estudos avançados para a indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 51-67. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documetrnaria---ebook.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

THELLEFSEN, T. Semiotic Knowledge Organization: theory and method development. **Semiotica**, v. 142, p. 71-90, 2002.

THELLEFSEN, T. L.; BRIER, S.; THELLEFSEN, M. L. Problems concerning the process of subject analysis and the practice of indexing. **Semiotica**, [S. l.], v. 1, n. 144, p. 177-218, abr. 2003.

THELLEFSEN, M.; THELLEFSEN, T.; SØRENSEN, B. A Pragmatic Semeiotic Perspective on the Concept of Information Need and Its Relevance for Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 4, p. 213-224, 2013.

TRUZZI, M. Sherlock Holmes: psicólogo social aplicado. *In*: ECO, U.; SEBEOK, T. A. **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 2014. cap. 3. p. 59-88. (Estudos).

VENÂNCIO JÚNIOR, O. A. **Elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos sob a perspectiva da semiótica peirceana**: uma contribuição aos estudos da representação da informação em ciência da informação. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PCIN0147-D.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

WEINBERG, B. H. Why indexing fails the researcher. **The Indexer**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 3-6, abr. 1988.

APÊNDICE A - Questionário para seleção dos sujeitos dos PVI

QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO DE PROTOCOLO VERBAL INDIVIDUAL

1 Quais as áreas do direito que você domina para a indexação/análise de assunto?

2 Faz quanto tempo que você realiza a indexação/análise de assunto de doutrina?

3 Costuma realizar indexação/análise de assunto com que frequência?

4 Possui alguma estratégia de leitura de doutrina? Você lê partes específicas do texto?

5 Quanto tempo você costuma demorar para indexar um documento?

6 Acha que o tempo que leva para indexar influencia na qualidade da indexação/análise de assunto? (com mais tempo, acha que a qualidade da análise é melhor?)

APÊNDICE B - Roteiro de perguntas para entrevista retrospectiva

ENTREVISTA RETROSPECTIVA

- 1 Quando você começou a leitura, qual foi sua ideia inicial sobre o tema?
- 2 Encontrou a ideia inicial em alguma parte específica do documento?
- 3 Teve dificuldade em algum momento? Se sim, em qual parte?
- 4 Porque pensou em tal assunto? Foi conhecimento prévio, ou alguma informação no documento que te guiou?

APÊNDICE C - Protocolo Verbal Individual 001

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:19:47 min

Duração: 19min47seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (um livro e um artigo de periódico)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Bom, eu trouxe pra você um artigo e um livro, e eu gostaria que você verbalizasse todo o processo mental, e principalmente eu quero verificar o que você pensa durante a indexação. Se você lê alguma parte específica, por favor, fale em voz alta.

2 SUJEITO

Você quer que eu comece pelo livro ou tanto faz?

3 PESQUISADOR

Você que escolhe.

LEITURA DO LIVRO:

4 SUJEITO

Então eu vou começar pelo livro, é mais tradicional ((RI)) Bom, primeira coisa que eu dou uma olhadinha é sempre o título. Nem sempre o título já entrega o conteúdo do material, então, nem sempre ele ajuda também. {lê título na capa} Esse tem um tema mais específico que é [planejamento patrimonial e sucessão] {leitura do título}. Então pelo título já dá para ter uma ideia do que o livro trata, às vezes palavra-chave da ficha catalográfica ajuda {lê rapidamente a ficha catalográfica} (->->->) mas depende da editora. É bom pra entender que área que trata a ficha, mas ela não ajuda muito nos temas mais específicos, mas você consegue ter uma noção geral, se você precisar entender com mais profundidade e procurar na internet ou alguma coisa do tipo. Se o livro não ajudar. Depois da ficha, primeira coisa que eu faço é olhar o sumário, também pra entender um pouco da estrutura do livro. As vezes ele dá umas dicas do tema ... (->->->) eu vejo que ele trata, na parte de sucessão, ele já traz regimes de casamento, união estável, então ele vai dando alguns temas que é bom sempre colocar na indexação. Há ... {lê primeiros trechos do sumário} com o tempo você vai pegando que que o escritório usa mais que os outros, então eu sempre penso nisso também na hora de indexar. Então eu penso se pode ser um tema que pode surgir em alguma pesquisa futura, ou se é um tema mais, fora da nossa realidade. É ... (->->->) {lê trechos do sumário rapidamente} parte de casamento, por exemplo, não tem tantos casos, você não encontra, é, estudos que você precisa entender como funciona o casamento, essas coisas assim. Então também não é um tema, eu vou identificando o que é relevante ou não. Regime de bens, ele já é um pouco mais interessante, porque tem a questão das “participações

societárias”, entender se é algum “cônjuge” que tem “ação”, então essas coisas sempre voltadas para as áreas do escritório, então eu vou dando uma olhada ... (->->->) Você quer que eu vou falando os termos?

5 PESQUISADOR

Pode, pode falar tudo, tome seu tempo. Não precisa filtrar nada não.

6 SUJEITO

É, então eu vou anotando os temas que eu também já vi que já foram solicitados, ou que eu vi alguém pesquisando sobre. Então conforme eu falo de regime de bens, {anota termos} “regime de bens”, os [tipos de regimes de bens], parte de dissolução do casamento também, o divórcio, hã, e especificamente, este livro tem até a parte de ações de empresa, como que faz [partilha de ações], então também é um tema bem interessante. [stock options] {lê trechos do sumário} (<-) {anota o termo} Hã, isso tudo no primeiro capítulo já ((RI)) já tem bastante coisa, inventário e partilha de novo já entra no tema geral pelo título, “planejamento patrimonial” (->->->) hã, a parte dois também é o mesmo assunto do primeiro, ele só trata com alguns temas específicos, já o terceiro capítulo ele já fala sobre como planejar quando você tem algum tipo de relacionamento, como já planejar seus bens, para num momento de crise ((RM)) ou de “partilha entre filhos” e essas coisas, então ele fala de [contrato], de [mandato entre empresa], ... (->->->) sobre [usufruto], que também é um tema interessante ... (->->->) aí eu anoto os [tipos de contrato] que também pode dar uma ... luz, palavra-chave. Acho que é isso. {folheia o resto do sumário, que são dez páginas no total}. Dependendo do livro, é que esse sumário, ele é um pouco mais esclarecedor, dependendo do tema, se o sumário também não ajuda, se ele é um sumário um pouco mais curto, eu sempre procuro nos primeiros capítulos, sempre tem um capítulo que explica a temática do livro. É, então eu sempre procuro esse primeiro capítulo pra entender do que que o livro fala, e ele geralmente explica em pouquíssimas páginas. Nesse livro não é tão necessário.

7 PESQUISADOR

Você chega a olhar alguma outra parte, mesmo com o sumário tão esclarecedor, ou você acha que não precisa, só olhando o sumário?

8 SUJEITO

É, assim, vai muito de material para material. A ordem é sempre essa, o título, o sumário, na maioria das vezes o sumário não esclarece, principalmente assuntos mais específicos. É, quando é “curso de direito”, o sumário sempre ajuda, o que tem dentro do material. Mas quando é um tema muito específico, nem sempre o sumário ajuda, principalmente se não é um termo muito usual da rotina. Então quando é um assunto novo, o primeiro capítulo ele sempre ajuda porque ele traz toda a parte de conceito da palavra, dentro de que área do direito esse tema é tratado, e quais os Códigos que tratam, quais os artigos da lei. Sempre traz, nesse por exemplo, neste ele fala [Código Civil artigo 1516], ou da [lei 6015] do..., não sei de que trata essa lei, mas ela vai sempre dando dicas ou em que área que tá, ou que legislação que cita esse tipo de regra do livro. As outras elas vão tratando de temas muito mais específicos, que pra mim já fica muito difícil de entender, porque já não é da minha atuação. E é isso.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro):

9 PESQUISADOR

Perfeito. Bom, eu fazer só algumas perguntas, sobre o livro, antes da gente passar para o artigo. Assim, depois que você começou a leitura, pegou o livro para dar uma olhada, qual foi sua ideia inicial sobre o tema? Você já conseguiu ter uma ideia inicial?

10 SUJEITO

Sim, pelo título eu já entendi que era algum tema de “direito da família”, especificamente “direito de patrimônio” e de “sucessão”, então, “repasse de bens para filhos, esposa, cônjuges”, há, e aí depois, olhando no sumário eu consegui tirar alguns temas mais específicos, como “regime de bens”, como passar “stock options” para familiares, é... alguns “tipos de contrato” que se pode fazer para se resguardar, então o sumário me esclarece um pouco mais.

11 PESQUISADOR

Tá bom. A segunda pergunta, você já falou isso em vários momentos, mas eu tenho que perguntar. Você encontrou a ideia inicial em alguma parte específica? ((RI))

12 SUJEITO

É, o tema geralção é sempre pelo título, esse material em específico, no título ele já trouxe, mas alguns temas mais peculiares, no sumário só.

13 PESQUISADOR

Você teve dificuldade em algum momento? Teve alguma parte específica, ou foi ok? Tranquilo?

14 SUJEITO

É, esse tema é um pouco mais fácil de entender, então, esse foi mais tranquilo. Mas tem alguns que eu preciso dar uma olhada na internet por exemplo.

15 PESQUISADOR

E, no caso, você pensou nesse assunto por quê? Você já tinha conhecimento sobre ele, ou era algum assunto totalmente novo e foi alguma parte do livro que te guiou a ter essa noção de assunto?

16 SUJEITO

Essa parte específica, a gente já teve alguma pesquisa, era um tema que não era tão, a gente não tinha livros específicos, então eu tive que adquirir algumas obras, no passado... E também tive que fazer toda essa análise do material na época, é, então alguns conceitos já voltaram assim que eu vi no sumário, no próprio título, ele esclareceu. Então por isso ele ficou um pouco mais fácil.

17 PESQUISADOR

Perfeito, então com o livro está tudo ok. Agora, passando para o artigo.

LEITURA DO ARTIGO:

18 SUJEITO

Beleza. {leitura do título o artigo} Bom, esse é um pouco mais difícil ((RI)) parte de processo civil

19 PESQUISADOR

Você tá lendo que parte?

20 SUJEITO

Começo sempre pelo título, como é um artigo, o título eu procuro ver primeiro. Hã... por ser um tema mais, não tão da rotina, ele já um pouco mais difícil de escrever. Hã, é sobre [prova documental eletrônica e os meios de prova], como usar a documentação eletrônica como prova nos processos. Isso já dá para notar pelo título, mas ele é muito geral ainda. Então eu tento dar uma olhada na parte de palavra-chave do artigo que tem disponível. {lê palavras-chave} Ele também fala dos mesmos temas que do título, então também não esclareceu tanto assim. E como esse não tem sumário, eu vou para a introdução, que é a parte que também explica o conteúdo do artigo, e traz conceitos. Hã... {leitura rápida da introdução}, aqui ele fala que o artigo fala sobre [prova], como que é, como o conceito de prova é aplicado no processo... (->->->) Hã, esses artigos eles demandam um trabalho adicional, hã, justamente por não ter aquela estrutura pronta dos livros. Então é um pouquinho mais diferente, e às vezes demanda muito, você tem que ler muito pra tentar entender, ver se tem algum tema que não o já indicado no título. Tento dar uma lida bem dinâmica ((RI)) não ler inteiro, para eu não tomar tanto tempo. Tento buscar algumas palavras conhecidas nas primeiras páginas. {passando por algumas partes do livro, principalmente na introdução e primeiros capítulos} E também algumas citações à lei. E também pode me ajudar a fazer pesquisa para entender que tema é, que nem sempre o artigo vai estar com palavras fáceis de assimilar para minha profissão obviamente ((RI)). Então eu procuro algumas referências de artigo para eu olhar na legislação e ver se tem alguma outra palavra que possa me ajudar a identificar.

21 PESQUISADOR

Pode falar também os termos que você tá anotando.

22 SUJEITO

*É, basicamente o que eu já tinha no próprio título, então, prova documental eletrônica, processo civil, ônus da prova, que também tinha já nas palavras-chave, é... {revisa o início do artigo}, é um tema mais difícil e aqui, voltando ao início eu vi que tem um mini resumo dos capítulos e em um deles ele fala do [reconhecimento do whatsapp como prova em processos], então ele não entra em nenhuma especificidade em questão eletrônica, somente nessa do WhatsApp. Então às vezes é importante colocar a ferramenta. É, então, **whatsapp** eu também colocaria como descrição do artigo. **Prova, ônus da prova, documento eletrônico e whatsapp**. Alguns artigos de lei que também talvez me ajude a entender um pouco mais do assunto, mas acho que nesse caso não. Então, alguns artigos do "Código de Processo Civil". Sobre esse tema.*

23 PESQUISADOR

Você chega a olhar a parte mais final, conclusiva do artigo ou você acha que não

precisa?

24 SUJEITO

Artigo geralmente não. Artigo geralmente eu tento fazer um trabalho bem mais rápido, do que o livro. Justamente por ele ser menor eu acredito que tinha que demandar um pouco menos, nesse artigo específico, as considerações finais tem dois parágrafos ((RI)) então ele já não ajudaria também né? A entender a questão de conceito. E para você entender tão profundamente, você teria que praticamente ler o artigo inteiro, que aqui tá dando quinze páginas, que eu não acho viável ((RI)).

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Artigo):

25 PESQUISADOR

Ok, eu vou fazer as mesmas perguntas que eu fiz para o livro. É, quando você começou a leitura do artigo, qual foi a sua ideia inicial do tema? Quais conceitos você teve de ideia inicial?

26 SUJEITO

É, sobre provas no processo civil e a questão de documentação eletrônica, que é um tema novo, porque geralmente “prova é em papel”, sempre impresso. Então é uma demanda nova para processos, começar a aceitar documentação eletrônica como prova.

27 PESQUISADOR

E você encontrou essa ideia inicial em alguma parte específica do documento?

28 SUJEITO

Essa ela já traz no título, apesar do título ser um pouco mais seco, é quando você acaba olhando palavra-chave, introdução, você não vai muito além das mesmas palavras que constam no título, para conseguir descrever o documento.

29 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em algum momento? Com alguma parte específica?

30 SUJEITO

Nesse especificamente sim, achei que eu encontraria muito mais temas para conseguir descrever o documento. Hã, acabei ficando com os temas que eu escolhi, que eu vejo que em grande parte já no título. Ou que eu consegui tirar de um mini-índice que tinha no artigo, com a questão do “whatsApp” como prova no processo.

31 PESQUISADOR

E você pensou nesse assunto específico por quê? Foi conhecimento prévio, você já tinha conhecimento sobre pesquisas no assunto? Ou foi alguma coisa específica da estrutura que te entregou esse assunto?

32 SUJEITO

É, esse especificamente, eu não tive nada anterior que me ajudasse para indexar. É, então eu tive que buscar mesmo no título que foi o que realmente entregou mais informação do que qualquer outra parte do documento.

33 PESQUISADOR

Perfeito então. Você poderia só ler o que você anotou de termos para o livro e pro artigo?

34 SUJEITO

Tá, tem uns que eu esqueci de preencher de livro ((RI)) que eu fui repetindo e não especificando tanto quanto deveria no papel. Então pro livro, “regime de bens, planejamento patrimonial” que é do título então eu não coloquei. Hã, “contrato de mandato”, é, tinha um outro tipo de contrato, {busca rápida nas partes iniciais do livro} “inventário” que eu também não tinha anotado. “Usufruto, stock options” que é um tema de “societário”, como é o foco do escritório é sempre societário eu achei importante colocar. Hã, deixa eu pegar aqui mais perto, “inventário e partilha” também não fala no título. (->->->) Achei, “contrato de mandato e contrato de comodato” que são temas que eu já ouvi anteriormente em algumas pesquisas, então eu julgo ser importante. Hã, acho que é isso, não esqueci nada do livro. Do artigo eu anotei “prova, ônus da prova” aí colocaria também “documento eletrônico e whatsApp” e acho que é isso também.

35 PESQUISADOR

Perfeito. Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar? Algum pensamento ou observação?

36 SUJEITO

Não, só isso mesmo.

37 PESQUISADOR

Então perfeito. Obrigada!

APÊNDICE D - Protocolo Verbal Individual 002

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 1:01:10 min

Duração: 61min10seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (um livro)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Pronto, pode falar o que vier à sua cabeça sobre indexação, e como você faz o processo.

LEITURA DO LIVRO:

2 SUJEITO

Bom, eu uso o roteiro da NBR 1267, é claro, eu não fico lendo todo dia, porque a gente acaba tendo aquele escopo, aquelas partes principais. mas eu me baseio nela e, em questão de... como eu posso falar... de vocabulário a gente tem o que a gente usa. A gente tem um tesouro jurídico, das Justiça Federal, que a gente usa às vezes. O do Senado, e a gente tem essa terminologia jurídica, e da área do tributário, a gente tem esse tesouro. Foi feito por bibliotecários anteriores que acabaram montando. Hoje tem que atualizar, então sempre que a gente vai entrar em assuntos novos, a gente procura on-line, mas é por onde a gente se baseia. Mas assim, eu consulto mesmo quando eu to na duvida, quando to assim, é um livro novo, porque geralmente é aqueles livros, aqueles assuntos que a gente já sabe. Assim, eu peguei esse aqui pra mostrar, Assim, eu peguei esse aqui pra mostrar, que é o da [doutrinas essenciais do Novo Processo Civil] da RT, aqui a gente entra em livro e a gente entra capítulo por capítulo do livro. {Folheia as primeiras páginas} depois eu vou mostrar para você lá no sistema, fazendo ele já. Então o que eu faço, eu faço uma indexação macro, do livro, né, para poder identificar o livro, e depois eu vou colocando os capítulos, daí eu faço uma indexação mais específica, mais centrada, podemos assim dizer. E assim, o que eu sigo, é aquilo que te falei no e-mail. Sempre leio introdução, resumo, que tiver, e neste caso aqui, os capítulos tem um resuminho. Então eu também leio, quando eu vou fazer a indexação do capítulo. Mas do livro em geral, é o sumário que eu leio, a introdução e o resumo, que às vezes vem na capa, as vezes vem na, ai como chama aqui... orelha, e às vezes tem um resumo. Eu não fico só na parte do sumário. Eu leio essas partes pra poder conseguir mesmo tirar o máximo possível. E no caso do capítulo, as vezes tem um sumariozinho do capítulo, e nesse caso tem isso e uma introdução. Ai eu leio o sumário e a introdução para poder fazer o capítulo. {mostra a parte do livro} E assim, para eu fazer indexação, eu procuro muito as palavras que são sinônimos, conceitos, então por exemplo, se tem documento que você pega “cotas” com “c”, e em alguns documentos você pega “quotas” com “q”. Então eu procuro usar os dois, porque tem advogado que procura com “c” e tem advogado que procura com “q”.

*Então mesmo se a obra está com “q”, eu coloco também com “c”. Que é o que a gente chama de remissiva, então o ABCD {refere-se ao software de biblioteca utilizado} está criando esse, nosso sistema está criando essa remissiva para pegar de todos os jeitos. Então no momento eu faço na própria indexação, eu tento trincar de todo jeito que eles vão pegar. Então por exemplo nesse livro aqui que é o [novo processo civil], então eu coloco **Novo Código de Processo Civil** e entro também como **Novo CPC**, porque tem gente que vai procurar assim. Então eu sempre procuro fazer isso. Foi o que eu te falei, em questão de tempo, às vezes é rápido, neste caso, é um livro demorado porque tem vários capítulos, e a própria indexação do capítulo demora, porque você tem que dar uma lida, são capítulos de assuntos diferentes, para poder fazer bem, a gente tenta fazer uma indexação exaustiva. Eu procuro colocar e tentar pensar de todas as formas que eles vão procurar. Para tentar recuperar o documento.*

3 PESQUISADOR

E vocês não tem limite de termo?

4 SUJEITO

Não, na base a gente não tem. Então por exemplo você pega um livro, até tem um na minha mesa sobre “direito ambiental”, ele tem vários termos, então a gente tenta colocar todos os temas, todas as terminologias que eu sei que eles vão procurar. Então, assim tem livros que tem cinco palavras chave, e tem uns que tem trinta, quarenta. ((RI)) principalmente esses “manuais de contabilidade”, esses de “direito tributário internacional”, “direito ambiental” agora tá vindo uns livros com bastante conteúdo. Então tem livros que a gente não entra capítulo por capítulo, então a gente só entra o livro. Por exemplo, “direito ambiental”, a gente tenta colocar o máximo de palavra para recuperar. Agora nesse caso aqui, que é capítulo por capítulo, na indexação do livro eu faço uma macro, geral, e os que são capítulo por capítulo a gente faz específico, porque nas regras assim, os livros que são vários autores, cada autor escreve um capítulo, a gente entra capítulo por capítulo. E esses livros que são um autor só, mas são específicos, a gente também entra capítulo por capítulo. Que seria tema por tema. Igual “pareceres”, mesmo que é um autor só, a gente vai entrar tópico por tópico para poder conseguir recuperar.

5 PESQUISADOR

Eu trouxe um livro, você se importaria de fazer a indexação dele? Se você puder fazer a indexação falando tudo que você pensa, desde leitura de partes, até pensamento, seria interessante. Tudo que você procura no livro, verbalizando mesmo, pensando alto. Não tenha pressa, aí seria uma leitura para indexação. ((FR)). Você faz indexação de artigo também?

6 SUJEITO

Faço, faço de artigo, de livro e capítulo e das notícias também, aquelas principais notícias, tipo aquelas que citam o escritório, daquele caderno do Valor, Legislação, todas essas notícias são indexadas.

7 PESQUISADOR

Nossa, quanto tempo você demora para indexar essas notícias?

8 SUJEITO

A, depende da quantidade de notícias que tem, mas acho em geral uma meia hora. Mas às vezes eu mando o clipping primeiro, aí depois que eu faço a indexação pra não ficar muito tar. Porque a gente tenta soltar o clipping umas nove e meia, dez horas. Então como o clipping também é bem extenso, eu deixo a indexação para depois, para poder fazer com mais calma.

9 PESQUISADOR

Você tem graduação em direito?

10 SUJEITO

Não, eu fiz aquele curso de extensão da FESP, aquele de documentação jurídica. E eu trabalhei desde a faculdade na área jurídica. ((RI)) Então como faz tempo, porque de indexação como bibliotecária, faz sete anos que eu trabalho, mas desde quando eu comecei a faculdade, que foi em 2004 eu já trabalho na área jurídica. Então tem quatorze anos e sempre em escritórios assim, então pra mim eu tenho bastante experiência. Acho que teve uma ano que eu trabalhei como estagiária na FGV, e depois eu fui pra área jurídica e não saí mais ((FR)). Trabalhei também um pouco em arquivo, uns dois anos, de 2011 a 2012, uma ano e meio, que eu trabalhei.

11 PESQUISADOR

Que legal. Peguei a pessoa certa.

12 SUJEITO

*{lê a ficha catalográfica e a capa} ... Assim, geralmente quanto eu já leio o título, e eu dou uma olhada na ficha catalográfica, eu já começo a colocar algumas palavras. Então aqui a gente usaria as palavras-chave, eu colocaria já direito **direito de família**, colocaria **direito da sucessão** {termos retirados da ficha catalográfica}, porque aqui a gente não usa plural e nem palavras soltas. Então assim, sempre eu tento cravar, por exemplo aqui eu colocaria ... {lê prefácio e primeira página do sumário} {lê contracapa e passa o sumário} (<-) (~~~) Aqui eu colocaria também **direito patrimonial**, então aqui, eu colocaria **casamento. direito de família, união estável** {termos retirados do sumário}. Como a gente evita colocar palavras soltas, eu coloco assim {termos compostos}, porque se em qualquer parte do livro estiver falando de “casamento em direito patrimonial”, eu vou entrar com “casamento. direito patrimonial”. É sempre composto o tema. A gente tenta sempre fechar pra não ficar, por exemplo “mandado de segurança”, se eu coloco esse termo num livro de tributário, eu vou colocar “mandado de segurança. direito tributário”. Se eu estou com um de “direito civil”, eu vou colocar “mandado de segurança. processo civil”. Pra poder na hora da pesquisa, a gente tenta filtrar o máximo possível, o que a pessoa tá procurando. Se eu colocar só “mandado de segurança”, e a pessoa tá procurando algo de tributário, mas se eu colocar “mandado de segurança” vai vir tudo, então a gente tenta fechar. Agora se a gente tá procurando os dois ((FR)), fica mais fácil. Aqui também, **união homoafetiva**, eu vou colocar também como **direito de família**, aí aqui eu coloco **casamento. regime de bens**, alguns termos a gente usa no plural, por exemplo “regime de bem”, então a gente coloca “regime de bens” {termos retirados do sumário}. Bom, **união estável**... Aqui eu coloco assim também, **união parcial, regime de bens** {termos retirados do sumário} ... **separação. regime de bens** ... Às vezes quando eu to em dúvida de como eu vou fechar, eu leio um*

pedaço de onde tá falando {se refere à página de um assunto que aparece no sumário, vai para a página 55 e 56 do livro} (<-) (~~~) **Separação de bens. direito de família** {termos retirados da página 56} ((RI)) *Tem bastante coisa. Aí aqui, eu vi que lá ele tá tratando de **separação total e separação parcial*** {termos retirados do sumário} (<-) (~~~) {lê sumário} *Aqui ó, vou colocar ... **pacto pré nupcial. regime de bens** ... porque aqui eles procuram bastante essa parte de “contrato”, de “namoro” e de “convivência”, que é a “união estável”.* (<-) (~~~) *Aqui eu coloco só como **cônjuge**, e **sociedade comercial**. E aqui eu vou usar **dissolução de casamento, união estável**, que vai sozinha.* (<-) (~~~) *Às vezes quando tem, por exemplo, “união estável” e “conceito” {refere-se ao sumário} eu colocaria também. Porque às vezes, as meninas que trabalham na referência, elas falam que eles procuram o “conceito de união estável”, então se eu coloco só “união”, às vezes não tá falando do conceito e si, então a gente coloca essa parte também.* (<-) (~~~) {foca na leitura de um tópico específico no sumário} e aqui eu vou colocar a **dissolução**, que eu já tinha colocado, agora eu vou colocar dentro de “direito patrimonial”, que ta falando de patrimônio. (<-) (~~~) **direito patrimonial. Divórcio**, também dentro de “direito patrimonial”. (<-) (~~~) **Partilha** {circula o termo no papel}, eu vou colocar dentro de “direito patrimonial” também. Tem pessoas que colocaria só “partilha”, mas como a gente não coloca palavras soltas, então eu sempre tento ver dentro do sumário, quando tem dúvida, mesmo dentro do texto, de qual foco ele tá falando, se é “partilha” e se é dentro de “direito patrimonial”. Para não deixar essa palavra solta. Se fosse dentro de “direito civil”, provavelmente eu colocaria esse termo relacionado. (<-) (~~~) {lê o sumário} *Aqui ó, vou colocar **divórcio no exterior. partilha. Brasil**, ((RI)) não deu pra escrever tudo. Vou colocar também **partilha desigual*** (<-) (~~~) *Aqui, eu vou colocar **partilha**, que ele tá falando dentro de **partilha**, sobre **indenização trabalhista*** (<-) (~~~) e do FGTS. Então vou usar esses termos. (<-) (~~~) *Aqui eu usar o termo “partilha”, daquele “**contrato de stock options**” e parte de **partilha na participação societária** também. Aí aqui, tem a **partilha de quota social**, aí é aquilo que eu te falei falei, vou usar “quota” com “q” e “cota” com “c”, porque a gente sabe que eles fazem a busca pelos dois termos.* (<-) (~~~) *Aqui, como **partilha. alimentos compensatório**, na verdade é invertido (...)* (<-) (~~~) **partilha. usucapião familiar**, e aqui ele tem [aspectos tributários]. {lê sumário} *Aí eu sempre dou uma olhada na página {vai para a página mencionada no sumário} para ver em que sentido. {leitura da página} Aí aqui, como ele cita bastante coisa de “IPTU”, “ITCMD”, eu coloco **partilha. direito tributário**.* ((FR)) *Bastante né?* (<-) (~~~) {lê sumário} *Aqui eu vou colocar também, **patrimônio. direito da sucessão, e patrimônio. direito de família**. Toda hora falo “da”, é “de”. Aqui, eu vou colocar **sucessão hereditária. direito patrimonial**.* (<-) (~~~) *Eu procuro colocar, como eu faço clipping, e eu faço pesquisa, então a gente sabe bastante os termos que eles usam. Então quando eu faço livro, eu tento pensar nos termos de pesquisa também, que eles vão usar, então, acaba sendo uma indexação exaustiva, porque eu coloco várias coisas que eu vejo. Então aqui, eu colocaria **ação hereditária, aceitação de herança, renúncia de herança**, ((FR)) tem bastante coisa nesse. Eu to com uns assim na minha mesa que são assim também. Bastante mesmo. Eu já cheguei a fazer livro assim com cento e vinte assuntos. Aqui ó, eu colocaria **descendente. direito sucessório**, eu não vou usar “direito sucessório”, vou usar **direito da sucessão**, que é o termo que a gente usa mais. O **ascendente**, também, “direito da sucessão”, aí que eu vou colocar o “direito da sucessão”, porque tem pessoas que usam o “direito sucessório” e algumas usam “direito da sucessão”, nós aqui usamos*

“direito da sucessão”. (-) (~~) {lê sumário} Aqui eu vou colocar **cônjuge como herdeiro necessário**, (-) (~~) aqui eu vou colocar **habilitação do companheiro. direito real**, que é o que ele tá falando aqui dentro. Eu procuro sempre colocar essa parte, quando eu vou fechar os assunto, como eu fiz aqui em “habilitação do companheiro”, dentro de qual ele tá falando. Se aqui fosse “direito patrimonial”, eu colocaria dentro de “direito patrimonial”, mas como tá falando de “direito real”, eu coloco dentro de “direito real”, entendeu? (-) (~~) Aqui eu vou colocar **inventário**, eu vou colocar dentro de “direito de família” que é o que a gente mais usa aqui. Aí eu vou entrar **inventário judicial**. (...) Aí eu entro **inventário extrajudicial** também. (-) (~~) **Inventário conjunto, inventário negativo, inventário simplificado**. (-) (~~) **Arrolamento sumário**, e o **arrolamento comum**. Dentro de “direito patrimonial”. (-) (~~) {lê sumário} {volta para a ficha catalográfica, vai para a página 208 do livro e retorna ao sumário} (-) (~~) Então eu vou colocar sobre **partilha**, escrevi errado. (-) (~~) Também dentro de “direito da sucessão”, e aqui eu vou colocar **sucessão. direito tributário**. (-) (~~) Deixa eu ver uma coisa aqui. {vai para página 207} (-) (~~) O “arrendamento sumário” e “arrendamento comum” que eu tinha colocado dentro de “direito patrimonial”, vou mudar para “direito da sucessão”. Quando eu tenho dúvida, eu volto ((FR)). Porque na hora, a gente fica pensando tão assim... (-) (~~) {lê sumário} Nessa parte que ele tá falando de “planejamento do matrimônio e da união estável”, as palavras-chave são as que a gente colocou no começo, que são a “separação total, a “comunhão total”, que eu tinha colocado em “união estável” e “casamento”. Então, ele repete essa parte. (-) (~~) Agora aqui, eu vou colocar **planejamento sucessório**. (-) (~~) Aqui, **herança, planejamento sucessório**. (-) (~~) **Preservação da herança. sucessão**. (-) (~~) Aí, dentro dessa “preservação de herança”, eu coloco essas cláusulas que também tá sendo citadas. **Cláusula de inalienabilidade. (-) (~~) Sucessão**. Daí eu coloco **cláusula de impenhorabilidade. sucessão**. A **cláusula de incomunicabilidade. sucessão**, também. (-) (~~) {lê sumário} (...) Aí aqui eu coloco **bens de menor. administração. E garantia de sustento. sucessão**. (-) (~~) Aí aqui eu vou colocar **ascendente. contrato de compra e venda, descendente. contrato de compra e venda, ascendente. planejamento patrimonial**. Lembra que eu te falei da questão do “conceito”? Então eu coloco **contrato de doação. conceito**. Porque se eles forem procurar o conceito, a gente sabe que nesse livro tá falando exatamente do conceito. {folheia as partes finais do sumário} Aí nesse caso a gente usa, eu coloco todos os “contrato”, os “tipos de contrato de doação” que aqui tá falando. Daí aqui fala de (->->->) **contrato de doação pura, contrato de doação simples, contrato de doação. reserva de usufruto, contrato de doação remuneratória, contrato de doação condicional, contrato de doação a termo, contrato de doação conjuntiva, contrato de doação entre cônjuges, contrato de doação inoficiosa, contrato de doação universal**. E aqui eu também coloco **contrato de doação. cônjuge adúltero. Promessa de doação** e eu coloco **doação, revogação de doação. sucessão**. Acho que “doação”, dentro de “direito tributário” eu já tinha colocado. [...] **Contrato de mandato. conceito**, (-) (~~) ... (-) (~~) **obrigação do mandante, e obrigação do mandatário, contrato de mandato. extinção, e contrato de mandato. planejamento patrimonial**. E aqui, **contrato de comodato. conceito, e contrato de comodato. planejamento patrimonial, seguro de vida. planejamento patrimonial**, aí aqui, eu vou só confirmar. {vai para a página 283 para conferência de um termo encontrado no sumário} Aí eu coloco **usufruto. natureza jurídica,**

usufruto. planejamento patrimonial, direito real de uso. conceito, (-) (~~) direito real de habitação. conceito. {lê sumário} E no “direito real de uso e de habitação” eu também coloco “prazos de duração”, nos dois. **Contrato social. planejamento patrimonial** porque é o que eles estão falando aqui na “natureza societária”, no “planejamento patrimonial”. E coloco **estatuto. planejamento patrimonial ...** Aí aqui, eu vou colocar **constituição de sociedade de holding. conceito, e só holding. planejamento patrimonial.** Aí eu vou colocar **acordo de sócios. planejamento patrimonial, acordo de acionista. conceito.** (...) {leitura do sumário} Aí aqui eu coloco **holding. acordo de sócio, empresa familiar. governança corporativa e conselho de administração.** Daí eu coloco **conselho de administração. conceito e empresa familiar. conselho de família.** E nesse caso a gente entra também o **family office**, porque se alguém procurar pelo termo em inglês, a gente tem os dois. Inglês e português. Pra eles conseguirem acham, como o “transfer pricing”, que é o “preço de transferência”, daí a gente coloca os dois.

13 PESQUISADOR

Entendi.

14 SUJEITO

Daí eu vou colocar aqui **empresa familiar. transformação** e os termos **incorporação, fusão e cisão.** (-) (~~) {lê sumário, e então vai para a página 351 do livro} Aí aqui eu vou colocar aqui **previdência privada, constituição de previdência privada dentro de planejamento patrimonial.** (-) (~~) {lê sumário} (...) Aí aqui, **testamento. natureza sucessória**, vou também entrar **testamento. conceito. Testamento. revogação, testamentário. direito da sucessão.** Só confirmar uma coisa. (->->-) {vai para a página 372 no tópico sobre testamento} É, eu vou deixar dentro de “direito da sucessão”. **Codicilo. direito da sucessão, legado. direito da sucessão.** Daí aqui eu vou colocar tudo que tem de legado relacionado a **direito da sucessão.**

15 PESQUISADOR

Todos eles vão ser termos?

16 SUJEITO

Sim. (-) (~~) {lê páginas finais do sumário} E é isso.

17 PESQUISADOR

Legal, vários termos. É que o livro é bem exaustivo né?

18 SUJEITO

((FR)) É, ele é grande e tem vários termos que a gente vê muito em pesquisa. Então, no meu ponto de vista, não adianta eu vir aqui e colocar “direito de família” e “direito patrimonial”, “direito da sucessão”, “herdeiro”, “testamento”, “usufruto”, “união estável” e “casamento”. Fica muito geral. Porque assim, quando eu to fazendo indexação eu tento pensar na forma como eles vão pesquisar e os termos que eles podem usar. E na hora da pesquisa para as meninas também {se refere às bibliotecárias de referência do escritório} que facilita muito. Então assim, eles usam nosso portal, eles encontram esse livro, e sabem que em algum momento vai estar

falando sobre alguma coisa. Então assim, eu tento usar. E na parte da consulta dos vocabulários, eu consulto quando eu tenho muita dúvida mesmo. Por exemplo o vocabulário do Senado, ele usa muito plural, e nós não. E como a gente tenta fechar esse, casar na verdade essas palavras-chave, na dúvida eu consulto. Quando eu tenho dúvida do termo utilizado, eu uso vocabulário jurídico pra ver se tem sinônimo, que possa ser usado de alguma maneira também eu coloco. Então eu tento fazer assim.

19 PESQUISADOR

Legal. Eu vou ter fazer umas perguntas, sobre a indexação. ((FR)) Você já respondeu algumas, mas só para registrar. Rapidinho.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (livro):

20 PESQUISADOR

Quando você começou a leitura, você teve alguma ideia inicial do tema? Por alguma parte específica, só de olhar já teve ideia?

21 SUJEITO

Na parte do, que eu dei uma olhada da folha de rosto, da ficha catalográfica, eu já sabia que era dentro de “direito de família” e “direito da sucessão”. Que “bens de família” e “direito civil”. Daí eu já tive uma noção, mas aí eu procurei mais dentro do sumário, eu li também aqui atrás {contracapa} nesse resuminho, daí falava de “direito de família” e “direito sucessório e patrimonial”, daí eu já sabia que os assuntos eram esses.

22 PESQUISADOR

A beleza. Já responde a segunda. ((RI)) E você sentiu dificuldade em algum momento pra identificar o assunto ou não?

23 SUJEITO

Os momentos que eu senti de dificuldade eu fui no texto. Você viu, porque eu não sabia se colocava dentro de “direito da sucessão”, ou se colocava dentro de “direito patrimonial”, então eu fui lá no texto e dei uma lida pra ver o que tava dentro de “direito da sucessão” mesmo.

24 PESQUISADOR

E você pensou em tal assunto por quê? Você já conhecia sobre o assunto, ou foi alguma informação específica nova no livro que te guiou?

25 SUJEITO

((FR)) Eu já conhecia o assunto, é bem comum aqui no escritório. Então eu já sabia, mas se eu não soubesse eu ia ler a introdução do livro, ia procurar mais. Mas como são livros que a gente faz, assim, esse livro mesmo sei que tem aqui e eu já tinha feito um parecido. Então você já sabe mais ou menos sobre o que é.

26 PESQUISADOR

Legal, então você tem uma estratégia quando tá nebuloso.

27 SUJEITO

Isso, eu leio sempre a introdução, e mesmo quando com a introdução eu não conseguir ainda, eu tento ler a conclusão. Pra poder dar uma espreitada mesmo. É melhor do que procurar os termos no vocabulário sem saber direito. Eu também procuro procurar na base o que a gente já tem. Porque com o que a gente já tem, eu já sei os termos que a gente usar. Então geralmente quando eu to entrando um livro novo, eu procuro o assunto na base e então já vejo mais ou menos o que é usado.

28 PESQUISADOR

Legal então, é isso aí. Perfeito.

APÊNDICE E - Protocolo Verbal Individual 003

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:15:47 min

Duração: 15min47seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (um livro e um artigo de periódico)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Tá, é assim, eu trouxe esse livro, aí será assim. Eu quero que você tome seu tempo, não precisa fazer com pressa ou demorar mais do que você costuma. Tá? Faça do jeito que você faz normalmente. E eu queria que você verbalizasse, tudo que você lê e pensa, vou te dar um lápis e um papel também. Aí, tudo que você, tudo que você pensar, gostaria que você falasse. Daí não se preocupe, vou fazer o mínimo de intervenção possível, mas você pode conversar comigo ((RI)). Então beleza, quando você quiser, pode começar.

LEITURA DO LIVRO:

2 SUJEITO

*Então, eu vou dar uma lida aqui na capa [Manual do planejamento patrimonial das relações afetivas e sucessórias]. Esse aqui não chegou pra gente ainda, então... {folheia o sumário} (->->->) Vou dar uma olhadinha no sumário... Bom, geralmente, quando eu faço lá na biblioteca, o sistema, o software, já pega o registro todo né, do que a gente coloca do livro, inclusive o sumário, a gente joga lá também. Então quando a pessoa faz a pesquisa já pega dentro do sumário. Então a gente não tem o costume de colocar tantos, indexar né, muitas palavras, muitos assuntos. Então, geralmente eu pego os principais e coloco uns dois, três. Né, até porque o sistema faz essa busca. Tá? Dentro do conteúdo do cadastro do livro. Então a princípio {lê capa}, eu colocaria, **direito patrimonial** {lê sumário} ... E eu colocaria a parte de, também, **família, sucessões** ... {continua leitura do sumário} **regime de bens**, eu me concentro mais no sumário mesmo. {folheia o sumário} {volta para a leitura da capa} Eu procuro não colocar muita coisa que esteja no título também, porque já tá ali. {folheia o final do sumário} {consulta a contracapa do livro} Tem mais umas coisas aqui no sumário. {consulta ficha catalográfica} Eu dou uma olhada aqui também na ficha catalográfica no próprio livro. Daí eu vou conferir se eu coloquei "regime de bens". {volta para o sumário} Eu vou colocar também **sucessão hereditária**. É, isso.*

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro):

3 PESQUISADOR

Beleza. Eu vou fazer algumas perguntas, sobre como você fez a indexação desse livro. Algumas você já comentou, mas eu tenho que perguntar. Assim, quando você

começou a leitura, qual foi sua ideia inicial sobre o tema? Quando você pegou o livro, qual ideia você teve a princípio, sobre o que era o livro?

4 SUJEITO

O que tava aqui mesmo. Né? A parte “patrimonial” dentro do “direito civil”. Que já tem um pouquinho desse assunto, já dava pra saber.

5 PESQUISADOR

Você encontrou essa ideia inicial em alguma parte específica do livro?

6 SUJEITO

Na capa mesmo, ia falar no título ((FR)) mas é na capa.

7 PESQUISADOR

E em algum momento você teve alguma dificuldade, sem sim, teve alguma parte específica que você não sabia sobre o que era?

8 SUJEITO

Não, aqui foi tranquilo. Mais pra saber mesmo pra não encher né? De assunto, mas não tive dificuldade não.

9 PESQUISADOR

À, então tá. Porque aqui a gente faz desse jeito também, não coloca muita coisa repetida que já tem no título.

10 SUJEITO

É, e eu pelo menos tento pensar no que o advogado vai pensar também pra fazer essa pesquisa. Ele vai jogar umas palavras soltas e ver o que aparece.

11 PESQUISADOR

Legal. E, a última pergunta. Porque você pensou nesse assunto? Você já conhecia ele, já sabia, tinha um conhecimento prévio sobre o assunto? Alguma informação, ou alguma informação específica do documento te guiou?

12 SUJEITO

Não, aqui eu já tinha um pouco de conhecimento, mas o que me mostrou mais foi essa parte de “patrimonial” {se refere ao título}, depois com o sumário também. Ficou mais fácil focar né, especificar melhor o assunto do livro.

13 PESQUISADOR

Legal, beleza. Você poderia fazer de um artigo também? Vocês fazem indexação de artigo né?

LEITURA DO ARTIGO:

14 SUJEITO

Fazemos sim, porque onde eu tô agora, a gente não mexe muito com artigo, com periódico, mas eu trabalhei bastante tempo em dois escritórios que a gente fazia muito. (...) Até pra livro, a gente nem faz analítica, a gente nem cadastra capítulo. É

bom porque não gasta muito tempo, daí se você quer uma coisa mais específica, não tem.

15 PESQUISADOR

Onde você trabalhava antes?

16 SUJEITO

Eu trabalhei no Pinheiro Neto e no Dias de Souza. E agora tô no Ferro e Castro. Então assim, já vem de softwares mais trabalhados, então agora esse que eu uso agora, o FLM, pega tudo, contabilidade, arquivo, biblioteca, então assim, ele é bom porque economiza tempo. Mas é ruim na hora da pesquisa, você tem que dar muitos cliques, ele poderia ser mais direcionado.

17 PESQUISADOR

E vocês tem muitos advogados lá?

18 SUJEITO

Não, é que é assim, Rio é grande, né? Aqui a gente deve ter umas 50 pessoas, total né? Advogados deve ser uns 20 e pouco, e é bem tranquilo (...).

19 PESQUISADOR

Então ok, então, se você puder esse aqui também, esse artigo também....

20 SUJEITO

Tá. Então vou ver o título {lê o título em silêncio}. Eu vou dar uma olhada nos autores aqui também.... Um resuminho que tem, porque esse assunto eu não conheço... {leitura em silêncio do resumo} (~~~) Agora eu to vendo aqui as palavras-chave... E colocaria as palavras que já tem aqui no artigo mesmo, porque esse assunto eu não tenho muito conhecimento. {releitura das palavras-chave} Vou dar uma lida nessa introdução aqui... {leitura da introdução na primeira página do artigo} (~~~) É, só introdução conceitual, e eu colocaria essas palavras que já menciona aqui no artigo.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Artigo):

21 PESQUISADOR

Então tá, eu vou fazer as mesmas perguntas ((RI)). É quando você começou a leitura, qual foi sua ideia inicial sobre o tema?

22 SUJEITO

*É, a princípio pensei que fosse a parte de **informática dentro do direito**, mas aí, aqui no final de “**processo civil**” aí já deu um pouco pra entender, sobre essa questão da **prova**. Fiz essa ligação do processo civil com a questão da prova e aí já ficou melhor de entender.*

23 PESQUISADOR

E você encontrou essa ideia inicial em alguma parte específica do artigo?

24 SUJEITO

No título mesmo.

25 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em algum momento, em alguma parte específica?

26 SUJEITO

Talvez, a princípio na parte né, de fazer indexação mesmo, porque eu não tinha visto as palavras-chave. Mas se fosse realmente pra colocar na base, eu utilizaria essas palavras mesmo, porque não tenho muito domínio desse assunto.

27 PESQUISADOR

E, porque você pensou em tal assunto? Você tinha conhecimento prévio sobre ele? Ou foi alguma parte específica no artigo que te deu essa ideia?

28 SUJEITO

Não, eu não tinha muito, mas aí eu olhei a parte do título, e depois complementou com a parte do resumo, que já tinha no artigo também.

APÊNDICE F - Protocolo Verbal Individual 004

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:23:10 min

Duração: 23min10seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (um livro e um artigo de periódico)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Então, eu trouxe um livro e um artigo pra você indexar, eu quero que você tome seu tempo, não precisa fazer com pressa ou demorar mais do que você costuma. Tá? Faça do jeito que você faz normalmente. E eu queria que você verbalizar, tudo que você lê e pensa, e eu vou interagir o mínimo possível com você. A minha intenção é justamente pegar o que você vai falar ((RI)).

2 SUJEITO

Tá, você já tá gravando pra eu fazer umas perguntas?

3 PESQUISADOR

Sim.

LEITURA DO LIVRO:

4 SUJEITO

Eu queria saber que nível você quer, por quê? No meu caso, eu tenho, eu uso o "Sophia", e eu entro com o sumário e eu entro ele detalhado, o máximo que eu puder. A não ser que seja a lei, tipo a "Lei do Código Civil". Então eu coloco só os capítulos, as chamadas só pra melhorar a recuperação. Então assim, tem esse identificador, então eu coloco já o sumário, tá? Algumas revistas a gente coloca algumas "ementinhas", quando tem, tipo a "Dialética", em algum casos, e hoje gente tinha um trabalho maior de colocar as analíticas, indexar, mas hoje não. Mas eu não tenho tempo de entrar com todas as analíticas. Então eu vou lendo um livro que tem vários artigos, eu coloco "direito tributário - coletânea" e vou vendo os artigos e colocando um pouco de cada artigo. Então perguntando pra você, que nível você quer que entre, como é que você vai recuperar o tratamento desse livro, pra saber até onde eu vou detalhar essa indexação.

5 PESQUISADOR

Tá, bom, pode ser um nível mais simples. Não precisa ser muito complexo, porque eu o fazendo um estudo de leitura documentária, quero ver que parte da estrutura do livro vocês pesquisam, então não precisa ser muito detalhado. Assim, é, se você sente necessidade de ler o sumário, pode ler. Mas não precisa extrair tantos termos. Se você puder, dê uma olhada nas partes do livro e verbalize. E assim, não precisa se preocupar, vou fazer umas anotações de acordo com o tempo e assim, faça

como você preferir. Não precisa fazer muito minuciosa, específica.

6 SUJEITO

*Tá bom então. Então eu vou anotar aqui o que eu fizer. Então tá. {começa pela leitura do título na capa do livro} Bom, vou ler o título (->->->) [Manual do planejamento patrimonial das relações afetivas e sucessórias] e já fiz uma hierarquia aqui de **família, sucessão e patrimônio**. {anota termos retirados da capa} Aí eu vou dar uma olhada no sumário, porque aqui tem várias formas de união. De relações de hierarquias de [casamento] de “união de duas pessoas”. Então no caso [casamento, união estável e outros institutos], “uniões homoafetivas”. Aí então eu colocaria, **casamento, união estável, regime de bens** que é o caso né, que vai falar de **sucessão e patrimônio, dissolução no casamento**. A “sucessão” no caso aqui, é **sucessão hereditária**, tá? **Inventário e partilha** dentro de **sucessão, inventário e partilha** em outro. (~~~) “Colação, sobrepartilha, sonegados”, a gente não coloca. Então, “casamento” seria “matrimônio”, “união estável” já está aqui. Aí tem umas coisas muito interessantes, que é **doação**, que eu colocaria, tem **comodato**, “contrato de mandato”? Talvez eu colocasse **mandato**, tá? {folheia mais páginas do sumário} Nossa, é muito extenso esse sumário. Aí tem todas as relações de “usufruto”, de “uso”, que é em relação ao “patrimônio”, então, esse **patrimônio**, talvez eu colocasse em **bem imóvel**. o “Usufruto”, eu faria uma descrição bem grande. {folheia as páginas 17 e 18 do sumário} Não sei se eu coloco “direito real de uso”, talvez. Aí tem o “patrimônio” que é “societário” né? Eu talvez colocaria, faria um link de **patrimônio de natureza societária**, fazendo um link com “sociedade”. A mesma coisa quando a gente coloca “internet - aspectos jurídicos”, essas coisas. Aí tem aqui, dentro de “inventário e partilha”, eu colocaria **testamento**, “legados”, essas coisas assim não. **Empresa familiar**, então eu colocaria isso, **casamento, união estável, regime de bens, dissolução do casamento**, e aí os **usufrutos, direito real**, seria uma hierarquia de **doação e comodato** pra depois colocar **direito societário**. E eu colocaria também as leis. {vai para a página 28 do livro} Então por exemplo, no meu caso aqui, eu uso lei 9171 de tal... {data} Mas eu colocaria um link com o “Código Civil”, eu daria uma olhada aqui, e colocaria. Mas esse caso, sinceramente, se eu pudesse, colocaria o sumário, que ele recupera muito. Eu entraria aqui e olharia pra ver se tem mais uma coisa ligada com isso. Se você fosse fazer, poderia colocar “direito de família”, “direito de sucessão” “bens patrimoniais”, é, aí, depende também se você tem um tesouro, se você tem um vocabulário controlado. Mas aí eu colocaria esses termos. Colocaria “inventário”, “partilha”, pra ter essa ideia de “sucessão” mesmo.*

7 PESQUISADOR

Vocês definem um limite pra termos de indexação?

8 SUJEITO

Não. Esse seria esse aqui. Colocaria a capinha dele também. Tá?

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro):

9 PESQUISADOR

Tá bom, vou te fazer umas perguntas sobre o livro, algumas você já respondeu durante a indexação, mas eu vou perguntar. Quando você começou a leitura, qual

foi sua ideia inicial do tema? Do livro?

10 SUJEITO

É, foi muito isso mesmo, planejamento patrimonial dentro de uma relação familiar, de uma “sucessão”, se você pegar um “bem” e fazer o planejamento para passar para a geração futura. E a Priscilla {autora do livro} é de “direito de família”.

11 PESQUISADOR

E assim, essa ideia inicial você encontrou em alguma parte específica?

12 SUJEITO

Já bati o olho e tive mais ou menos uma ideia. Não sabia o tamanho da extensão do livro, dentro do sumário que eu vi que ela estendeu bastante. Quer dizer, eu não recupero muito né? Aquela coisa de alguns campos de sucessão e tal, até porque tem o “Código Civil”, então a gente vai indo de um lado pro outro pra conseguir chegar.

13 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em algum momento? Se sim, em qual parte?

14 SUJEITO

Então, não tive muita não, o sumário é bem explicativo.

15 PESQUISADOR

E assim, você pensou nesse assunto por que? Você já tinha conhecimento sobre o assunto?

16 SUJEITO

Sim, a gente trabalha bastante com “planejamento família na empresa”, são esse tipo de coisa. Tem um sócio aqui que usa. Uma outra coisa, existe uma tendência que por exemplo, um livro fala de “civil”, um livro fala de “tributário”, a gente não coloca muitos termos do título, porque ele já recupera. Por exemplo esse fala um pouco do “CTN”, e aí se a gente fala muito fica ruim de recuperar. Esse livro não, ele relaciona coisas diferentes, ele fala um pouco de “civil”, de “societário”, várias coisas que não é todo manual e curso que tem. Ele tem um nível de detalhamento maior.

17 PESQUISADOR

Tá ótimo. E você concorda em fazer a indexação desse artigo também?

18 SUJEITO

Sim, faça sim. Acho que vou terminar antes de chegar minha água ((RI)).

LEITURA DO ARTIGO:

19 PESQUISADOR

*Tá, {lê título do artigo} [Prova documental eletrônica como objeto probatório no contexto do Processo Civil brasileiro] tá. Esse já um problema que eu me lembro de outro caso aqui. (~~~) {leitura minuciosa da primeira página do artigo, sem foco em parte específica} É... **prova documental, documento eletrônico**, tirei isso do título,*

*dei uma lida aqui, mas a própria indexação do artigo fala também. Não sei se fala de “teoria da prova”, mas fala de “prova documental”, eu colocaria **documento eletrônico** de qualquer forma. Aí teria que ser “processo civil” também por causa dessa questão do documento também. (~~~) {lê a segunda página do artigo} {coloca uma das mãos na cabeça, indicando dificuldade na leitura} *Eu não tenho o artigo aqui tá? O “CPC”, mas o que eu faria, pegaria o “CPC” e daria uma olhada no artigo 360 pra ver se ele fala de “prova”, tenho esse costume. {lê terceira página do artigo} **Ônus da prova**, porque, deixa eu te falar, mas eu sei que do “CPC”, você pode digitalizar os documentos e se o juiz achar que ele quer veracidade do documento, você precisa mostrar o documento original. Acho que é isso, teria que ler até o final, não é uma discussão que a gente tem aqui na biblioteca, mas nos processos, de quanto tempo guardar, então essa facilidade de digitalizar, é boa. Apesar que aqui ninguém gosta, porque tem tamanho, tem que dividir, entendeu? (...) Ele fala de “prova” e de “processo”, artigo 374. (~~~) {leitura da segunda página do artigo} **prova documental, documento eletrônico**... (~~~) {continua a leitura da segunda página do artigo} *ele fala aqui... esse aqui, eu colocaria essa lei aqui, porque eu já sei do que se trata, eu colocaria a lei ou essa referência aqui. Porque eu faço assim, coloca lei, o artigo e escrevo comentários, tipo que cita. Então esse documento aqui, eu acho que seriam **prova documental, documento eletrônico, processo civil, ônus da prova**, colocaria esses três artigos aqui e essa lei que fala da “prova”, de você apresentar no processo. Então seria isso basicamente.***

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Artigo):

20 PESQUISADOR

Então tá bom. Eu vou fazer as mesmas perguntas que eu fiz pro livro. Quando você começou a leitura, você teve a ideia inicial do tema, você conseguiu ter essa ideia?

21 SUJEITO

Sim, eu tive sim. Pelo título, você tem essa ideia. O nível de indexação, dependendo do caso e da necessidade do meu usuário, talvez eu teria que ler o livro inteiro mesmo, pra ver se tem que recuperar mais. Mas no meu caso, esse tipo de coisa, alguma lei ou alguma coisa, você teria que apresentar o documento que você colocou como “prova”, pro juiz, ou alguma coisa talvez mais específica. Mas pro meu usuário isso é o bastante.

22 PESQUISADOR

Tá, e você encontrou a ideia inicial em alguma parte específica?

23 SUJEITO

É, no título, que já tem as palavras-chave, algumas do artigo mesmo, palavras-chave do artigo.

24 PESQUISADOR

E, você teve dificuldade em alguma parte do artigo?

25 SUJEITO

Não, eu, na verdade eu não sei se eu teria feito uma leitura mais completa do que esses três, quatro minutos que eu fiz aqui agora. ((Rl)). Esse artigo é bem

interessante.

26 PESQUISADOR

E assim, você pensou nesse assunto porque você já conhecia? Ou foi alguma parte específica do artigo que te indicou?

27 SUJEITO

Bom, eu já conhecia um pouco do assunto, e foi bem resumido aqui, acho que não tem muito. Eu uso aqui essa questão de “prova documental” da mesma forma. E é isso.

28 PESQUISADOR

Perfeito, obrigada.

APÊNDICE G - Protocolo Verbal Individual 005

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:30:12 min

Duração: 30min12seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (um livro e um artigo de periódico)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

(...) Bom, vai ser assim, gostaria que você fizesse a indexação da mesma forma de sempre. Tome seu tempo, não precisa ter pressa. E eu gostaria que você tentasse verbalizar tudo que vem à sua cabeça, enquanto olha as partes do livro. Eu trouxe esse livro aqui, mas se você quiser, pode ser outro.

LEITURA DO LIVRO:

2 SUJEITO

Tá, eu posso fazer assim, bem tranquila, e posso ir falando como se tivesse conversando com alguém?

3 PESQUISADOR

Isso, isso mesmo. Eu deixei esse bloquinho aí porque tem gente que gosta de anotar os termos da indexação. Aí pode começar, não tem limite de tempo.

4 SUJEITO

*Então tá. Eu to vendo que é um livro, logo pelo título {retirou informações da capa} a gente vê que é um livro de “direito de família”, então eu costumo sempre colocar a área principal do direito, no caso, poderia até colocar “direito civil”, mas ficaria muito amplo, então eu vou colocar “direito de família”. {consulta a capa do livro} **Planejamento patrimonial.** Eu colocaria **bens de família** né? Como é um livro que foi escrito somente por uma autora, eu costumo pegar as palavras, é, do que tá aqui no sumário mesmo. Porque se é indexação de capítulo de livro {se refere aos livros com vários autores, um por capítulo}, aí eu focaria mais no capítulo de livro, mas como eu to fazendo indexação do livro no todo, aí eu vou pegar as principais palavras que estão no sumário. {faz leitura da primeira página do sumário} (~~~) Uma outra coisa que eu acho importante, claro que a gente costuma ter um vocabulário controlado pra fazer a indexação. Então eu sempre costumo manter as palavras no singular, tá? {lê segundo capítulo do livro no sumário} (~~~) {leitura atenta do sumário} (~~~) {vai para a página 212 do livro} (~~~) {confere a capa do livro} (~~~) De “seguro de vida” tem uma parte bem pequena mas... Eu acho importante. {volta novamente à capa, depois retorna às últimas páginas do sumário}. É isso.*

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro):

5 PESQUISADOR

Eu vou fazer umas perguntas, sobre essa indexação, tá? Quando você começou a leitura, qual foi sua ideia inicial do tema do livro?

6 SUJEITO

Bom, eu vi logo de cara que era de “direito de família”, porque fala especificamente sobre os bens de família, tá? E depois disso eu comecei a destrinchar todos os temas referente ao que tá aqui no sumário mesmo. Então, como é o livro no todo, eu procuro no sumário, não faço a leitura, nem tem como né? Não tem como ler o livro todo, faço direto no sumário.

7 PESQUISADOR

Então tá, você já respondeu a segunda pergunta, onde você encontrou o assunto principal do livro.

8 SUJEITO

É, foi no sumário e na capa. Pego as palavras que estão dentro do sumário.

9 PESQUISADOR

E, você teve dificuldade? Em algum momento? Ou foi tranquilo?

10 SUJEITO

Não, foi tranquilo.

11 PESQUISADOR

E você pensou nesse assunto porque? Você já conhecia sobre, tinha algum conhecimento prévio sobre esse assunto?

12 SUJEITO

Sim, por já ter indexado muitos livros em “direito de família”.

13 PESQUISADOR

Você poderia ler os termos que você selecionou?

14 SUJEITO

*Então eu coloquei **direito de família, bens de família**, o “bens” aqui eu deixei no plural porque não dá pra colocar “bem de família”, eu acho que fica estranho. E as pessoas procuram como “bens de família”. Então isso a gente tem que conhecer um pouco do vocabulário dos nossos usuários. Então tá, **bens de família, casamento, união estável, concubinato, união homoafetiva**, isso daqui, eu sei que tá dentro de casamento, mas eles podem fazer a pesquisa por alguma palavra mais específica, principalmente essa **união homoafetiva** que tá tão em evidência aí. Aí eu coloquei o **regime de bens**, que tem vários tipos aí. Quem conhece o “direito de família” vai saber que se eu colocar “regime de bens”, vai estar englobado. É, **dissolução do casamento, partilha, sucessão hereditária, inventário, colação, contrato de doação, contrato de mandato e contrato de comodato**. Isso aqui eu até poderia tirar a palavra “contrato”, eu poderia deixar só como “doação”, “mandato” e “comodato”. Depende do meu vocabulário controlado. **Seguro de vida,***

sociedade, testamento, usufruto, habitação, fundos de investimento e legado.

15 PESQUISADOR

Perfeito. Você poderia indexar esse artigo também?

LEITURA DO ARTIGO:

16 SUJEITO

*Claro. [Prova documental eletrônica como objeto probatório no contexto do processo civil brasileiro] {lê título e segue para a leitura do resumo} (~~~) Legal esse artigo. Eu já to pegando algumas coisas do resumo. Aqui até tem as palavras-chave, mas eu nem vou usar. {continua com a leitura do conteúdo da primeira página do artigo}. Tá explicando tudo que é, como se deve fazer a “prova”, enfim, uma coisa bem... {prossegue com a leitura de algumas partes do artigo} Eu gosto de colocar os artigos dos Códigos, porque às vezes eles perguntam, você tem artigo do código x, do “Código de Processo” ou “Código Civil”. Mas quando é específico mesmo. Que é o caso aqui né, que é uma coisa nova também. (~~~) Uma coisa legal aqui, uma coisa nova também né, que são as conversas de “WhatsApp”, que hoje também servem como “prova”. Então eu colocaria aqui também o **WhatsApp**, não vou nem colocar conversas, ((FR)) porque a gente sabe que é um aplicativo de conversas. Então eu vou colocar o nome do aplicativo. Legal esse artigo, depois se você puder me mandar uma cópia. Bom, esse aqui, ficou bem pequeno. E ele explica muito o que é a “prova”, então tá bem, como posso dizer, essa parte mais teórica mesmo. Mas eu acho que o principal é isso. Então o artigo fala sobre o “processo civil”, sobre “prova documental eletrônica” [com o objetivo probatório no contexto do processo civil brasileiro] {lê parte do resumo}. Então comecei, sempre que é artigo, eu gosto de ler o resumo, pra ver o ponto central do artigo. Esses artigos sempre trazem as palavras-chave deles, mas uma coisa ou outra a gente acaba fazendo igual, mas nem é tudo também. E aí eu coloquei a área principal do direito, que eu sempre começo assim. Às vezes você nem precisa colocar isso na indexação, se você tiver um campo de área, aí ele já ficaria no campo área e não indexação. Opa, “processo penal” não, é **processo civil** ((RI)), **prova documental**, aí **ônus da prova**, porque tá explicando o que é prova, e tals. Coloquei **documento eletrônico**, aí tem uma parte que ele fala bastante de **juntada de documentos no processo**, então acabei colocando. Essa **portaria do Ministério da Fazenda**, que até tem uma explicação da “Patrícia Peck” {reconhece advogada/autora especialista em direito digital} que é a bam bam bam na área de “direito eletrônico”. Daí eu coloco também, porque é bem específico, daí o pessoal procura. Eu coloquei, daí coloquei o **artigo 441 do CPC** que fala sobre isso, que tá no “CPC”, um mais recente, e coloquei **WhatsApp**, porque aqui fala dessas provas, que agora já servem como prova. Então tá.*

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Artigo):

17 PESQUISADOR

Então perfeito. Eu vou fazer as mesmas perguntas. ((RI)) Quando você começou a leitura do artigo, você teve alguma ideia inicial do tema?

18 SUJEITO

Sim.

19 PESQUISADOR

Você encontrou essa ideia inicial em alguma parte específica do artigo?

20 SUJEITO

Logo no título e no resumo. Então, foi nessas partes que já deu pra ter uma ideia do que fala o texto.

21 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em algum momento?

22 SUJEITO

Não.

23 PESQUISADOR

E assim, você pensou nesse tema porque já conhecia, foi conhecimento prévio sobre o assunto?

24 SUJEITO

Sim, eu já conhecia ((RI)). Vinte anos de área jurídica ((RI)), não teve jeito né?

25 PESQUISADOR

Perfeito, muito obrigada!

APÊNDICE H - Protocolo Verbal Individual 006

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:27:43 min

Duração: 27min43seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (um livro e um artigo de periódico)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Bom, é assim, eu preciso que você verbalize tudo que você pensar, não precisa fazer mais rápido ou devagar do que você costuma fazer a indexação. É, e se você ler alguma parte específica, por favor leia alto.

LEITURA DO LIVRO:

2 SUJEITO

Então tudo bem, eu vou falando a medida que eu costumo fazer, e vou falando, certo?

3 PESQUISADOR

Isso, depois, se você quiser falar os termos que você anotou, ou pode falar tudo enquanto você anota, você que decide. Pode começar.

4 SUJEITO

Então, a primeira coisa que eu faço, eu já... Quando eu vou fazer a indexação, tudo em tratamento do livro, eu já olho o título [manual do planejamento patrimonial das relações afetivas e sucessórias], a primeira coisa que eu vou olhando, e o autor [Priscila Maria Pereira Corrêa da Fonseca] também, porque eu já vou me familiarizando {consulta todos os dados na capa} Já que a área que o autor domina... Daí na sequência, sempre gosto de ver aqui, o verso {mostra a contracapa do livro}, né? Para ver mais ou menos o que trata, porque normalmente, essa parte traz uma ideia do que trata, qual é o assunto principal do livro. Ou quais são os assuntos principais, né? É, daí eu faço a leitura... (~~~) {leitura da contracapa} Conforme eu vou lendo, independente das partes que eu considero importante, eu vou anotando os termos, vou fazendo um geral, vou colhendo os termos. {anota alguns termos da contracapa e capa} Eu costumo também, é, dar uma lida no prefácio, introdução, sumário, eu acho super importante, pra ver quais são os temas relacionados ao tema principal, o que ele vai relacionando, o que ela vai falar no livro? Ele vai tratar sobre o que? Aí eu to fazendo a análise. {leitura da primeira página do sumário} (->->->) {leitura da capa} (<-) {folheia o sumário todo} (->->->) Eu sei que essa autora, ela trata muito da ideia da questão do contrato comercial. Meio que ela é uma autora conhecida no assunto. {volta para a capa} (<-) Então eu sei que alguma coisa aqui dentro do livro vai tratar um pouco disso, dessa questão de “contrato”, “empresarial”, alguma coisa relacionada à “empresa”, tipo “acordo de

sócios”. {vai para a página 18 do sumário} (-) {olha a contracapa novamente e anota um termo} *É, então, depois que colho esses termos, eu relaciono, elenco os termos como se fossem os mais importantes, e os que mais representem o documento, daí eu pesquiso no nosso tesouro. Aqui no escritório, nós temos um tesouro, que foi desenvolvido pelas outras bibliotecárias que já atuaram aqui, entre elas a Andréia Gonçalves. Então, aí então, a partir desses termos, eu consulto no tesouro, uma vez que esses termos estão no tesouro, aí eu considero. Aí eu vou dentro do cadastro do campo assunto e eu considero esses assuntos. Por exemplo, vai que eu considere “empresa familiar”, o que não tem no nosso tesouro, mas ele é um termo que tá... Que é super atual, né? E ele também é importante pro âmbito de atuação dos assuntos aqui do escritório. Que a gente tem muito livro sobre “societário”, sobre “direito societário”, como eu falei no questionário. Então, uma vez que eu tava explicando, uma vez que eu não acho o termo no nosso tesouro, eu vou no vocabulário controlado do STJ, que é o confiável, aí tem lá? Que que eu faço, vou adotar? Sim, vale a pena? Quando, às vezes eu falo, tem no STJ, vou consultar outro, o STF também, o vocabulário, o tesouro deles. Daí eu vejo que tem nos dois, eu vou acrescentar no meu tesouro esses termos. Então assim, não é de qualquer lugar que eu adoto. Principalmente desses dois, dessas duas fontes. Então, é dessa forma, principalmente do livro, que eu costumo fazer a indexação. Tá? Então, uma coisa que eu acho super importante, uma coisa minha, também, a questão do tempo. É importante sim o tempo, porque quando você tem mais tempo, você pode detalhar mais, você pode ler mais, pode se envolver mais na leitura e fazer uma indexação mais apurada. O mais importante que isso, é a questão do conhecimento, da linguagem, da área que você está atuando, isso ajuda muito, e eu acredito que principalmente, esse conhecimento, ajuda muito no momento da indexação, que vai facilitar mais. Porque a linguagem jurídica é um pouco complexa, então assim, esse conhecimento vai facilitar bastante. Bom, então, essa parte do livro é assim. É dessa maneira que eu faço indexação.*

5 PESQUISADOR

Você poderia ler os termos que você anotou?

6 SUJEITO

*Claro, eu escolhi como termo importante, e que represente o livro, **direito patrimonial, direito de sucessão**, né, que ele faz essa relação, **união estável, empresa familiar e cônjuges**. É, “**direito patrimonial**” e “**direito de sucessão**”, eu até deixaria primeiro, porque são os mais importantes. E já os demais eu considero como termos mais secundários. Não deixam de ser importantes, mas se eu for, tipo, eu quero um livro tal, um documento que trate desse assunto, esses dois termos primeiros, eu considero os principais. Outra coisa também que me ajuda a fazer indexação, seja o que for, jurisprudência, doutrina, o que for, sabe “lide” {primeira parte de uma notícia} de jornalista, o que, para quê? Por exemplo, o documento trata, o que ele quer falar pra mim, esses tipos de pergunta ajudam você a indexar, porque você às vezes até constrói uma historinha. E isso faz com que você entenda o que o documento tá representando. Então isso é uma dica, uma técnica, sabe, pegar a “lide jornalística” e você usar para fazer indexação.*

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro):

7 PESQUISADOR

Então tá. Eu posso fazer umas perguntas? Qual foi a sua ideia inicial sobre o tema do livro?

8 SUJEITO

Sobre o tema, por exemplo, a autora quis trazer essa questão do / desse planejamento como você vai, como é que você vai se organizar dentro do seu “patrimônio”, dessa questão, junto com seu familiar. Porque ele tá falando dessa questão sucessória, aí aqui também eu vi, eu tenho um patrimônio, como eu atuaria em relação ao cônjuge, se eu morrer, e se meu cônjuge morrer, o que vai acontecer. Minha relação com o sócio, veio isso com a minha cabeça, como eu vou organizar o “patrimônio”, mas em relação à “família”. Nesse caso de “sucessão”, aí eu já pensei, já vem “testamento” na cabeça, porque já fiz muito isso. Como eu vou me organizar. Em relação à todos esses caminhos.

9 PESQUISADOR

E essa ideia inicial, você encontrou em alguma parte específica do livro?

10 SUJEITO

Sim, essa ideia inicial eu encontrei no sumário. E olha que eu não cheguei a ler o prefácio, que às vezes traz algumas ideias assim. Mas eu encontrei no sumário.

11 PESQUISADOR

E, você teve dificuldade em algum momento? Se sim, em qual parte?

12 SUJEITO

Dificuldade? Não, em princípio não. Assim não digo dificuldade, foi olhando, lendo, as partes que eu escolhi que eram importante. Daí ele foi me trazendo, o que era ideia importante e fui confirmando. Daí eu pensava, eu acho que vai tratar sobre isso, aí conforme eu fui lendo, aí eu fui confirmando o que eu imaginei que fosse. Eu não sei se foi alguma dificuldade.

13 PESQUISADOR

E você pensou em tal assunto porque? Você já conhecia sobre tal assunto, ou foi alguma parte específica que te guiou? Foi conhecimento prévio?

14 SUJEITO

Um pouco sim, porque, como eu falei, eu conheço um pouco da bibliografia da Priscila {refere-se à autora}, porque nós temos outros livros aqui. Quando eu li esse nome aqui, Priscila Fonseca, eu sabia que era sobre “direito empresarial”, alguma coisa assim com “empresa”, “direito comercial” né. Daí eu pensei, alguma coisa tem a ver com isso.

15 PESQUISADOR

Você topa indexar um artigo também?

LEITURA DO ARTIGO:**16 SUJEITO**

O artigo, eu sigo mais ou menos o mesmo padrão, né? Então vou ler o resumo, primeiro. Primeiro eu vou ler o resumo, leio o sumário, quando ele apresenta o sumário, e a introdução, uma parte dela, e depois eu vou lendo uns / sempre o início de capítulos, normalmente os primeiros. Os primeiros parágrafos sempre vão dar uma ideia geral do que trata o capítulo. Então para o artigo, eu costumo fazer dessa maneira. Então vamos lá. Aqui [prova documental eletrônica como objeto probatório no contexto do Processo Civil brasileiro] {lê o título do artigo} bem atual. (~~~) {leitura do resumo do artigo} (->->->) [Trata o presente artigo da análise do documento eletrônico como objeto probatório, tudo a partir da sua forma e força probante dentro do contexto do Processo Civil brasileiro]. {anota alguns termos do resumo do artigo} Embora aqui não tenha, por exemplo, aqui no artigo, mas quando tem, eles / mencionam artigo, eu sempre costumo colocar. Porque no momento da pesquisa, às vezes o advogado fala, eu quero algo que fala de acordo com o artigo tal. Um exemplo só, aí, eu acho importante, no momento da indexação, se tiver mencionando algum artigo, né? Eu sempre coloco, o artigo em si, em que Lei está se referindo, eu acho importante no momento da indexação. {volta para o resumo do artigo e depois folheia todo o artigo em busca de algum termo extra} Bom, terminei.

17 PESQUISADOR

Você poderia ler os termos que você anotou?

18 SUJEITO

*Eu considerei principalmente nesse documento, **prova documental, documento eletrônico**, “documento eletrônico” como principal, porque todo o artigo tá falando referente a ele. Depois de **prova documental, prova, ônus da prova**, e eu colocaria o / como termo secundário né, **internet**, porque aqui eu vi “WhatsApp” né? Algumas coisa que venha a comprovar alguma conversa que venha a se comprovar por meio de “WhatsApp”, dentro da internet, no meio mais social. Como a gente tá vendo muitos casos, de redes sociais que você tem que estar comprovando por meio dessas redes. O “CPC 2015” ou só “CPC” que eu colocaria. Mas assim, seriam esses termos que eu considero mais importante, “**documento eletrônico**”, “**prova documental**”, “**ônus da prova**”, e secundário, o termo “**internet**”. Esses seriam os meus termos escolhidos.*

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Artigo):

19 PESQUISADOR

Então tá bom. Eu vou fazer as mesmas perguntas que eu fiz do livro, tá? Quando você começou a leitura, qual foi sua ideia inicial do tema?

20 SUJEITO

Que ele estaria tratando sobre essa questão da “prova documental”. Que é um termo bem atual.

21 PESQUISADOR

Tá, e você encontrou essa ideia inicial em alguma parte específica do artigo?

22 SUJEITO

Ai, várias né? Em várias porque ele vem explicando. Principalmente aqui, no

capítulo sete vem [o direito da prova documental eletrônica], daí dá pra sanar bem essa questão.

23 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em alguma parte? Do artigo? Alguma parte específica?

24 SUJEITO

Bom, eu comecei a ir a introdução, daí eu senti necessidade de voltar para o resumo novamente, não achei que ficou tão claro. Daí eu fui p resumo, continuei na introdução e nas demais partes né? Que eu falei nos primeiros parágrafos de cada capítulo.

25 PESQUISADOR

E novamente a última pergunta, porque você pensou em tal assunto? Você já conhecia sobre, era conhecimento prévio? Ou você encontrou algo em alguma parte específica.

26 SUJEITO

Então, esse assunto de “prova documental” é bem simples mesmo. Por meio até dos clippings que eu faço diariamente, eu to vendo que é uma questão que tá bem atual, então quando eu bati o olho, aí veio várias coisas na minha cabeça. Fiz link de várias notícias que eu já li sobre isso. Então me veio isso, achei que ia tratar de “prova documental”, vai tratar de assuntos relacionados ao “WhatsApp”, à uma rede social, algum e-mail, e ter alguma coisa relacionada a isso.

27 PESQUISADOR

Perfeito. Obrigada.

APÊNDICE I - Protocolo Verbal Individual 007

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:23:10 min

Duração: 23min10seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (dois livros)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Tá bom. Eu preciso que você verbalize tudo que vier à sua cabeça. Tudo que você ler, e se você ler alguma parte específica do livro também. Eu vou interagir o mínimo possível com você, só vou fazer algumas perguntas quando necessário. Pode começar. Você tem preferência por livro pra indexar?

LEITURA DO LIVRO 001:

2 SUJEITO

*Eu trabalho mais com direito administrativo, mas tranquilo. Tá bom. [Manual do planejamento patrimonial das relações afetivas e sucessórias] {lê título na capa do livro} {folheia a falsa folha de rosto, anverso e verso da folha de rosto} Em geral, eu começo lendo bem o título, esse título pra mim não é muito significativo, então eu vou ler mais alguma coisa. Vou começar lendo o prefácio, depois eu vou ler também as orelhas. É que as orelhas, não tem aqui, só tem o verso do livro. {refere-se à contracapa} [O objetivo deste livro é proporcionar ao profissional do direito e a todos os demais interessados os recursos necessários para a elaboração de um correto e eficiente planejamento das relações afetivas e sucessórias. Daí por que a presente obra é resultado de um cuidadoso estudo dos temas que mais diretamente dizem respeito ao direito patrimonial dos cônjuges e companheiros. Reflete, ainda, o trabalho e a experiência da autora ao longo de diversas décadas de atuação nesse segmento do direito] {lê contracapa} Esse aqui é bem direito civil. Então, eu quase não trabalho com esse tema, isso aqui é “direito civil”, e entra dentro de “direito das sucessões”. Tá, então assim, a gente não tem quase nada no acervo sobre isso, então como não é o foco daqui da biblioteca, a gente trabalha sem especificar demais os termos... E eu também tô sem o computador aqui pra dar uma olhada / aqui tem direito de família e direito das sucessões. {dá uma breve olhada no prefácio e vai para o sumário} (~~~) [o panorama do direito patrimonial no âmbito do direito de família] E aqui a gente usa por base o vocabulário da Rede Rubi, então quando é um termo que eu não trabalho muito, eu busco os termo nos que eles têm na Rubi, porque a gente trabalha bem alinhado com os termos deles. Então como gente não tem um vocabulário próprio aqui, a gente acaba usando o deles. E a gente prefere também padronizar, muita gente da área jurídica tá usando Rubi. É, eu não lembro os termos de cabeça, então vou fazer em linguagem natural mesmo. {vai para a página 18 do sumário} [a empresa familiar e a governança corporativa, acordo de acionistas] **Direito das sucessões** {vai para o terceiro capítulo do livro} [os*

instrumentos práticos do planejamento das relações afetivas e sucessórias] {anota um termo e vai para uma rápida conferência no resto das páginas do sumário} É, como eu disse, é muito específico e pra gente não traria muita coisa né? Provavelmente quem trabalha com direito civil usaria mais termos pra representar esse livro.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro 001):

3 PESQUISADOR

Tudo bem, posso te fazer algumas perguntas? Quando você começou a leitura, você teve alguma ideia inicial sobre o tema?

4 SUJEITO

Hmm, não muito. Apesar que / lendo só o título não. Eu só consegui ter uma ideia melhor quando eu comecei a ler o sumário.

5 PESQUISADOR

A tá. Bom, já respondeu a segunda pergunta ((RI)). E você teve dificuldade em algum momento? Se sim, em qual parte do livro?

6 SUJEITO

Não, é mais mesmo porque como é um tema que a gente não trabalha muito, então a gente não detalha tanto, só os termos mais superficiais.

7 PESQUISADOR

E você pensou nesse assunto porque você já sabia sobre ele, já tinha conhecimento prévio sobre o assunto? Ou foi alguma parte do livro que te mostrou sobre o que era o livro?

8 SUJEITO

Como eu falei, foi o próprio sumário que me mostrou que era dentro de “direito sucessório” e “direito da família”.

9 PESQUISADOR

Tá bom, e você poderia ler os termos que você definiu pra esse livro, por favor?

10 SUJEITO

É, direitos das sucessões - Brasil, sucessões - planejamento - Brasil, herança - Brasil e direito de família - Brasil.

11 PESQUISADOR

Eu posso pedir pra você indexar outro material? Quer fazer com algum livro de vocês?

12 SUJEITO

Pode ser sim, eu aproveito porque eu tenho vários para indexar também ((RI)). Vou usar esse aqui.

LEITURA DO LIVRO 002:

13 PESQUISADOR

Então tá, gostaria que você fizesse da mesma forma que fez o livro anterior.

14 SUJEITO

*Tá bom. [Previdência do servidor público Reformas e perspectivas] {lê título} (->->->)
[O livro analisa as reformas da Previdência Social do Servidor Público cujas regras vêm sendo sistematicamente modificadas pelo Governo, por meio de Emendas Constitucionais e normas infraconstitucionais focadas na convergência dos regimes do setor público e do setor privado, para viabilizar a implantação do regime de Previdência Complementar] {lê contracapa do livro} (->->->) [previdência abordagem conceitual e histórica... o papel do Estado... previdência do servidor público e reformas] {lê diversos trechos do sumário, que possui apenas duas páginas e anota vários termos}. Pronto, terminei.*

15 PESQUISADOR

Eu posso fazer as mesmas perguntas do primeiro livro?

16 SUJEITO

Pode.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro 002):**17 PESQUISADOR**

Quando você começou a leitura do livro, qual foi sua ideia inicial do tema?

18 SUJEITO

Já tinha certeza, pelo título, que era sobre “previdência social”.

19 PESQUISADOR

Tá, e você encontrou essa ideia no título, em que parte?

20 SUJEITO

Foi no título na capa, e depois confirmei com o sumário.

21 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em algum momento?

22 SUJEITO

((RI)) Não.

23 PESQUISADOR

E você pensou nesse assunto porque? Já conhecia sobre, ou foi alguma parte específica que te indicou?

24 SUJEITO

Não, eu já sabia sobre o tema mesmo.

25 PESQUISADOR

Você poderia ler os termos que você escolheu?

26 SUJEITO

*Tá, eu escolhi **previdência social - Brasil, servidor público - Brasil, Reforma da previdência - história - Brasil, Previdência social - história - Brasil, benefício previdenciário - Brasil, contribuição - beneficiário** / esse mesmo, eu tive que ir até o capítulo pra achar, tive que olhar em algumas partes do capítulo pra saber se era mesmo sobre isso que tava falando.*

27 PESQUISADOR

Mesmo quando você sabe bem sobre o assunto, você costuma olhar outras partes do livro? Tipo orelha e prefácio?

28 SUJEITO

Só quando o sumário não fala muita coisa, eu trabalho com as outras partes / a orelha, e prefácio, até introdução.

29 PESQUISADOR

Tá bom, perfeito. Obrigada.

APÊNDICE J - Protocolo Verbal Individual 008

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecário jurídico

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:32:05 min

Duração: 32min05seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (dois livros)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Então, eu preciso que você faça a indexação da forma que você sempre faz. Queria pedir pra você ler tudo e pensar em voz alta. Pode começar, eu trouxe 4 livros de tributário pra você escolher. Assim, eu vou tomar nota também, e vou falar o mínimo possível. Mas pode falar comigo ((R)).

LEITURA DO LIVRO 001:

2 SUJEITO

Tá, eu acho que a gente tem que analisar direitinho, olhar direito, não colocar palavras repetitivas, eu acho que além da indexação, a própria catalogação em si tem que tá completar. Senão, fica vago a informação né? [...] Bom, então, eu começo particularmente, eu costumo ver o índice / lógico, se tá no índice, tá no corpo, mas eu sempre dou uma olhada. Daí um exemplo que eu coloquei ontem, coloquei lá o assunto "tributário" como palavra-chave. Aí assim, eu dou uma olhadinha, veja que é realmente de importância me coloco no lugar da pessoa que tá respondendo a pesquisa. Daí eu vou colocando as informações. Daí você quer que faça como?

3 PESQUISADOR

Pode fazer do jeito que você faria a indexação mesmo, sem catalogação. Como você escolheria as palavras-chave para colocar no sistema. Pode anotar aí nesse bloquinho, os assuntos,

4 SUJEITO

[Infrações tributárias e delitos fiscais] {lê a capa, dá uma olhada geral na folha de rosto, índice e folheia o livro todo sem pressa}. Vou dar uma olhada rápida aqui no índice. [teoria geral das infrações, o debate disciplinar, o tema da autonomia, infrações tributárias] (~~~) {leitura de algumas partes do índices} ... [direito penal tributário, sanções... da ordem jurídica tributária] {leitura da segunda e terceira páginas do sumário} Bom, acabei. [...]

5 PESQUISADOR

Você poderia ler os termos que você escolheu?

6 SUJEITO

Direito tributário penal, Infração, coloquei Sanção, autonomia, infrações tributárias, penalidades pecuniárias, tipicidade, anistia fiscal, reprovação social, sanções penas / tem “sanção” aqui, mas coloquei mais coisa, remissão fiscal, multas, e crimes, e ordem tributária / quando a gente tá indexando no sistema, pode ficar muito grande, então ele remete “crimes - ordem tributária”, daí quando faz a busca ele já remete direto.

7 PESQUISADOR

Que sistema vocês usam lá?

8 SUJEITO

O BNWEB. Ele já coloca tudo, capa, sumário [...] {fala sobre o sistema e o processo de circulação de materiais}.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro 001):

9 PESQUISADOR

Eu vou fazer algumas perguntas sobre esse livro, são quatro. Quando você começou a leitura desse livro, qual foi sua ideia inicial sobre o tema? Logo que você deu aquela primeira olhada geral.

10 SUJEITO

Já pensei que era sobre “infrações tributárias”, ele falando sobre o “crime tributário”, os “delitos” que os “contribuintes” podem causar...

11 PESQUISADOR

E essa ideia inicial, você encontrou em que parte do livro? Que você teve essa ideia inicial?

12 SUJEITO

Ele se encaixa, referente às “infrações tributárias”, tirei essas informações do título. Esse livro, principalmente no escritório, a gente usava bastante esse tema.

13 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em algum momento? Esse livro foi mais difícil?

14 SUJEITO

Não, foi tranquilo.

15 PESQUISADOR

Você pensou nesse assunto porque você já conhecia sobre? Foi conhecimento prévio, ou foi alguma parte do livro que te indicou a ideia principal do livro?

16 SUJEITO

Acho que, pelo fato de fazer pesquisas sobre o assunto me veio o livro em mente.

17 PESQUISADOR

Perfeito, beleza. Tá, esse é o primeiro livro. Tem mais um pra fazer. Pode escolher um desses outros três que eu trouxe de “tributário”.

LEITURA DO LIVRO 002:

18 SUJEITO

[...] *Então tá, aí, eu vou dar uma olhada na capa [parcelamento tributário] (~~~) {lê título na capa} Vou aqui pra folha / pra ficha catalográfica, dou só uma olhadinha, depois vou pra folha de rosto [entre vontade e legalidade] (~~~) {lê subtítulo do livro}. (...)* Vou ver algumas partes do sumário. Eu sempre olho. [parcelamento tributário, legalidade tributária, papel, manifestação de vontade do sujeito passivo na instituição da obrigação tributária, efeitos da confissão irrevogável e irretroatável do débito parcelado, parcelamento e desistência dos processos administrativo e judicial e renúncia ao direito em que eles se fundamentam] (->->->) {leitura de partes dos capítulos principais apresentados no sumários}. (...) *Aqui, um exemplo aqui, tem “vícios na confissão”, eu coloquei “vícios-confissão”, porque onde eu trabalhava, e quando eu penso em outros bibliotecários, não é / é muito de cada um colocar “de”, “na”, “no”, assim, é melhor colocar direito. Aqui eu já fechei também.*

19 PESQUISADOR

Beleza, você poderia ler os termos que você escolheu?

20 SUJEITO

Eu coloquei “vícios-confissão”, “parcelamento tributário”, “Refis da crise”, “moratório”, “transação”, “recuperação fiscal”, “legalidade tributária”, “obrigação tributária”, é... “confissão irrevogável”, “débito parcelado”, irrevogabilidade, irretroatabilidade e inafastabilidade” e / “inadmissibilidade” e “impugnação judicial”.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro 002):

21 PESQUISADOR

Então tá. Eu vou fazer as mesmas perguntas que eu fiz sobre o primeiro livro. É, quando você começou a leitura desse livro, qual foi sua ideia inicial sobre o livro?

22 SUJEITO

A ideia inicial foi que ele fala de “parcelamento tributário”, o que que a gente pode fazer pra “parcelar seus tributos referente à fazenda”.

23 PESQUISADOR

E essa ideia, você tirou de qual parte do livro?

24 SUJEITO

É, também, da busca né, mas foi do título também.

25 PESQUISADOR

E você teve alguma dificuldade? Ou foi um livro mais fácil?

26 SUJEITO

Não, um livro também que os advogados procurariam bastante.

27 PESQUISADOR

E você já conhecia sobre o assunto? Ou foi alguma parte específica do livro que te guiou? Foi conhecimento prévio?

28 SUJEITO

Assim, por fazer muita pesquisa na área, às vezes a gente faz a pesquisa, deixa tudo certinho, porque muitos deles gostam de mão beijada ((RM)) então, pela palavra-chave, assunto, no fato também da “obrigação tributária”, do sujeito fazer ou não, acho que foi conhecimento prévio mesmo. Conheço bem desse assunto.

29 PESQUISADOR

Perfeito então. Obrigada.

APÊNDICE K - Protocolo Verbal Individual 009

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:30:01 min

Término: 0:30:01 min

Duração: 30min01seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (um livro e um artigo de periódico)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Bom, eu preciso que você faça a indexação da forma que você sempre faz, sem ser mais rápido ou mais devagar, e preciso que você verbalize tudo que pensa e lê, ok? Tem esses livros aqui pra você escolher e esse artigo também. Preciso que você escolha dois. Dois no total.

LEITURA DO ARTIGO:

2 SUJEITO

*Bom, eu vou fazer primeiro esse aqui, o artigo. Eu li o título, e depois eu fui pro resumo que ele dá, que são as palavras-chave que eles dão, mas que muitas vezes não foi um bibliotecário que fez, muitas vezes foi os autores que escolheram, ou a editora [Thomson Reuters], mas que pra iniciar a indexação eu acho importante você ter uma visão né? Depois eu dou uma lida na introdução, porque aqui tem uma introdução né? Porque a revista "RT", ela é bem dividida né? Tem editoras que não tem né? Informações legais pra gente se basear e escrever. Então eu vou ler o título né? [Prova documental eletrônica como objeto probatório no contexto do Processo Civil brasileiro] {leitura do título} (->->), então eu vou escolher **prova**, como assunto, é, e depois eu posso escolher o **documento eletrônico**, isso avaliando o título né? Esquecendo as outras palavras, pelo título. E o **processo civil brasileiro**. E ainda também posso por "**direito**" né? **Direito civil, ônus da prova**, como palavra-chave também. E não necessariamente, a gente aprende, não precisa ler o artigo todo né? A gente vai vendo os subtítulos que tem dentro do documento né? Que tem "ônus da prova", daí eu pego coloco como uma ideia. Como eu já coloquei antes "ônus da prova" como assunto, o terceiro, **fatos que independem da prova**, não é necessário, eu acho. Pelo meu conhecimento na área jurídica, "prova documental" é um assunto legal também, de repetir. O item cinco, aí vou vendo os subtítulos bonitinho dentro do / pra ficar bem feito a indexação dele. Uma palavra-chave que eu acho legal é "documento eletrônico", se você tem controle de vocabulário controlado dentro da sua instituição, você pode também se basear nele. Acho que isso aqui / posso citar o que eu acho importante citar, dentro da área jurídica, dentro do meu universo, dentro da instituição que eu atuo, dos advogados que atuam, os artigos. Que são interessantes dentro do jurídico, dentro da área jurídica. Por exemplo, aqui ta falando do artigo 441, então, esse artigo dentro do Código de Processo Civil que mudou em 2015. Então se é dentro, as vezes eu cito uns artigos importantes que eles procuram. Por exemplo, dentro do Código de*

Processo Civil, algum artigo que chama atenção. Se cita se tem dentro, se tem alguma jurisprudência importante, coloco a jurisprudência citada.... A bibliografia também, as vezes eu dou uma olhada em alguma coisa que chama atenção. E é isso.

3 PESQUISADOR

Perfeito, posso fazer algumas perguntas sobre essa indexação?

4 SUJEITO

((RI)).

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Artigo):

5 PESQUISADOR

Quando você começou a leitura desse artigo, você teve uma ideia inicial do que se tratava? Assim, você conseguiu ter uma ideia inicial pelas primeiras partes ou você teve que procurar muito?

6 SUJEITO

Não, eu já tive uma ideia. Porque ele já traz as palavras-chave, e o meu conhecimento prévio dentro da área né? Que esse “documento eletrônico” dentro da área, tem-se falado muito, no Código de Processo Civil...

7 PESQUISADOR

E assim, essa ideia específica, você teve por qual parte? Você meio que já falou um pouco sobre isso...

8 SUJEITO

É bem mais pelo título e pelo resuminho, que eu não cheguei a ler todinho, mas pela área de atuação, ó, [área do direito, civil processual]. Ele falou já, e pelas palavras-chave principais, em duas línguas até. Teve uma introdução também.

9 PESQUISADOR

Legal, e você teve dificuldade em algum momento? Ou foi um artigo tranquilo?

10 SUJEITO

É, ele é tranquilo, eu acho que é tranquilo, porque é um assunto que tá sendo bem comentado no meio jurídico atualmente, em eventos... (...).

11 PESQUISADOR

Legal, e você já sabia, já conhecia sobre o assunto? Foi conhecimento prévio, ou você encontrou as informações principais em alguma parte específica do livro?

12 SUJEITO

Não, porque a “prova”, dentro da área “penal” é muito falada. Eu faço muita pesquisa de “prova” no “direito penal”. “processo penal”, pra eles. E na área, porque o advogado penal precisa de muita prova pra documentar e fundamentar, então não só pra “direito penal”, pra várias áreas precisa de “prova”, ferrada pra você responder e provar que tá certo e defender seu cliente. E, “documental eletrônica” tá

muito em voga esse assunto “documento eletrônico” hoje em dia. Até o “WhatsApp”, que os advogados estão recebendo os “trabalhista” e informes dos tribunais, pra marcar audiência e essas coisas. E marcar tudo então, essa parte eletrônica tá muito em evidência.

13 PESQUISADOR

Beleza então, você já tinha conhecimento prévio. Então tá, vamos para o livro agora. Daí você faz o mesmo procedimento tá? Sempre falando alto.

LEITURA DO LIVRO:

14 SUJEITO

*{olha capa, orelha e contracapa do livro rapidamente} Esse livro da Priscila, ela é uma das autoras clássicas do “direito de família”, ela é muito boa, bem conhecida. Os advogados da área de família conhecem bem ela. Eu fiz um trabalho lá, de tempos e tempos, e eles pediram material sobre esse assunto, “**planejamento patrimonial**”, um assunto que parece meio novo, agora dentro dessa área, pra eles de “direito de família”. Chama [manual de direito patrimonial das relações afetivas e sucessórias], que é dentro de “sucessão”, “sucessão familiar”. Eu li o título primeiro, muitas vezes eu gosto de ler a biografia da autora, sabe? Aí fala na orelha do livro, ó, que ela é muito boa, ela é Doutora, na USP, onde ela dá aula. Faz parte da Câmara de arbitragem. Aí, eu gosto de ver as palavras-chave dentro da ficha catalográfica. Também pra, como em um artigo de periódico, ó, fala de **bens de família, direito civil, direito das sucessões, a herança, sucessão, planejamento patrimonial**, então eu gosto de dar uma visão antes de continuar correndo. Aí eu gosto de ler o sumário do livro, e ver os principais pontos. Como pra indexar, você não pode ler tudo e colocar tudo de palavra-chave, então você vai vendo os temas. Ela começa discorrendo sobre o [panorama do direito patrimonial da família] né? Essas famílias, que tem de grana, e como vai dividir isso, porque é “sucessões”, com quem vai ficar, no restante da família após morte, dentro do direito. Que é um assunto bem / Aqui fala da **união estável**, que são palavras-chave pra área, que é um serviço bem **família**, fala muito de **união estável, divórcio, casamento**, esse principal que é o **planejamento patrimonial, sucessão, regime de bens**, aqui, fala bastante coisa dentro da **sucessão** quando **hereditária**, quando morre alguém da família, com quem fica a herança? Fala do **divórcio** também, já li muitos livros sobre isso, que antigamente não existia. Fala muito de **inventário e partilha** aqui né? Esse livro é bem recente, eu olho a data. {consulta a data na ficha catalográfica} Muitas vezes quando eu pego o livro eu gosto de contextualizar a legislação. Ele mudou em 2002. Se eu pego um livro antes de 2002, eu presto atenção no tipo de indexação que eu vou fazer. Daí eu penso no que eu vou colocar de palavra-chave antes do Código Civil. Pro advogado não se confundir. Esse aqui, 2018, então, é bem recente, de acordo com o Novo CPC, que é de 2015, que às vezes se misturam os direitos. (...) {folheia o livro} E muitas vezes, eu gosto de ler as críticas que vem aqui atrás, {refere-se à contracapa do livro} autores, é... de outros pesquisadores na área, que já tem “direito de família”, que vão criticar ou sugerir pra comprar o livro. Gosto de ver, quais os livros a pessoa escreveu, qual o livro, que já escreveu, gosto de ler a bibliografia. Que eu aprendi que é importante ler. É legal ler os autores que a autora usou, em que autores ele se baseou. Olha esse aqui, “Cordeiro de Menezes”, clássico clássico da [boa fé no direito civil] ó. Da Almedina. Então ela*

usou bastante autor conhecido. Muito importante isso, quem baseou pra escrever o livro. “Orlando Gomes” [Contratos], nossa, esse aqui é um clássico. (...). Então acho bem legal a gente olhar por um todo a obra, quando você vai indexar. Se a gente tivesse sempre tempo pra olhar dessa fora, você levaria, depende do livro, eu imagino, uns 15 minutos (...).

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro):

15 PESQUISADOR

Então tá, eu vou fazer as mesmas perguntas que eu fiz do livro. Quando você começou a leitura do livro, você teve a ideia inicial desse tema?

16 SUJEITO

*Sim, que é de **direito de família** dentro de **sucessão**.*

17 PESQUISADOR

Tá, essa parte, você encontrou dentro de alguma parte específica do livro?

18 SUJEITO

Acho que no título e pelo conhecimento prévio da autora ((FM)), que foi por onde eu comecei. Que essa autora escreve bastante sobre isso, conheço bem os livros dela.

19 PESQUISADOR

Tá, E você teve dificuldade em algum momento? Ou foi tranquilo esse livro?

20 SUJEITO

Não, foi tranquilo. (...)

21 PESQUISADOR

E você pensou nesse assunto porque você tinha conhecimento prévio sobre? Ou foi alguma parte do livro que te guiou?

22 SUJEITO

Não, já conhecia sobre o assunto, eu trabalhei bastante com isso, e recentemente.

23 PESQUISADOR

Tá bom então, obrigada.

APÊNDICE L - Protocolo Verbal Individual 010

Caracterização do sujeito da pesquisa: Bibliotecária jurídica

Tema da pesquisa: Análise de assuntos para indexação de doutrina em biblioteca de escritório de advogados

Início: 0:00:00 min

Término: 0:37:10 min

Duração: 37min10seg

Fonte de informação utilizada: Doutrina (dois livros)

Formulário utilizado: questionário e pesquisa Assistida

Campo de pesquisa: Humanas (direito)

Pesquisadora: Daniela Majorie Akama dos Reis

1 PESQUISADOR

Tá, eu quero que você faça a indexação da forma como você sempre faz, sem demorar mais, fazendo sempre no seu tempo. Queria que você falasse tudo que você pensa em voz alta. Vou interagir o mínimo possível com voce, mas voce pode me perguntar qualquer coisa quando precisar. Tá bom, e assim, p que eu quero saber, é isso, como você faz a indexação, que partes você pesquisa, e se você pensar algo fale tudo alto. Por favor. Pode começar. Tem gente que gosta de anotar, pode usar esse bloquinho aqui.

LEITURA DO LIVRO 001:

2 SUJEITO

*Então, o que que eu faço, eu começo primeiro, eu vou dando uma olhadinha no sumário, tá? Eu leio o sumário com calma, e dentro do sumário já, eu vou pegando algumas palavras-chave. Que vão me remeter a esse assunto aqui, que é [curso de direito tributário] {lê título} a **Constituição** e o **Código Tributário Nacional**. Então eu vou começar assim, eu vou lendo, aí eu pego, eu dou uma lida também na apresentação do livro, que eu acho interessante, notas, também dou uma lida, mas eu sempre leio a nota à última edição, não as notas das edições anteriores não. Tá? E é assim que eu começo, mas além disso, eu gosto também, além de ler o sumário, eu dou uma passada de olho por cima do livro e que eu vou fazendo, vou anotando. Tá? Vou anotando, porque às vezes dentro de ó conceito de tributação {lê trecho do sumário}, quer dizer, se eu jogar só **tributação**, vai ficar uma coisa bem... genérica né? Então, eu dou uma olhada assim, demora um pouco né? Coloco por parte, vou lendo o sumário pelas partes. **Fundamentos do direito tributário**, ó, como aqui, a tributação dos direitos fundamentais. Daí eu dou uma olhadinha pra ver se tem alguma coisa que eu posso usar aqui. Tá? Mas como eu te falei, bem assim por cima, que não dá pra você parar e ler o livro inteiro. Porque você nem tem tempo de fazer tudo isso. Vou dando uma olhada bem geral. Aí vai indo. **Conceito de tributação**. Aí eu dou uma olhada, às vezes eu fico com o **Código** {refere-se ao Código Civil}, porque às vezes ele dá o artigo referente à isso aqui. (...) Porque se eu colocar só **tributação**, vai ficar muito jogado. **Conceito de tributação**, fecha mais o assunto. Eu posso colocar, artigo 650, mas daí eu dou uma olhada no Código, pra ver se é isso mesmo. (...) **Tributação e direitos fundamentais**. {faz leitura de várias do sumário}. Porque normalmente isso aqui, vai ter livro que fala mais sobre isso, então, [histórico, administração]. Vou colocar aqui, ó, **fontes do***

direito tributário {vai para a página 47 do livro}. Ó, que as [fontes são, constituição, e assuntos legislativos, **lei complementar**] porque eles sempre pedem um assunto específico, querem tudo de lei complementar, isso aqui (->) eu daí eu vou colocar tudo de **lei complementar**. Conceito de **lei ordinária... medida provisória** / porque aí esses assuntos aqui, tão virados pro / voltados pro direito tributário / porque daí também tem aquela parte constitucional também. E eles pedirem, mas normalmente, **medida provisória**... Não posso colocar tudo, **decreto legislativo**, resolução. Eu não posso me prender muito nisso aqui, porque pra frente vai ter muita coisa mais interessante ainda. **Atos administrativos, decretos** / Isso aqui eu sempre coloco, **[o sistema constitucional tributário]**, porque daí eles também pedem. Aí, pensando bem, uma das coisas que eu sempre faço também, é o tema maior da parte né? {se refere à parte principal no sumário} Aí dentro dele eu vou olhando, **[Sistema Tributário Nacional], competência tributária**. (<-<-<-) (~~~) **[artigo 149]**, que fala de **contribuições**, isso aqui também, **[extrafiscalidade]**. / Tem um aqui **[limitações do poder de tributar]**... (~~~) Agora, uma coisa, uma coisa que eu nunca deixo de colocar também, aqui o **CTN** e suas normas gerais, eu não coloco assim. Acabo colocando / o que vou pegando mesmo é a parte de **obrigação tributária**, porque pegando isso, eu pego o restante que tem aqui no capítulo. **Fato gerador**, porque isso é uma coisa muito ampla, temos “fato gerador” no “Imposto de Renda”, então eu coloco, mas, às vezes eu acho que fica meio jogado. Né? **Capacidade contributiva**. (~~~) Ó, **[moratória]**, {vai para a página 266 do livro} tem “direito”... já vai estar mais em “normas de direito tributário” / aí eu fico na dúvida, se eu coloco **artigo 152 a 155 do CTN**. {vai para a próxima página do sumário} Não, não vou colocar não. Porque quando for fazer a pesquisa, também, se o sumário já tiver digitalizado, ele também vai entrar, então eu acabo colocando assim, não o que eu acho, mas o que a gente tem uma noção de que eles usam na pesquisa. Eles sempre pedem mais ou menos a mesma coisa. Tento sempre pegar o foco daqui, pra se acaso ele precisar, já vai pesquisar direto, se ele fizer só pela palavra-chave. Ele vai conseguir, mas se ele fizer pelo geral, também vai ficar uma coisa imensa. Ficar o tempo inteiro fazendo isso, aí não dá né? / Aqui, **[suspeição de credibilidade do crédito tributário]**, eu quando / eu coloco **suspeição da exigibilidade**, depois coloco **crédito tributário**, daí eles podem achar os dois. A **extinção** também. Agora isso aqui não pode deixar ó, **[compensação, prescrição, decadência, decisão administrativa]**... o que pede mais acaba sendo outras coisas. (....) Quer dizer, eu tento pensar o que eles costumam pedir mais nas pesquisas, aí, **administração tributária**, agora **[tributos em espécie]**, eu fico sempre em dúvida. Porque tem livros que vão falar de vários impostos diferentes, todo livro de “direito tributário” vai falar sobre isso aqui, mas isso a gente já sabe né? ((RI)) Eu costumo colocar todos os impostos, porque vai que ele quer alguma coisa específica sobre isso. (....) Gosto de dar uma olhadinha no índice remissivo, dou uma olhadinha também, porque vai que deixei passar alguma coisa. Então dou uma olhada nele. Porque, que aí você vai ver, ó, se eu jogar assim, “capacidade contributiva”, você vê que quando você for fazer a pesquisa, vão aparecer várias páginas, daí se você manda muita coisa picada, já sabe o que que acontece. Porque eu não sei, quando eu faço a pesquisa, eu já mando tudo mastigado, mando tudo com o post-it, um monte de post-it, porque costuma mandar o livro inteiro, mas eu, não sei porque, sempre foi assim. (....) Mas eu costumo fazer assim.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro 001):

3 PESQUISADOR

Ok, então eu vou te fazer uma perguntas, sobre esse primeiro livro. Quando você começou a leitura desse livro, você já teve alguma ideia inicial sobre o tema? Ou você teve que procurar muito?

4 SUJEITO

Já sabia sim, mais ou menos o tema, sobre direito tributário.

5 PESQUISADOR

Tá, e você encontrou essa ideia inicial em alguma parte especifica do livro?

6 SUJEITO

Olha, além do título, eu dou uma olhadinha na ficha também, porque às vezes acontece de você pegar um livro, aí não conhece sobre o assunto, aí a gente pesquisa. Tem muita coisa que eu faço, que se eu não sei sobre o assunto, eu vou pesquisar. Eu nem sei se existe mais isso, a Enciclopédia Saraiva de Direito, é antiga, eu nem procurava no Google não, procurava direto nela. Então, eu sou muito curiosa nessa parte, eu pegava o livro, eu precisava entender. Dependendo do assunto, se eu não entendo, eu sempre ia atrás do advogado e pedia pra ele explicar. Aí vai disso também, eu sempre pergunto quando não sei.

7 PESQUISADOR

Aqui a gente usa glossário ou Google. ((R1)) E você teve dificuldade em algum momento? Ou foi tranquilo esse livro?

8 SUJEITO

Esse aqui foi tranquilo porque eu to acostumada com o assunto dele. ((RM)) Mas às vezes surge uns difíceis sim, daí tem que ler umas partes mesmo. (....)

9 PESQUISADOR

E a última pergunta, você já conhecia sobre o assunto? Ou você procurou sobre o tema em alguma parte especifica do livro?

10 SUJEITO

Não, já conhecia o assunto sim, trabalhei muito tempo com isso.

11 PESQUISADOR

Perfeito então, sobre esse livro era isso mesmo. Pode ir para o próximo, pode fazer do seu jeito, igual o outro.

LEITURA DO LIVRO 002:**12 SUJEITO**

Esse aqui / são vários autores, a coisa complica um pouco. Vou pegar o sumário. [acionista controlador] {informação retirada do título}, [diminuição de valores e incorporação de contingências], na página 17. Como eu vou indexar isso aqui, porque são vários autores. Daí como eu faria, o livro, dou uma olhada num todo do livro, pegando simplesmente as palavras-chave do título, como um todo, tá? E

depois, eu faria capítulo por capítulo, daí, dentro de cada capítulo / [**sigilo bancário**], daí eu dou uma olhada dentro do livro / página 29, porque além do “sigilo do bancário”, que que ele fala mais? [processo sancionador da CVM] (~~~) Vou ter que dar uma olhadinha aqui na primeira aqui... [refere-se ao primeiro capítulo do livro] Ó, eu já colocaria também a **lei 6385 de 76**... Porque, olha aqui, [atuação sancionadora da CVM] ela tá nessa lei, pra indexar junto com essa lei também. Aí como eu vou colocar ela toda, não vou colocar os artigo não, não precisa (....) Porque já coloquei a lei inteira, então não vou colocar mais nada não. (~~~) Dependendo, aqui ele tá falando de uma [**ação cautelar n. 83**]. às vezes tá falando em algum artigo muito sobre alguma “ação cautelar”, daí eles pedem pra você, eles pedem alguma coisa sobre tal ação cautelar. Mas às vezes, dependendo se você vê que tá aparecendo muito aquele assunto, aquela “ação cautelar”, eu também vou indexar ela também... Ó, então é isso aqui, não tem muita coisa que eu colocaria. Colocaria **sigilo bancário, processo sancionador, CVM, a lei**, não vou colocar essa “medida cautelar”. Porque ele não tá falando bem, tá falando mesmo aqui sobre “sigilo bancário” e “CVM”. Que ele tá falando aqui. Ó, agora esse aqui, [assembléia geral e conflitos societários]. Vou ver se tem mais alguma coisa {folheia o resto do sumário} (~~~) Aqui tem **solução de conflitos**, e dando uma olhada aqui, tem **solução de controvérsias societárias**, que vai ser em relacionado com esse aqui. E pode pedir **solução de controvérsias societárias**. Você pode fazer uma remissiva sobre os assuntos. Não dá pra saber como eles vão pedir. Você precisa de uma maneira, de um jeito ou do outro, o assunto é o mesmo, mas os termos vão ser diferentes. Daí você tem como achar. (<-<-<-) {revisa o sumário desde o início} Aqui, ele tá falando muito de alguns artigos, da “**Lei das S.A.**”, então é bom dar uma olhadinha, anotar os artigos, “artigo 120”... Ó, a partir do “121” pelo que vi aqui. Até o “125”, “132”, é muito artigo pra você olhar.... (~~~) Eu vou anotar do **artigo 121 ao 126** {refere-se à Lei das S.A.}. Daí, o que eu faria... **artigo 129**, eu ia dar uma olhadinha nesses artigos (....) Daí eu colocaria esses artigos, que chegarem mais perto desse assunto aqui. Esse aqui demora mais tempo. Agora olha quantos autores são. Tem que fazer capítulo por capítulo para não perder nada.

13 PESQUISADOR

Para fazer uma indexação do livro em geral, sem ser dos capítulos, um por um, como você faria?

14 SUJEITO

Eu iria pelo sumário. Eu ia pegando as palavras mais relevantes dentro de cada um, seu eu olhar o livro inteiro, daí eu vou colocar **sigilo bancário**, essa aqui, ó, **solução de conflitos societários**, que é o assunto principal. Esse aqui, eu colocaria, quer ver, **processo administrativo sancionador**, ó, **processo sancionador**, também colocaria. Aqui não tem como ó, [**acionista controlador, abuso de poder de controle**], eu colocaria isso aí, **acionista controlador, abuso de poder de controle**. Aqui ó, [**quantia certa, devedor solvente, também class action**]. Colocaria **CADE** também e **desconsideração da personalidade jurídica**. Mas é aquela coisa, tem que ir colocando no sistema para não repetir de novo. Tudo isso aqui é simplesmente o que, o “artigo da Lei das S.A.”. (....). Mas eu faria isso mesmo, uma representação mais geral do livro, para então seguir para os capítulos. A maioria dos capítulos deste livro são sobre “**resolução de conflitos**”. Então você não perde nada. (....). “Artigo 485”, o que que é? {folheia o livro em busca do

conceito} (~~~). É “**direito de retirada**”. Mas aí, na dúvida... Aí eu colocaria isso mesmo. É bom colocar, no geralzão. Bom, acabei.

ENTREVISTA RETROSPECTIVA (Livro 002):

15 PESQUISADOR

Ok, vou fazer as mesmas perguntas. Que fiz do primeiro. Quando você começou a leitura desse livro, você teve uma ideia inicial do assunto principal?

16 SUJEITO

Não. Eu tive que olhar várias partes.

17 PESQUISADOR

Você teve que procurar em qual parte do livro para ter essa ideia inicial?

18 SUJEITO

Eu procurei aqui, nessa lei {Lei das S.A}, além do sumário, e os capítulos que eu precisei olhar também. Mas eu preciso olhar na lei, os artigos.

19 PESQUISADOR

E você teve dificuldade em algum momento?

20 SUJEITO

Tive sim. Exatamente por isso, como o livro ele tem vários autores, vários capítulos, a coisa fica muito abrangente. Muito assunto, bem amplo. Cada um fala uma coisa completamente diferente, mas que tá nessa lei (...).

21 PESQUISADOR

E você já conhecia sobre esse assunto? Já tinha conhecimento prévio?

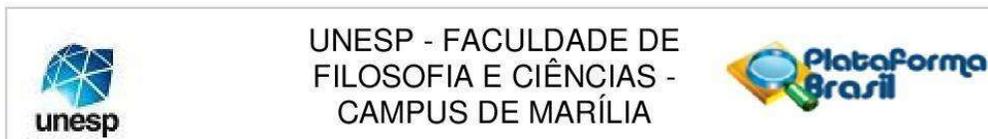
22 SUJEITO

Já sim, a dificuldade maior foi mais com a quantidade de assuntos mesmo.

23 PESQUISADOR

Perfeito, muito obrigada.

ANEXO A - Parecer CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A análise de assunto de livros da área jurídica: um estudo realizado a partir de aspectos semióticos observados durante a leitura

Pesquisador: DANIELA MAJORIE AKAMA DOS REIS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91851318.5.0000.5406

Instituição Proponente: Faculdade de Filosofia e Ciências/ UNESP - Campus de Marília

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.782.733

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de modo adequado.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos da pesquisa estão claros e bem definidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem elaborada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados corretamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP da FFC da UNESP de MARÍLIA, em 24/07/2018, após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções 466/2012, 510/2016 e complementares, bem como ter aprovado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como também todos os anexos incluídos na pesquisa, resolve APROVAR o projeto de

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737

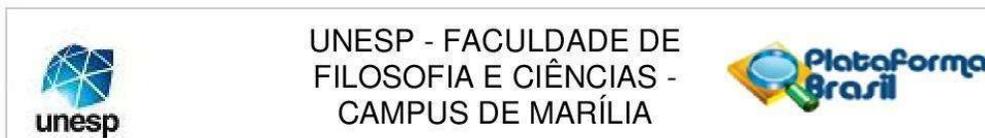
Bairro: Campus Universitário

UF: SP **Município:** MARILIA

Telefone: (14)3402-1346

CEP: 17.525-900

E-mail: cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 2.782.733

pesquisa A análise de assunto de livros da área jurídica: um estudo realizado a partir de aspectos semióticos observados durante a leitura

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1137596.pdf	18/06/2018 16:52:35		Aceito
Cronograma	Daniela_CRONOGRAMA.doc	18/06/2018 16:51:57	DANIELA MAJORIE AKAMA DOS REIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_EM_ANDAMENTO.docx	25/05/2018 14:03:33	DANIELA MAJORIE AKAMA DOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO.docx	25/05/2018 14:03:16	DANIELA MAJORIE AKAMA DOS REIS	Aceito
Folha de Rosto	DanielaMAReis.pdf	25/05/2018 13:52:28	DANIELA MAJORIE AKAMA DOS REIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARILIA, 24 de Julho de 2018

Assinado por:
CRISTIANE RODRIGUES PEDRONI
(Coordenador)

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737

Bairro: Campus Universitário

UF: SP **Município:** MARILIA

Telefone: (14)3402-1346

CEP: 17.525-900

E-mail: cep.marilia@unesp.br

ANEXO B - Instruções aos informantes sobre a técnica do “pensar alto” ou Protocolo Verbal - adaptado de Nardi (1993)

O que vamos fazer agora é uma atividade de familiarização com a técnica de coleta de dados que será usada em nossa pesquisa.

Tudo que você tem a fazer é ler o texto da mesma maneira que você costuma ler um texto para indexação. É muito simples e natural.

Durante toda leitura você precisa “pensar alto”. Tente imaginar você sozinho num recinto lendo um texto para indexação. Em situações como essa, já não lhe ocorreu começar a falar espontaneamente em voz alta, exteriorizando seus raciocínios, seus mecanismos mentais para conseguir compreender? Neste processo, o indivíduo “pensa em voz alta” verbalizando espontânea e quase inconscientemente seus pensamentos, questionamentos, suas buscas para eventuais problemas de compreensão, sua maneira singular de extrair significado de um texto.

Um exemplo bastante claro de exteriorização do pensamento durante a realização de uma tarefa (e que ocorre com a maioria das pessoas) é o “pensar alto” espontâneo durante a realização de um problema matemático.

Dá prá você ter uma ideia de como funciona essa técnica? Corresponde à verbalização de sua fala interna, seu pensamento.

Agora, a tarefa que você vai realizar é a leitura do texto que vai lhe ser apresentado...e, por favor, lembre-se de que é preciso “pensar alto” durante toda a leitura.

Você provavelmente encontrará passagens muito claras e fáceis de compreender, outras poderão lhe obrigar a uma “paradinha” para pensar um pouco mais... Tudo depende do seu próprio estilo. Lembre-se, que nesses momentos de parada para pensar um pouco mais ou resolver algum problema, você deve tentar exteriorizar tudo que passar pela sua cabeça.

Se em algum momento da leitura, você achar difícil falar e pensar simultaneamente, você poderá fornecer uma explicação de como você compreendeu uma determinada passagem ou de como você buscou a solução para um problema de compreensão.

Na medida do possível, tente fazer esforços para “pensar alto” durante o seu processo de leitura. É um processo único em que falar é pensar. Tente esquecer a presença da pesquisadora. Ela estará presente apenas para lembrar-lhe que é preciso “pensar alto” o tempo todo.

Tente agir tão naturalmente quanto possível, como se você estivesse só.

Atente apenas para a tarefa que você deve realizar.

ANEXO C - Notações para a transcrição de Protocolos Verbais adaptadas de Cavalcanti (1989) - retiradas de Fujita; Nardi; Fagundes (2003)

.... Pausa e continuação da leitura

(<-) releitura

(>-) Trecho do texto-base “saltado” (ignorado) na leitura

/ auto-interrupção de um pensamento

((FR)) fala rindo

((RM)) resmungo (em tom de ironia)

((RI)) Ri

(>->->) acelera o ritmo da leitura

(~~~) leitura desacelerada, atenta

“...” palavra ou expressão comentada pelo sujeito

[...] trecho do texto-base vocalizado pelo sujeito à primeira leitura, durante o Protocolo Verbal

itálico: fala do sujeito mostrando sua compreensão

MAIÚSCULAS: trecho do texto-base repetido pelo sujeito, no protocolo, no resumo ou entrevistas

{ } inclusão nas transcrições, de descrições de gestos significativos do sujeito ou de comentários

analíticos do pesquisador

(...) omissão de trecho não relevante da transcrição

NEGRITO: trechos que melhor expressam o fenômeno em descrição

SUBLINHADO: relevância-sujeito

ANEXO D - Modelo de leitura documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros em bibliotecas

REFERÊNCIA DO TEXTO:

PASSO-A-PASSO:

1º Observação da estrutura textual e localização do conteúdo do livro:

- Verifique o conteúdo pertinente a cada parte do livro através de exame das partes externas e internas da estrutura textual;
- Localize no livro os elementos que o compõem, tal como:
 - parte externa: contracapa e orelhas;
 - parte interna pré-textual: folha de rosto (título e subtítulo e no verso a série e a ficha catalográfica que fornecem pistas sobre o conteúdo do livro), listas de ilustrações e tabelas, prefácio, resumo e sumário, se houver;
 - parte interna textual: introdução, metodologia, desenvolvimento (com resultados se houver) e conclusão;
 - parte interna pós-textual.

2º Identificação dos conceitos: considera-se importante, observar as partes da estrutura textual e realizar o questionamento, indicados na grade do modelo de leitura, para que a identificação dos conceitos seja correta.

Para explicações detalhadas referentes à utilização do modelo de leitura, volte ao manual de ensino;

Observações importantes:

- os três conceitos objeto, ação e agente são principais, estão interligados e são dependentes um do outro;
- o conceito objeto deve ser o primeiro a ser identificado e a partir dele deverão ser identificados a ação e, em seguida, o agente, nesta ordem;
- os três conceitos principais deverão ser representados **por apenas um termo cada**;
- PODE SER TERMO SIMPLES OU COMPOSTO JAMAIS FRASES/SENTENÇAS;
- termos vazios de significado, como “avaliação”, “estudo”, “análise” e etc, não devem representar os conceitos principais e os demais conceitos;
- o conceito ação pode ser representado por termo que denomina uma doença ou um fenômeno, mas, na maioria dos textos é um verbo no substantivo, como “coagulação”;
- nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados no conteúdo do livro a não ser que o tema os contemple, por exemplo os conceitos de causa e efeito, serão representados por termos desde que o livro contenha conclusões ou que apresente parte específica sobre metodologia para identificar o conceito de método.

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA DO LIVRO
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do autor)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	SUMÁRIO E INTRODUÇÃO
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	SUMÁRIO E INTRODUÇÃO
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	SUMÁRIO E INTRODUÇÃO
MÉTODO (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	SUMÁRIO INTRODUÇÃO OU METODOLOGIA
TEMPO (ano, período ou época)	O estudo foi desenvolvido em período específico? É relevante representá-los na Catalogação de Assunto?	SUMÁRIO INTRODUÇÃO OU METODOLOGIA
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	SUMÁRIO INTRODUÇÃO OU METODOLOGIA
PONTO DE VISTA DO AUTOR [perspectiva, opinião]	O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?	INTRODUÇÃO E PREFÁCIO
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	CONCLUSÕES OU PARTE FINAL

Quadro 1: Versão do Modelo de Leitura Documentária para catalogação de assuntos de livros